

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Letras e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**  
**Linha de pesquisa Texto, Discurso e Relações Sociais**



Dissertação

***Ele contra ela: uma análise discursiva de testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica***

**Suzana Schmechel de Avila**

Pelotas, 2021

**Suzana Schmechel de Avila**

***Ele contra ela: uma análise discursiva de testemunhos de mulheres  
vítimas de violência doméstica***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras na linha de pesquisa em Texto, Discurso e Relações Sociais.

Orientadora: Luciana Iost Vinhas

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

A111e Avila, Suzana Schmechel de

*Ele contra ela* : uma análise discursiva de testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica / Suzana Schmechel de Avila ; Luciana lost Vinhas, orientador. — Pelotas, 2021.

108 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Análise do discurso. 2. Subjetivação. 3. Gênero. 4. Violência contra a mulher. I. Vinhas, Luciana lost, orient. II. Título.

CDD : 469.5

**Suzana Schmechel de Ávila**

**“Ele contra ela: uma análise discursiva de testemunhos de mulheres  
vítimas de violência doméstica”**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração Linguagem, Texto e Imagem, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 04 de novembro de 2021.

Banca examinadora:



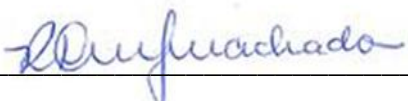
---

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas  
Orientadora/Presidente da banca  
Universidade Federal de Pelotas/  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul



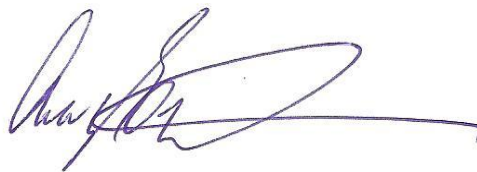
---

Profa. Dra. Luciene Jung de  
Campos  
Membra da Banca  
Universidade de Caxias do Sul /  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul



---

Profa. Dra. Rosely Diniz da Silva  
Machado  
Membra da banca  
Universidade Federal do Rio  
Grande



---

Profa. Dra. Aracy Graça Ernst  
Membra da Banca  
Universidade Federal de Pelotas /  
Universidade Federal do Rio  
Grande

***A todas mulheres que tiveram suas vozes interrompidas.***

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Nelda e Pedro, por terem me dado o suporte necessário em toda minha vida escolar para que eu pudesse ter acesso à Universidade Pública de qualidade; por me incentivarem a sempre seguir adiante e por torcerem pelo meu sucesso profissional incansavelmente.

À minha irmã, Simone, pelo companheirismo de toda vida; por nunca ter medido esforços para me proporcionar momentos felizes desde a infância até hoje.

Às colegas da E.M.E.F. Mariana Eufrásia, primeira escola onde trabalhei como monitora de 2017 até meados de 2019, pela parceria no dia-a-dia de trabalho e por terem se tornado minhas amigas, estendendo os laços de amizade para fora dos muros da escola.

Às colegas da E.M.E.I. Marília Poliesti, da qual faço parte desde fevereiro de 2020, por terem me recebido tão carinhosamente. Agradeço especialmente à Valesca, minha colega de sala de aula, com quem muito aprendi sobre a prática docente e também com quem compartilhei os primeiros desafios das aulas remotas desde o início da pandemia, em março de 2020. Fomos compartilhando os anseios, nos apoiando e vencendo os desafios. Tua parceria foi fundamental! Obrigada!

Não poderia deixar de agradecer também à Tati e à Rosi. Com elas divido o ano letivo de 2021, também no formato remoto, e mais recentemente, no formato híbrido. A parceria de vocês deixa o trabalho mais leve e animado. Obrigada!

À professora e orientadora Luciana Vinhas, pela forma acolhedora com que recebeu minha proposta de pesquisa. Agradeço pelas conversas gentis, atenciosas e acolhedoras e pelas orientações comprometidas e responsáveis que permitiram o bom desenvolvimento deste trabalho. Serei eternamente grata e feliz pela oportunidade que tivemos de trabalharmos juntas!

Às professoras Luciene Jung e Rosely Machado, por terem lido a dissertação ainda na sua fase de construção e por terem participado da minha banca de qualificação,

fazendo contribuições generosas e fundamentais para que este trabalho fosse concluído. Estendo os agradecimentos à professora Aracy Ernst, por aceitar tão gentilmente participar da leitura e da avaliação final deste trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa OuSar – Ordinário do Sentido e Resistência -, pelos debates teóricos promovidos nas reuniões do grupo, pelas trocas de ideias, pelos momentos de descontração entre uma conversa e outra e por todo apoio que característico da relação entre os colegas. Me sinto feliz por fazer parte de um grupo de pesquisa acadêmica responsável, parceiro e tão gentil e acolhedor como o OuSar.

À minha filha Catarina que, mesmo ainda no ventre, me acompanhou na fase de conclusão desta dissertação. Obrigada por ter me permitido uma gestação saudável e tranquila. Juntas conseguimos seguir trabalhando e assim seguiremos!

Ao Lucas, meu amigo de longa data que, pelos caminhos da vida, se tornou meu companheiro e compartilha comigo agora a missão de acompanhar os passos da Catarina. Obrigada por tanto! Eu e Catarina somos felizes por viver contigo!

Às amigas e amigos pelos momentos felizes.

A todas as mulheres que ousaram se revoltar e compartilharam suas histórias de violência.

agora  
não é hora  
de fazer silêncio  
ou pedir espaço  
porque a gente nunca teve espaço para nada  
agora  
é a nossa hora  
de abrir bem a boca  
falar mais alto do que nunca  
até que ouçam  
- rupi kaur



## Resumo

Há muito que a violência contra a mulher deixou de ser um problema de marido e mulher no qual “ninguém mete a colher”. Tornou-se um problema social que demanda da sociedade e dos órgãos competentes intervenções para preservar a vida das mulheres e garantir seus direitos básicos. Pensando nisso é que o coletivo Filhas de Frida propôs uma iniciativa para que mulheres vítimas de violência doméstica compartilhassem suas histórias de relacionamentos abusivos para apoiá-las a romper o ciclo da violência e para que pudessem conscientizar outras mulheres. A iniciativa foi divulgada nas redes sociais e reuniu vinte e seis relatos. O *corpus* deste estudo é composto por seis sequências discursivas recortadas dos relatos e analisadas a partir do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de viés Materialista, desenvolvida por Michel Pêcheux. Partindo do entendimento de que esses relatos apontam para algo que deve ser dito, ou seja, aponta para um falar urgente, os relatos são teoricamente entendidos como testemunhos (MARIANI, 2016). O objetivo do trabalho é refletir sobre o processo de subjetivação das mulheres nos relatos-testemunhos de violência doméstica. Para tanto, foi necessário problematizar as condições de produção da violência contra a mulher e promover um debate teórico sobre os conceitos da Análise do Discurso que nortearam a descrição e a interpretação do *corpus*. Pelo gesto de análise mobilizado, foi possível identificar o excesso do discurso-outro, que está identificado com a formação discursiva dominante, reproduzindo o imaginário dominante sobre a mulher, materializado pela negação e por outras estruturas linguísticas presentes nas sequências discursivas. Após as análises, podemos concluir que o próprio ato de testemunhar suas experiências de violência, permite às mulheres colocarem-se em uma posição de resistência frente ao imaginário dominante que atravessa seus discursos. Ao mesmo tempo em que trazem na materialidade o discurso-outro, o negam, marcando seu rompimento com o imaginário dominante, subjetivando-se pela desidentificação com a formação discursiva dominante e assumindo uma posição para enunciar em uma formação discursiva de resistência.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Subjetivação. Gênero. Violência Contra a Mulher.

## Resumen

La violencia contra la mujer hace tiempo que dejó de ser un problema de marido y mujer en el que “nadie toma la cuchara”. Se ha convertido en un problema social que demanda intervenciones de la sociedad y de los órganos competentes para preservar la vida de las mujeres y garantizar sus derechos básicos. Con esto en mente, el colectivo Filhas de Frida propuso una iniciativa para que las mujeres víctimas de violencia doméstica compartiesen sus historias de relaciones abusivas para apoyarlas en la ruptura del ciclo de violencia y para que pudiesen concienciar a otras mujeres. La iniciativa se dió a conocer en las redes sociales y se recogieron veintiséis informes. El *corpus* de este estudio está compuesto por seis secuencias discursivas recortadas de los informes y analizadas desde el dispositivo teórico-analítico del Análisis del Discurso materialista acuñado por Michel Pêcheux. Estos informes apuntan para algo que hay que decir, o sea, apuntan para un discurso urgente, por eso, son considerados como testimonios. (MARIANI, 2016). El objetivo del trabajo es reflexionar sobre el proceso de subjetivación de las mujeres en los relatos testimoniales de violencia doméstica. Por lo tanto, fue necesario discutir las condiciones de producción de la violencia contra las mujeres y promover un debate teórico sobre los conceptos de Análisis del Discurso que guiaron la descripción e interpretación del *corpus*. A través del gesto de análisis movilizado, fue posible identificar el exceso del discurso-otro, que se identifica con la formación discursiva dominante, reproduciendo el imaginario dominante sobre la mujer, y se materializa en la negación y otras estructuras lingüísticas presentes en las secuencias discursivas. Partiendo del análisis, es posible concluir que el hecho de escribir, de hablar sobre sus vivencias de violencia permite a las mujeres colocarse en una posición de resistencia frente al imaginario dominante que recorre sus discursos. Al mismo tiempo que llevan el discurso del otro a la materialidad, lo niegan, marcando su ruptura con el imaginario dominante y subjetivándose a través de la desidentificación con la formación discursiva dominante y asumiendo una posición para enunciar en una formación discursiva de resistencia.

**Palabras-clave:** Análisis del Discurso. Subjetivación. Género. Violencia Contra la mujer.

### **Lista de Abreviaturas**

AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
FD	Formação Discursiva
RT	Relato-testemunho
SD	Sequência Discursiva

## Sumário

<b>1 UM COMEÇO POSSÍVEL .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA .....</b>	<b>13</b>
<b>3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS MECANISMOS DE SUSTENTAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>4 ANÁLISE DO DISCURSO: DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO .....</b>	<b>45</b>
<b>5 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....</b>	<b>57</b>
<b>5.1 O funcionamento discursivo da negação .....</b>	<b>58</b>
<b>5.2 <i>Lixo, vagabunda, piranha, puta e louca</i>: efeitos de sentido e determinações discursivas.....</b>	<b>80</b>
<b>6 UM FECHAMENTO POSSÍVEL.....</b>	<b>93</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
<b>8 ANEXOS .....</b>	<b>101</b>

## 1 UM COMEÇO POSSÍVEL

Somos sempre já sujeitos, já afirmava Althusser (1970). Somos sempre já interpelados pela ideologia. Antes mesmo de nascermos, a configuração ideológica de uma família projeta expectativas daquilo que seremos, daquilo que esperam que sejamos. Já nascemos para corresponder àquilo que os outros projetam para nós. Quando somos mulheres, essas expectativas não param de crescer à medida em que amadurecemos.

Nascemos pré-destinadas a cumprir regras. Crescemos ouvindo que “meninas devem fazer isso”; “meninas devem ser assim”; “meninas devem se comportar de tal forma”. O mundo apresentado para nós cria uma série rígida de comportamentos a serem seguidos, lista de regras a serem cumpridas, deveres a serem atendidos e nos relega direitos. Somos ensinadas a obedecer, a corresponder a expectativas – raramente as nossas – a detestar nossos corpos, a competir com outras mulheres. Há uma série de obstáculos criados sócio-históricamente que retardam o avanço das mulheres para ocupar lugares de prestígio na sociedade.

Em uma formação social capitalista, patriarcal, machista e conservadora, ser mulher é estar condicionada a atender aos desejos do outro. Assim como todo sujeito para a Análise do Discurso, somos constituídas pela falta e pela incompletude. Nunca somos suficientes. Se casamos, esperam que tenhamos filhos; se casamos e temos filhos, esperam que nos dediquemos ao cuidado da casa; se trabalhamos, esperam que tenhamos tempo para cuidar dos filhos, do marido e do lar. Se não temos filhos nem marido, desejam que encontremos alguém para nos dar a chance de sermos mulheres completas. Se desejamos dedicar nossa vida aos estudos e ao trabalho, nos advertem para a necessidade de encontrar um companheiro, já que uma mulher sozinha não pode ser feliz apenas trabalhando e estudando. Sempre esperam algo de nós. Somos um objeto para atender os desejos alheios.

Ao longo dos anos, é evidente que conquistamos direitos. Na minha família, eu sou uma das poucas mulheres que chegou à pós-graduação, se não a única. A geração da minha mãe e das minhas tias foi conduzida a largar os estudos ainda no nível básico para investir no casamento e deixar no plano secundário o trabalho fora do lar, pois assim deveria ser, lhes disseram. Minha irmã e eu tivemos condições de

chegar ao nível de ensino superior e progredir na vida profissional fora do ambiente doméstico. Houve avanços necessários que conduziram as mulheres aos espaços públicos e aos cargos de trabalho remunerado, mas ainda é um processo lento e menor do que gostaríamos de alcançar. Apesar dos avanços, nossa vida é permeada por uma constante de luta para não perdermos os direitos conquistados. Fazendo alusão a um campo de batalha, diria que nós não podemos “baixar a guarda”. É preciso estar sempre alerta, sempre atentas.

De nós espera-se que sejamos responsáveis por tudo: pela casa, pelos filhos, pelo trabalho, pelo marido, pela família. Quem é responsável por nós? Nós mesmas. A expectativa de que sejamos responsáveis por tudo e por todos nos coloca em um lugar de “mulher guerreira”. Isso não seria um efeito da demanda que nos exigem? Somos guerreiras ou sobrecarregadas? A nossa formação social, pautada nos moldes machistas e patriarcais, faz circular discursos em que esse lugar de “mulher guerreira” substituiu a mulher que está sobrecarregada, forjando um exemplo de mulher a ser seguido. Mas a quem interessa que as mulheres sejam responsáveis por tudo e que sejam “guerreiras”? Talvez possamos responder brevemente essa questão colocando o que diz Despentes (2016, p. 91): não podemos esquecer que “há sempre uma classe social interessada em que as coisas permaneçam como estão”. Quando existe a possibilidade de romper com o imaginário dominante sobre ser mulher<sup>1</sup>, nos deparamos com a violência. E mais uma vez somos responsáveis por ela. Culpadas: “Sempre culpadas por aquilo que nos fazem. Criaturas responsabilizadas pelo desejo que suscitam” (DESPENTES, 2016, p. 41-42).

Muitas de nós, infelizmente, conhecemos alguém com alguma história de violência para contar. Se temos a sorte de não conhecermos, temos acesso às notícias que circulam nos veículos midiáticos sobre violência contra a mulher. As estatísticas de violência doméstica, que já eram altas, foram acentuadas durante a pandemia. Nesse sentido, há a crescente necessidade de falar sobre esse tema. A problemática sobre a violência contra a mulher surge como um espaço possível para se discutir a linguagem, já que a prática da violência também é atravessada por

---

<sup>1</sup> Não queremos produzir, ao mencionarmos *ser mulher*, um efeito de homogeneização sobre o gênero feminino. Compreendemos que *mulher* é uma designação que implica múltiplas vivências, experiências, histórias e sentidos. A razão de utilizarmos, ao longo do trabalho, *ser mulher* é porque estamos mobilizando os efeitos de sentido produzidos pela ideologia dominante no que diz respeito a o que se espera de uma mulher.

“processos discursivos que deslocam sentidos já estabilizados historicamente” (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017, p. 8).

Muitas vítimas de relacionamentos abusivos nem sequer reconhecem que estão sendo agredidas, chegando ao ponto de justificar o comportamento agressivo dos seus companheiros e de carregar a culpa que não pertence a elas. O ambiente criado pelas relações violentas nesses relacionamentos é de medo, angústia, tristeza e dor: tudo o que não se espera de uma relação afetiva. A falta de apoio de amigos ou familiares e de reconhecimento das atitudes violentas dos companheiros levam essas mulheres a um estado de dependência do parceiro, e, por medo de serem julgadas pela sociedade ou por serem novamente agredidas, acabam não sendo capazes de vislumbrar uma alternativa para sair do relacionamento. É por essa razão que, como pesquisadoras, mulheres, professoras e estudiosas, buscando meios de intervenção para uma sociedade menos violenta, menos machista e misógina, é imprescindível falar sobre violência para entendermos como ela se apresenta nas relações domésticas, já que se materializa de diversas formas. Abordar esse tema partindo dos pressupostos da Análise do Discurso (AD), permite aliar a prática científica de estudar a linguagem com a prática política de lutar contra aquilo que nos controla. Como parte de um processo que visa denunciar a violência, os testemunhos que compõem este trabalho auxiliam na prática de conscientização da existência das relações agressivas como um problema que atravessa também a língua e não como algo “natural” e “normal” entre homens e mulheres.

Meu interesse por pesquisar a violência doméstica despertou em um dia de trabalho na escola em que trabalhava, em 2019. Foi no mês de março, precisamente na semana do Dia da Mulher. Nessa ocasião, os alunos fizeram algumas intervenções artísticas, guiadas pelos professores, e as expuseram no saguão da escola. Entre as intervenções, muitos cartazes denunciavam a violência contra a mulher.

À época, eu trabalhava como monitora da escola, embora já fosse licenciada em Letras. Observando a exposição, me indaguei de que forma eu, sendo professora, estando à frente de uma turma, conduziria o debate sobre o tema de forma responsável e crítica e não de maneira rasa, simplesmente fazendo um cartaz parabenizando as mulheres pelo seu dia. Não posso afirmar que todos os alunos e professores tenham lidado com isso de forma rasa, mas a forma como tudo estava

exposto me fez pensar na maneira como eu lidaria com a proposta. E percebi que talvez não conseguisse criar um debate responsável da forma que o tema necessita.

Neste momento, notei que precisava me debruçar sobre o tema se quisesse fazer da minha prática docente algo maior que simplesmente reproduzir cartazes de “Feliz dia da Mulher” sem o debate que isso implica. A responsabilidade social que a profissão requer me motivou a voltar o olhar para essas questões. Naquele mesmo ano, no segundo semestre de 2019, ingressei no mestrado. Quando foi preciso escolher um tema para pesquisar, não houve dúvida de que era sobre violência doméstica que eu precisava concentrar minha pesquisa.

No processo de escolha do *corpus* discursivo eu e minha orientadora nos deparamos com um site chamado *Filhas de Frida*, que estava divulgando uma campanha chama “Ajudem Aquela”, destinada a compartilhar relatos de mulheres vítimas de violência doméstica. Logo achamos que os relatos teriam muito a contribuir para a pesquisa, por isso decidimos acolhê-lo. A escolha pelos relatos-testemunhos que compõem este trabalho será detalhada no próximo capítulo em que falo da construção do *corpus* da pesquisa.

Veremos como a violência doméstica é discursivizada e que efeitos de sentido são produzidos pelos relatos-testemunhos. Partindo da materialidade linguística, nosso objetivo é analisar, seguindo os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de viés materialista, como as mulheres constroem suas subjetividades em face da violência.

O estudo será apresentado em seis capítulos. Neste primeiro capítulo, introduzo o tema da pesquisa e falo sobre minha relação com o tema abordado, além de descrever as etapas do trabalho; no segundo capítulo, apresento o *corpus* da pesquisa, os objetivos e as questões norteadoras da análise; no terceiro, abordo as condições de produção do discurso, debatendo sobre as determinações históricas da violência contra a mulher e sobre alguns mecanismos que operam para sua permanência; no quarto capítulo, apresento as principais noções referentes ao suporte teórico-analítico da Análise do Discurso; no quinto capítulo, descrevo o gesto interpretativo empregado frente ao *corpus* discursivo da pesquisa; no último capítulo, debato sobre as considerações finais do trabalho. Após o capítulo seis, estão as referências bibliográficas e, em seguida, o anexo com os relatos das mulheres vítimas de violência doméstica na íntegra.



## 2 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

Neste capítulo, abordaremos o caminho que levou à construção do *corpus* da pesquisa e apresentaremos as questões norteadoras da nossa análise. O *corpus* deste trabalho constitui-se por depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica. São depoimentos organizados e divulgados por um grupo de mulheres do coletivo feminista Filhas de Frida.

O Filhas de Frida é um coletivo feminista, cultural e político que se apresenta na forma de revista virtual na internet e organiza-se mantendo site<sup>2</sup>, página no Facebook<sup>3</sup> e no Instagram<sup>4</sup>. Através desses meios midiáticos, o Filhas de Frida se propõe a discutir, conscientizar, orientar e informar a população sobre temáticas que envolvem, principalmente, violência contra mulheres. Além de estarem ativamente militando através de ferramentas midiáticas, o coletivo faz intervenções nas ruas, buscando sempre conscientizar a população. Todas as informações sobre o coletivo e as intervenções que ele propõe podem ser conferidas nas plataformas disponíveis na internet.

O grupo utiliza os sites de rede social<sup>5</sup> para ampliar o repasse de informações sobre temas não só de mulheres, mas para mulheres e para a sociedade de um modo geral. Essas ferramentas contribuem para ampliação e manutenção das conexões sociais entre os indivíduos, no repasse de informações (RECUERO, 2009). Dessa forma, utilizando os sites de rede social, o coletivo se propõe a estender o debate sobre violência contra mulheres, propagando informações relevantes sobre o tema.

O grupo Filhas de Frida é composto por quatro mulheres responsáveis por criar projetos e divulgá-los no site e nas páginas de rede social. Nessas plataformas digitais, é possível ter acesso a matérias sobre feminismo, política e assuntos culturais dos mais diversos grupos.

Uma das intervenções desse grupo é o projeto chamado Ajudem Aquela<sup>6</sup> que reúne relatos de mulheres vítimas de relacionamentos abusivos permeados por

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/>> Acesso em: 19/06/2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/filhasdefrida>> Acesso em: 19/06/2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/filhasdefrida>> Acesso em: 19/06/2020.

<sup>5</sup> São espaços que representam, na internet, as redes sociais construídas nas interações sociais de um grupo (RECUERO, 2009).

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/ajudemaquela/>> Acesso em: 19/06/2020.

todos tipos de violência. A iniciativa contou com a colaboração de diversas mulheres que escolheram voluntariamente compartilhar suas histórias a fim de servir de apoio a outras vítimas de relações abusivas e para conscientizar outras mulheres. Todos os relatos foram enviados às organizadoras do coletivo Filhas de Frida e postados por elas no site em uma seção destinada ao Ajudem Aquela. Ao todo, foram vinte e seis histórias de relacionamentos abusivos compartilhadas e acessíveis ao público.

Pela perspectiva da Análise do Discurso (AD), consideramos os depoimentos dessas mulheres como testemunhos no sentido proposto por Mariani (2016, p. 51). A autora diz que o testemunho “aponta para um falar urgente, para o não esquecer e para não deixar os outros esquecerem”. Os testemunhos compartilhados pelas mulheres vítimas de violência doméstica são de experiências marcantes e dolorosas, cada uma à sua maneira em cada mulher, mas ainda assim traumáticas e que fazem parte de suas memórias. Por entender os relatos como testemunhos, denominaremos o *corpus* desta pesquisa daqui em diante de relato-testemunho (RT). Optamos por conservar a nomenclatura *relato* tal como foi divulgado na página do coletivo e acrescentar a denominação teórica *testemunho*, tendo em conta os relatos como uma forma específica de relatar uma experiência de vida traumática.

No mesmo sentido de estudo sobre testemunho, Bocchi (2017), pelo viés da AD, fala sobre o funcionamento do testemunho de violência obstétrica a partir de relatos recortados de blogs sobre o tema. Segundo a autora, a exposição desses testemunhos de parto constitui em “prática política capaz de produzir uma memória, contra o esquecimento da violência e sua consequente naturalização” (BOCCHI, 2017, p. 80). Além disso, os testemunhos caminham no sentido de romper o silêncio que corrobora com o determinismo “natural” da violência, especialmente contra mulheres, negros e lgbtqi+. Nessa perspectiva também entendemos os testemunhos de violência doméstica divulgados na internet pelo coletivo Filhas de Frida. Ao testemunhar, as mulheres estão denunciando e revelando práticas de violência, agindo contra um sistema de violência que tira suas vidas, suas identidades e seus direitos como sujeito. O engajamento coletivo promovido pela campanha e a segurança garantida às mulheres de terem seus relatos divulgados no anonimato movem essas mulheres a enunciarem suas experiências de violência. Garantem uma segurança que muitas não têm ao denunciarem seus companheiros para os órgãos do Estado, por exemplo. Estão agindo para não deixarem que se esqueça que a violência contra mulheres é um problema social e cabe a toda

sociedade buscar combatê-lo. Bocchi (2017, p. 65) reforça também a relevância de essas práticas acontecerem na internet. Ela diz que a prática da cibermilitância se constitui como prática política porque narra, denuncia, esclarece e conscientiza outros sujeitos sobre problemas de violência.

Para os processos de significação, pela ótica da Análise do Discurso, é necessário remeter o discurso à sua exterioridade, ou seja, às suas condições de produção. No capítulo sobre o dispositivo teórico-analítico, essa questão será aprofundada, mas, por ora, cabe destacar as condições de produção nas quais esses discursos de violência contra a mulher emergem. As condições de produção possibilitam que pensemos o sentido através do processo histórico, que, por sua vez, afeta os sentidos e a materialidade linguística (PERON, 2017, p. 37). Orlandi (2015, p. 28) diz que as condições de produção compreendem o sujeito e a situação, podendo ser consideradas em sentido amplo – o contexto sócio-histórico e ideológico de produção do discurso – e no sentido restrito – o contexto imediato. Nos discursos que compõem nosso *corpus*, temos como condições amplas de produção todo contexto social, histórico, político e ideológico de organização da nossa formação social que está pautada em valores patriarcais, machistas e conservadores em relação à liberdade individual das mulheres de exercerem seus direitos. Esse processo histórico de inferioridade e subordinação em que as mulheres foram colocadas, ao longo dos anos, abriu portas para a violência. A condição de produção em sentido restrito, ou seja, o contexto imediato em que são produzidos os discursos em análise, é a intervenção proposta pelo coletivo Filhas de Frida e divulgada através dos sites de redes sociais, podendo circular de forma ampla e pública entre usuários que têm acesso à internet.

Destacamos, anteriormente, que nosso *corpus* discursivo foi selecionado do site do coletivo Filhas de Frida, o que significa que ele faz parte de uma materialidade disponível na internet e que circula no ambiente virtual. Ainda em relação às condições de produção do discurso, cabe salientarmos a peculiaridade de analisarmos uma materialidade disponível nos novos ambientes que surgem com a internet. O crescente aumento de acesso à internet vem possibilitando que os usuários da rede se deparem com as mais diversas materialidades: filmes, vídeos, imagens, revistas virtuais, blogs, sites de redes sociais, etc. As diversas materialidades que surgem com a expansão do mundo virtual abrem espaço, também, para novas discursividades (GRIGOLETTO, 2010) que compõem a

hetoregeneidade constitutiva do espaço virtual (GRIGOLETTTO, 2011). Há, dessa forma, uma heterogeneidade de discursos surgindo no espaço virtual que podem ser observados a partir do viés materialista da AD.

A materialidade que compõe nosso estudo está disponível no espaço virtual, no site Filhas de Frida. Nesse site, vinte e seis mulheres se dispuseram a compartilhar suas histórias de violência doméstica, de modo anônimo, formando uma rede de apoio para outras mulheres que vivem a mesma situação, com o intuito de resistir à violência e combatê-la através do compartilhamento de suas histórias, tão diversas entre si, mas que se encontram pela violência. A divulgação da iniciativa proposta pelo Filhas de Frida foi colocada nos sites de redes sociais do coletivo, possibilitando que um número significativo de pessoas interagisse com as plataformas digitais e tivesse acesso à campanha. Essas iniciativas podem ganhar um enorme alcance sendo divulgadas no espaço virtual. Se tivéssemos essa campanha divulgada em outros meios de comunicação como jornais ou revistas impressas, será que teríamos a participação de tantas mulheres como tivemos através da internet? Talvez as condições de produção que o espaço virtual possibilita, como a segurança de anonimato, seja uma das vantagens observadas pelas mulheres para relatarem suas experiências de violência. Nosso intuito não é de analisar o funcionamento do site do coletivo Filhas de Frida, mas, sim, de analisar a materialidade divulgada por ele em forma de relatos escritos por mulheres vítimas de violência doméstica. Por estarem presentes no ambiente virtual, não podemos ignorar o fato de que suas condições de produção acarretam em um sentido particular, diferentemente do sentido que teria se fossem relatos oriundos de entrevistas ou disponíveis em outros espaços que não o da internet. Dito isto, passaremos adiante para a apresentação dos relatos-testemunhos.

De todos os 26 relatos-testemunho, 6 foram escolhidos para compor nosso *corpus* discursivo (RT6, RT7, RT8, RT19, RT23 e RT25). Eles serão numerados de acordo com a ordem original de relatos presente na página Filhas de Frida, de onde eles foram retirados. É importante salientar que, dos vinte e seis testemunhos disponíveis na página, dois são de relações entre duas mulheres - o que pode indicar a presença da violência também entre mulheres, em relações homoafetivas - e o restante de relações entre homem e mulher. Por ser a maioria dos relatos-testemunho, optou-se por eleger para análise aqueles pertencentes às relações heteroafetivas.

Para promover o primeiro contato com o *corpus* a ser analisado, apresentaremos, a seguir, alguns trechos extraídos dos relatos-testemunho - que estão na íntegra, em anexo, ao final deste texto. Dos trechos abaixo, serão recortadas as sequências discursivas descritas e interpretadas no capítulo de análise deste trabalho. Serão, portanto, dois movimentos de apresentação dos RT: no primeiro, mostraremos os trechos dos quais serão recortadas as sequências discursivas; depois, no capítulo *Descrição e Interpretação do Corpus*, estarão as sequências discursivas selecionadas, bem como o gesto de análise que desenvolvemos. Os recortes que fizemos para apresentar os relatos-testemunhos não são meros “pedaços” dos textos que estamos analisando, mas sim uma unidade discursiva, uma vez que são fragmentos que correspondem a linguagem-e-situação (ORLANDI, 1984, p. 14).

Observemos, então, os trechos dos RT:

RT 6 - “(...) Primeiro, ele queria eu agisse como namorada e ele como solteiro. Sempre me desprezava, falava que eu precisava engordar porque eu tinha “pouca carne”. Ele me usou de todas as formas possíveis e imagináveis. Usou da minha dignidade, psicologicamente e fisicamente. Eu não podia sair com as minhas amigas, não podia vestir algo curto e nem ao menos postar uma foto no Instagram que ele falava que eu queria provocar homem. Porque eu me maquiava tanto para ir para a faculdade. Ou porque eu queria colocar um salto e uma blusa decotada para ir ao cinema com ele. Aí vem a parte onde ele começa a me tratar como um verme como ele me chamou por várias e seguidas vezes. Verme. “Tenho nojo de você.” “Você é só mais uma putinha.” “Você é um peso na minha vida”. “Você é não feia, é bonitinha.” “Podia ter mais bunda.” “Tenho nojo de você.” Fora que eu só podia chegar perto dele, fazer um carinho ou qualquer outra coisa do tipo quando ele permitisse. Eu era desvalorizada e ferida 24h por dia. Quando eu finalmente comecei a tentar ter voz na relação, ele tentava terminar todos os dias. (...)”

RT 7 – “(...) Com menos de um mês morando juntos, ele fez com que eu desfizesse de todas as minhas roupas, dizia que elas não combinavam com os novos ambientes, e a partir daí começou a me vestir como ele queria. Com o tempo ele invadiu meu WhatsApp, fez com que eu apagasse boa parte dos meus amigos do Facebook, porque eles “não eram pessoas pra mim”. Mais alguns meses (já sem amigos, longe da família e totalmente dependente dele emocional e financeiramente) as agressões psicológicas começaram. Era: lixo, vagabunda, piranha, entre outros. Ele me culpava por tudo, me diminuía, dizia que sem ele eu não conseguiria nada. (...)”

RT 8 – “(...) Com o tempo vieram os pedidos de excluir das redes sociais, o ex-namorado ou quem já tinha dado em cima de mim, até chegar ao ponto de me mandar excluir todas as pessoas do sexo masculino. E conseqüentemente essa regra passou para o meu dia a dia também, eu só podia ter homens por perto se eles fossem da minha família. Eu não podia dar bom dia pra nenhum, não podia sequer responder a qualquer um que viesse falar comigo, ainda que fosse um “que

horas são?”.(...) Ele me obrigava a provar que estava em casa, que estava no trabalho, que estava na faculdade... Eu não podia sair de casa para absolutamente nada que não fosse trabalho e faculdade. Nem na padaria. Nem na porta de casa.(...)”

RT 19 – “(...) No início tudo corria bem e eu achava que ele queria me ajudar a superar meus traumas, falava muito em Deus e dizia que eu estava cercada de maus espíritos, ele se dizia meu salvador, me tirou da vida mundana e estava me ensinando a ser alguém melhor, alguém como ele, eu acreditava. Até que ele fez eu me afastar dos meus amigos e da minha família, até que ele começou a me bater, até que ele vivia a vida normalmente e sua justificativa é que ele era bom então podia e eu era malvada e não deveria, até que ele me trancava em casa, até que ele me traía, até que ele me colocava como louca e eu acreditava, até que ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público (...)”

RT 23 – “Tinha um relacionamento muito conturbado, onde tudo que acontecia eu saía como a culpada. Não importava o que acontecia: a culpa era minha. Eu tinha certeza que estava certa, mas após falar com a pessoa, me culpava e pensava que a culpa era mesmo minha. Já fui chamada de louca na frente dos outros, fui afastada dos meus amigos, e ele ditava até com o que podia ou não vestir pra sair com ele. Fui e ainda sou culpada por ele por ele ter recaído na depressão. (...)”

RT 25 – “(...) Ele chegava em casa, me empurrava, colocava a mão no meu pescoço e quando o efeito da bebida passava ele sempre se dizia arrependido. Então eu queria “ajudar”, mas nunca adiantou. Engravidei dele, havia tomado a pílula do dia seguinte, mas não adiantou. E sempre ele era muito possessivo, me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém. Chamava-me de puta na frente dos outros no meio da rua e a culpa era minha, por ter tido outros relacionamentos antes dele. (...) Minha filha nasceu, perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa.”

O *corpus* discursivo foi selecionado a partir da observação de regularidades linguísticas que, no nosso entendimento, estão presentes em demasia no discurso, caracterizando o que Ernst (2009) chamou de excesso. A autora propõe um procedimento teórico para auxiliar o gesto interpretativo da analista frente ao *corpus* discursivo, partindo de três conceitos-chave: a falta, o excesso e o estranhamento. A falta diz respeito a uma estratégia discursiva que consiste na omissão de palavras, expressões ou elementos interdiscursivos que são esperados, mas não existem na materialidade; o excesso é aquilo que se mostra em abundância no discurso; e o estranhamento é aquilo que incide na materialidade, mas que está fora daquilo que está sendo dito, expondo um conflito entre formações discursivas (ERNST, 2009, p. 4-5). O primeiro procedimento para proceder à análise foi a identificação do excesso pelo qual algumas expressões, palavras e elementos do interdiscurso se mostraram

na materialidade linguística. A partir daí começamos o processo entre análise e teoria para compreender os efeitos de sentido desses excessos.

É importante salientar como ocorrem os procedimentos metodológicos na AD, pois são feitos de forma específica, de acordo com o objetivo do analista frente ao *corpus*. A AD constitui-se de uma teoria materialista que busca compreender a produção dos sentidos e a relação dos sujeitos com a história, a língua e a ideologia. Nesse sentido, o processo de análise relaciona-se com o funcionamento ideológico apontado pela língua de forma que “todo o processo analítico não parte da teoria, mas, sim, da *práxis*” (FERNANDES; VINHAS, 2019, p. 145 - 146). Desse modo, a AD não trabalha com uma metodologia rígida para analisar a materialidade linguística selecionada para pesquisa, mas constrói o dispositivo de análise à medida que seleciona os aspectos linguísticos que atendem aos problemas de pesquisa levantados pela analista. Fernandes e Vinhas (2019, p. 143, grifos das autoras) colaboram dizendo que “a AD não pretende, portanto, formular regras para o discurso, controlar a produção de sentidos, mas *compreender* o curso natural (que é social e ideológico) do discurso”. Sendo assim, a metodologia a ser empregada diante do *corpus* será construída conforme as questões da analista em um processo que compreende um caminho em espiral entre teoria e análise, entre descrição e interpretação. A analista do discurso descreve o funcionamento da materialidade de acordo com a questão da sua pesquisa, sendo sempre guiada pela teoria.

A análise é um processo que começa antes mesmo de estabelecer os conceitos a serem mobilizados. A escolha do *corpus* discursivo já é considerada um gesto de interpretativo frente ao arquivo, anterior ao estabelecimento de conceitos, uma vez que é este mesmo *corpus*, juntamente com as questões de pesquisa, que indicam os conceitos teórico-analíticos a serem mobilizados.

Antes de definirmos o arquivo, há a definição do tema da pesquisa e seu objeto de análise. Após a definição do tema, a analista precisa constituir o arquivo da sua pesquisa, ou seja, aquilo que está disponível sobre o tema que se propõe analisar. A delimitação desse arquivo resultará no *corpus* discursivo tido como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2009, p. 54). As sequências discursivas são selecionadas a partir das questões que a analista levanta após o recorte do arquivo em *corpus* discursivo. Há, portanto, um gesto interpretativo na sua escolha. Essas questões que a analista direciona para o *corpus*

indicam quais conceitos teórico-analíticos precisam ser mobilizados para iniciar o batimento entre teoria e análise, ou seja, para descrever e interpretar os sentidos produzidos pelo material coletado. Cada material e cada sequência discursiva recortada mobiliza certas noções e conceitos específicos de acordo com a especificidade do *corpus* e com o objetivo da analista.

A base linguística fornece os elementos necessários para que se desenvolvam os processos discursivos; dessa forma, toda e qualquer análise só pode ter início se observarmos o funcionamento da língua em seus aspectos sintáticos, morfológicos, fonéticos, etc., ficando a cargo da analista operar as análises nesses níveis linguísticos. Mas, por conta da sua autonomia relativa, ela não dá conta, por si só, de estabelecer a relação dos sujeitos com suas condições de existência histórica e ideológica. Por isso, ela precisa estar relacionada às condições de produção do discurso. Ao observar a língua, a analista deve fazer um processo de leitura-trituração em que estariam presentes as operações de recortar, extrair, deslocar e reaproximar aquilo que se lê (CONEIN et al, 2016, p. 25) para compreender os sentidos. A partir dessas operações, o dispositivo analítico é construído. É necessário movimentar, sacudir aquilo que está posto na língua para que se compreenda as evidências que ali estão materializadas produzindo sentidos.

As evidências produzidas pela ideologia não mascaram os sentidos, mas os apontam sempre para uma direção que o analista deve ser capaz de compreender. Orlandi (2015, p. 59), diz que

Sem procurar eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação – fora da história, fora da língua – o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas a tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica.

Torna-se necessário, portanto, questionar as evidências apontadas no *corpus*, relacioná-las à teoria para chegar à compreensão do sentido. Reiteramos, então, que o dispositivo interpretativo é construído pela analista e está em um constante “ir-e-vir” entre o *corpus* e a teoria, mobilizando conceitos de acordo com as questões levantadas pela analista a partir da leitura do arquivo. A cada análise de um mesmo *corpus*, um dispositivo analítico poderá ser construído para responder às questões postas pela analista. O *corpus* pode ser o mesmo, mas, se os problemas de pesquisa forem distintos, teremos conceitos diversos sendo mobilizados. Isso se deve ao fato de que o discurso é inesgotável (ORLANDI, 2015, p. 60), possibilitando que o sentido sempre possa ser outro (mas não qualquer um).



No caso deste trabalho, o tema que nos interessa é a violência contra a mulher. Do arquivo que compõe esse tema, selecionamos para compor o *corpus* discursivo relatos de mulheres que sofreram violência doméstica. Desses relatos, recortamos as sequências discursivas para analisar, tendo como ponto de partida aquilo que, no nosso entendimento, mostrava-se excessivamente na materialidade linguística. A partir disso, trabalhamos para traçar os objetivos gerais e específicos da nossa pesquisa bem como as questões norteadoras da análise, que definiram os conceitos<sup>7</sup> que mobilizamos na interpretação do *corpus*.

Não podemos deixar de considerar, nos trabalhos em Análise do Discurso que as formações imaginárias fazem parte das condições de produção do discurso, uma vez que se relacionam com a exterioridade e são historicamente determinadas. Nesse sentido, pensar em *mulher*, no contexto de uma formação social patriarcal, machista e conservadora, já designa determinados lugares para pensar sobre a mulher. Essas representações evocam lugares específicos a serem ocupados pelas mulheres: lugar de esposa, de mãe, de dona de casa, etc. São posições determinadas historicamente e reproduzidas pela ideologia dominante, que trabalha colocando as evidências de que é “natural” ter as mulheres ocupando essas posições no interior de uma formação social. Tal imaginário que restringe a mulher a determinados espaços sociais e a não correspondência aos padrões impostos pelo imaginário dominante contribuem para colocá-la em situações de violência ou, como definiu Peron (2016, p. 93), “mulher em condição de violência conjugal”.

Trabalhar com violência doméstica na área de estudos da linguagem nos possibilita compreender a forma como a violência interpela os sujeitos e passa a ser reproduzida pelos discursos, por meio das posições assumidas pelos sujeitos que enunciam. As mulheres que testemunham a violência assumem uma posição para denunciar a prática de violência exercida contra elas, o que marca um ato político frente à violência que se faz presente na vida de tantas mulheres nas suas relações conjugais. É nesse sentido que a AD contribui para apreender os sentidos que os relatos-testemunhos das mulheres vítimas de violência doméstica suscitam, já que nos permite mobilizar seus conceitos teórico-analíticos, aliando a ciência ao político. É uma forma de “se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido” (PÊCHEUX, [1988] 2015, p. 48), de se fazer ouvir o que está nos

---

<sup>7</sup> Os conceitos teórico-analítico serão melhor desenvolvidos, apresentados e discutidos no Capítulo “Gesto de interpretação do *corpus*”.

espaços infraestatais nos quais emergem discursos do cotidiano, do ordinário das massas. É um olhar para além do que Pêcheux ([1988] 2015) chamou de Grandes Textos (da Ciência, do Direito e do Estado).

Frente ao *corpus* discursivo que selecionamos, após verificar que algumas estruturas linguísticas foram aparecendo com regularidade e apontando para algo que estava em excesso no discurso, formulamos alguns objetivos para nortear o nosso gesto interpretativo. Notou-se a recorrência do uso de advérbios de negação e a utilização de palavras como *puta*, *vagabunda*, *piranha*, em alguns relatos. Dessa forma, lançaremos mão de dois gestos interpretativos para compreender os sentidos produzidos por esses excessos: o primeiro corresponde à análise das negativas e o segundo à análise das expressões *puta*, *vagabunda*, *piranha*, entre outras. De forma geral, partindo da base linguística que traz a negação e o uso de expressões pejorativas relativas à mulher, o que pretendemos é analisar quais os efeitos de sentidos produzidos pela negação e pelos adjetivos no processo de subjetivação das mulheres nos seus testemunhos de violência, ou seja, como sua subjetividade é construída, e compreender se as mulheres se identificam ou se desidentificam com a ideologia dominante da formação social patriarcal. Para tanto, nos pareceu necessário discutir sobre determinações históricas sobre a violência contra a mulher e também sobre a especificidade da violência doméstica, que integram as condições amplas de produção do discurso. A partir dessas discussões podemos compreender os pressupostos que sustentam a violência na nossa formação social. Além disso, quisemos apresentar os principais conceitos teórico-analíticos da AD que darão suporte às nossas análises e que guiarão o gesto de interpretação.

Temos, portanto, a violência sendo discursivizada nos relatos-testemunhos. A questão que levantamos para dar início às análises é pensar de que forma as mulheres que estão narrando sua experiência de violência constroem sua subjetividade, e, além disso, observar qual a relação que estabelecem com o imaginário dominante sobre *ser mulher* a partir daquilo que enunciam.

Feito o percurso de apresentação do nosso *corpus* e a forma pela qual ele será analisado, a seguir, passaremos a discutir sobre as condições de produção do discurso. Vamos discutir sobre as determinações históricas que sustentam a violência contra mulheres e apresentar a especificidade da violência doméstica contra a mulher.

### **3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS MECANISMOS DE SUSTENTAÇÃO**

Neste capítulo, tentaremos entender quais os mecanismos que colaboram para a manutenção e permanência da violência doméstica e como eles afetam a vida de muitas mulheres. Para isso, discutiremos sobre questões envolvendo o sistema patriarcal e os papéis de gênero, além de abordarmos reflexões sobre a violência doméstica contra mulheres. As questões debatidas neste capítulo, aliadas ao sistema econômico capitalista da sociedade de classes, são a base que sustenta e reproduz o machismo, a misoginia e a discriminação contra mulheres, negros e lgbtqia+, legitimando, muitas vezes, a violência. Partindo, portanto, de uma perspectiva discursiva, consideramos a exterioridade como constitutiva dos processos de significação do discurso, por isso é importante que resgatemos a história para depreender os sentidos mobilizados nos discursos das mulheres vítimas de violência doméstica.

As desigualdades sociais que envolvem discriminação relacionadas a raça, classe e gênero fazem parte da formação da sociedade brasileira desde o tempo da colonização do país. Desde o princípio, a partir da consolidação da burguesia no Brasil, há a divisão da sociedade em classes: as que dominam e as que são dominadas. As classes dominantes, aliadas ao gênero e à raça, é predominantemente branca, burguesa, masculina e detém os mecanismos de dominação contra os menos favorecidos. Nesse sentido, as classes dominadas, também aliadas ao gênero e à raça, são compostas por mulheres, comunidade lgbtqia+, negros e a classe trabalhadora, ou seja, aqueles que são a força de trabalho. Isso significa que todos aqueles que desviam das regras normativas determinadas pela parte dominante e constitutivas do sistema são alvo de dominação e, em situações extremas, de discriminação e violência.

É nesse sentido de divisão de classes que a sociedade capitalista está ancorada. Nela, uma pequena minoria acumula lucros a partir da exploração da outra parcela muito maior de indivíduos que trabalham em troca de um salário. Pela perspectiva da Teoria da Reprodução Social, esse tipo de organização das sociedades capitalistas também pode ser, por definição, “a origem da opressão de gênero” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 51).

É certo que o sistema capitalista não inventou a subordinação feminina, mas modificou algumas formas de reproduzi-la.

(...) O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente “modernos”, de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais. *Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-las ao segundo* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 51 [grifos das autoras]).

A partir da afirmação acima, compreendemos que o papel das mulheres, dentro da sociedade capitalista, restringe-se a “produzir pessoas”, dedicar tempo da vida à criação de filhos e ao cuidado com a casa, por exemplo, que são trabalhos não remunerados que sustentam a obtenção do lucro produzido majoritariamente por homens.

A violência está enraizada na estrutura da sociedade e no sistema hierárquico de relações entre os gêneros que a permite e a torna natural e legítima. Essas relações hierarquizadas são articuladas através do gênero - o qual estrutura e organiza toda a vida social - e sustentam o patriarcado.

Podemos referir-nos ao patriarcado como um sistema enraizado na nossa cultura que atravessa também o Estado nas suas diversas instituições. As raízes do patriarcado estão firmadas em uma base que acredita haver uma diferença entre os gêneros masculino e feminino, oriunda de um determinismo biológico, em que a superioridade estaria reservada aos homens e, às mulheres, caberia o lugar da inferioridade e da submissão ao poder masculino dominante. É dentro desse sistema de supremacia e poder masculino que a violência se direciona para o lado inferior, ou seja, para as mulheres.

Pode-se pensar que a relação estabelecida entre homem e mulher dentro do sistema patriarcal acontece na forma de uma linha vertical. No topo dessa linha estariam os homens com toda superioridade que lhes é conferida; no nível inferior estariam as mulheres condicionadas a uma vida de subjugação e violência, tendo seus direitos fundamentais comprometidos.

O patriarcado também é um sistema de dominação e é sustentado por “uma economia doméstica ou domesticamente organizada” (SAFFIOTI, 2009, p.10) que serve a grupos dominantes, no qual estão aqueles que carregam o privilégio do gênero masculino, usando-o como justificativa para violentar mulheres e controlar seus corpos e suas vidas.

Para que a reprodução da violência contra a mulher ocorra, sujeitos se inscrevem no simbólico a partir de uma tomada de posição ao assumir um lugar na estrutura social que forma nossa sociedade. Essa tomada de posição/lugar no discurso é resultado do processo de interpelação ideológica que submete o sujeito a identificações ou desidentificações com este lugar ou aquele dentro da formação social. Esse lugar é sempre representado a partir de traços identificatórios e imaginado por um “outro” de tal ou tal forma. Funciona assim quando pensamos nos papéis de gênero de homem ou mulher. Nesse sentido, Kehl (2016, p. 23) diz que

A primeira definição de uma criança, dada mesmo antes que o feto complete sua evolução, graças aos métodos atuais de investigação ultrassonográfica, é que seja “menino” ou “menina”. Significantes que indicam não apenas uma diferença anatômica, mas o pertencimento a um de dois grupos identitários carregados de significações imaginárias.

Essas significações imaginárias acabam criando uma espécie de “manual de instruções” que designa as posições, os lugares, os deveres e os traços identificatórios esperados de um homem e de uma mulher.

Inserido no sistema patriarcal de poder existe o gênero, fundamental para que entendamos os papéis sociais que são destinados a homens e mulheres e para refletirmos de que forma isso está associado à violência. Segundo Scott (1995) - historiadora feminista, que tem seus trabalhos voltados ao estudo de gênero -, o gênero, como uma categoria analítica, emergiu no fim do século XX. A autora parte de duas proposições para chegar a uma definição teórica de gênero: a primeira é considerar o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e a segunda considerá-lo como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Com o intuito de descrever o processo das relações de gênero, Scott (1995) propõe um esquema de como pensar essa construção. Considerando o gênero um elemento que constitui as relações sociais, a autora apresenta quatro subconjuntos que integram o seu conceito e que estão relacionados entre si. O primeiro é o que ela chama de símbolos culturalmente disponíveis, entendido como as representações simbólicas dos seres e das coisas na sociedade; o segundo diz respeito aos conceitos normativos que evocam as interpretações das representações simbólicas que reproduzem uma forma típica para o masculino e o feminino expressando, dessa forma, uma oposição binária entre os gêneros; o terceiro refere-se às instituições e à organização social, pois o gênero também é

construído na economia, no ambiente de trabalho, nas escolas, no sistema político e não só no seio da família; o último elemento que constitui o gênero é a identidade subjetiva que é construída social e historicamente.

Para Saffioti (2015, p. 117) – pelo viés da sociologia e do marxismo - o gênero diz respeito ao imaginário que se tem do feminino e do masculino. É uma construção social e histórica que se edificou ao longo dos anos para analisar e regular os papéis destinados às mulheres e aos homens, ou seja, para controlar o que é “coisa de mulher” e “coisa de homem”. Da perspectiva assumida por Saffioti (2009, p. 36), da mesma forma como o gênero constitui as relações sociais, a violência é constitutiva da relação entre homens e mulheres na ordem patriarcal de gênero, sendo manifestada, na maioria das vezes, no ambiente doméstico.

As teorizações anteriormente mencionadas desenvolvidas por Scott (1995) e Saffioti (2015, 2009) não concernem àquilo previsto pela AD, mas contribuem para entendermos amplamente o conceito de gênero como algo construído na sociedade e que impacta na formação social, política e ideológica dos sujeitos, tendo efeitos nas bases jurídicas.

A partir de uma perspectiva discursiva da concepção de gênero, entende-se que ele é efeito dos processos de identificação do sujeito com uma formação discursiva, através da interpelação ideológica. Na AD, é a interpelação ideológica que dará subsídios para entender os processos de identificação através dos quais o sujeito discursivo se constitui. Dessa forma, não podemos pensar as questões de gênero sem levar em conta os efeitos do processo de interpelação ideológica. As autoras Zoppi-Fontana e Ferrari (2017, p. 14) afirmam que a identificação de gênero se dá por um trabalho imaginário de “reconhecimento/desconhecimento que constituem os sujeitos nas suas relações sociais” e complementam dizendo que

No jogo especular das formações imaginárias, das projeções antecipadas que demandam diversos modos de estar no mundo, ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda sua equivocidade, faz parte do processo de constituição do sujeito do discurso.

Entende-se, portanto, que é no processo de interpelação do indivíduo em sujeito do discurso que se dá a identificação de gênero e sexualidade<sup>8</sup>. Isso significa que pensar o gênero a partir da análise do discurso requer que o consideremos

---

<sup>8</sup> Gênero e sexualidade, embora sejam termos interligados, referem-se a noções distintas: o primeiro refere-se à construção social dos papéis destinados ao feminino e ao masculino na sociedade. Já a sexualidade é um termo mais abrangente, compreendendo, entre outras noções, a orientação sexual dos sujeitos e a identidade de gênero.

como um é um processo “sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade” (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017, p. 9).

Pensar o gênero a partir de uma teoria materialista do discurso como a AD requer que consideremos os elementos essenciais que constituem os sujeitos nesta teoria. Isso significa não deixar de considerar o papel da ideologia na constituição dos sujeitos, sendo essencial, também, para pensar as relações de gênero. O estudo desenvolvido por Tejada (2020, 2021) contribui para pensarmos sobre as questões de gênero na AD, sem dissociá-lo do processo de determinação histórica ao qual está inserido, levando em consideração os aspectos epistemológicos da teoria como as condições de produção, as formações imaginárias, incluindo as relações de força, de sentido e de antecipação implicadas no processo dessas formações. Segundo a autora, para pensar o gênero na AD é necessário “pensar os processos histórico-ideológicos que constroem os sentidos aos quais os sujeitos serão assujeitados e que moldarão suas relações com os demais” (TEJADA, 2021, p. 169). Desse modo, o gênero é uma construção histórico-ideológica “que pode garantir aos sujeitos uma posição de dominação ou subjugação”, estando “intimamente relacionado às relações de exploração e opressão” (TEJADA, 2021, p. 175).

A formação social em que estamos inseridos reproduz a ideologia dominante que sustenta as construções de gêneros pautadas no determinismo biológico, estabelecendo uma relação direta entre “biologia sexual, identificação de gênero e orientação sexual” (VINHAS; ERNST, 2021, p. 81). No entanto, ao considerar o gênero a partir de uma teoria materialista do discurso, não devemos deixar de pensar os processos sócio-histórico-ideológico que afetam as questões de gênero e sexualidade. Dessa forma, a ideologia dominante está pautada em pressupostos que garantem aos homens uma posição de dominação em relação à mulher, reproduzindo discursos hegemônicos cis heteropatriarcais. A ideologia dominante trabalha, nesse sentido, criando um rigor no comportamento feminino e interpelando as mulheres para atender aos requisitos que ela impõe, o que, no nosso entendimento, funciona para a manutenção e reprodução da violência doméstica contra mulheres.

Pelo caminho da psicanálise, nos ancoramos em Kehl (2016, p. 82) para pensar a construção de um imaginário dominante sobre a feminilidade. Segundo a

autora, “os discursos masculinos sobre a feminilidade construíram uma espécie de Eu Ideal, apontando para o que as mulheres deveriam ser, reduzindo-as a um objeto de desejo do Outro”. É possível notar que o imaginário sobre a feminilidade foi formulado, na maior parte, por homens, já que eram eles que tinham o acesso às ciências e prestígio para serem ouvidos, o que nos leva a afirmar que a construção de um ideal de feminilidade foi discursivizado pela masculinidade.

Na perspectiva de Magalhães (2005, p. 101), homens e mulheres também se constroem historicamente. A autora não conceitua gênero, mas sugere que não existem características pré-determinadas para a definição dos sexos. Ela diz que

Na verdade, não há essência masculina nem feminina, mas homens e mulheres que se constituem historicamente e que, por isso, adquirem certas formas de lidar com o mundo, reagem de maneiras diferentes por condicionamentos sociais e possuem uma visão de mundo conservadora ou transformadora da sociedade, a partir da história de vida de cada um e do tempo histórico e social a que estão submetidos.

Pensar em “essências” levaria a uma restrição de papéis desempenhados pelos sujeitos na vida em sociedade. Dessa forma, existiria uma ideia conservadora e limitada de pensar o gênero, levando à reprodução de características pré-determinadas para homens e mulheres.

Uma das manifestações da ideologia patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2009, 2015) é o que conhecemos como machismo. A violência faz parte da hierarquia patriarcal desde o início da nossa história. Sempre que há resistência a esse sistema por parte das mulheres, seu destino é a violência, podendo chegar em casos extremos, como o assassinato. Estamos tão acostumados a esse sistema que, para muitas pessoas, parece natural a forma na qual a sociedade se organiza. É muito difícil questionar a ordem das coisas, mas se faz necessário pensar como tudo se organiza. É normal que haja um sistema que privilegie apenas uma pequena parcela de indivíduos enquanto violenta e obriga outra grande parte a se submeter?

Inserido no contexto patriarcal, o mundo social é organizado em torno da masculinidade, reproduzida nas práticas de todos nós ao longo de toda a história. Além de ser manifestada em práticas ao longo da vida, as manifestações da ideologia patriarcal de gênero também são materializadas nos discursos. Os discursos dominantes que circulam na sociedade pregam que a soberania masculina justifica-se como algo puramente biológico e natural, sem que seja necessário questionar esse lugar privilegiado que legitima a violência exercida contra mulheres. Dessa forma, há um imaginário equivocado e recorrente que julga como natural e



legítima a presença dominante de homens na esfera pública, ocupando o maior número de cargos do âmbito do trabalho, por exemplo, sem que isso signifique um problema e que precise de questionamentos.

São muitos os fatores que contribuem para a reprodução e permanência da ideologia patriarcal de gênero na sociedade. Alguns exemplos são as instituições como Igreja, Escola e Família que funcionam como Aparelhos Ideológicos de Estado<sup>9</sup>, agindo nas formações sociais, contribuindo para a reprodução de discursos voltados à ideologia dominante, pertencente à classe dominante.

Conforme Althusser (1970, p. 84), “uma ideologia existe sempre num aparelho”: isso significa dizer que os aparelhos ideológicos do estado agem a partir de uma ideologia que, como já mencionamos, é a que pertence às classes dominantes da sociedade. Acontece que a existência dessa ideologia é material, manifestando-se sob diferentes formas. Na perspectiva discursiva adotada neste trabalho, temos a ideologia se manifestando no discurso, ou seja, a ideologia sendo materializada no discurso, e este, por sua vez, materializando-se na língua. Remetemo-nos a Orlandi (2015, p. 45), quando diz que não existe sujeito sem ideologia, e a Pêcheux ([1975] 2014a, p. 162), quando menciona o assujeitamento do sujeito à ideologia. Nesse sentido, não há prática que não seja ideológica. Agimos sempre determinados por processos de ordem sócio-histórico-ideológica. Althusser (1970, p. 90) diz que a

(...) ideologia existe num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença.

A ideologia tem, portanto, papel fundamental na constituição do sujeito de que trata a AD. É ela que interpela o indivíduo em sujeito. A partir da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito é que teremos a identificação dele em uma formação discursiva ou outra.

Numa sociedade de classes, as relações se dão de forma hierárquica. Essa estrutura não muda quando consideramos as relações de gênero. Essas relações também são frequentes nos discursos, em que se materializam, através da língua, posições de dominação. O discurso é o espaço em que essas posições entram em disputa. Cada sujeito enuncia a partir do lugar que ocupa. Se pensarmos nas

---

<sup>9</sup> Conforme teorizado por Althusser (1970, p. 43) como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”.

relações de gênero na forma como são estabelecidas a partir do patriarcado e do capitalismo, segundo o modo como nossa sociedade se organiza, quem ocupa o lugar de prestígio e legitimidade é o homem cishetero. À mulher cabe o papel secundário ou o silêncio. Pelo viés da AD com a qual nos filiamos, Pêcheux ([1969] 2014b, p. 76) afirma que

(...) o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma outra forma de ação política.

A citação acima reforça, portanto, que as relações de força são postas no discurso a partir do lugar ocupado pelo sujeito. Se pensarmos as relações de força materializadas no nosso *corpus* de análise, o efeito de sentido produzido pelo discurso das mulheres vítimas de violência só poderá ser compreendido se observarmos o lugar que elas ocupam enquanto enunciatórias de suas histórias.

Quanto à relação de opressão que permeia o universo feminino, Saffioti (2009, p.11) reforça e esclarece o fenômeno da dominação-exploração que constitui um único fenômeno. Explicando o uso desses termos, Saffioti (2009, p. 30) afirma que não há como separar o processo de dominação masculina e o processo de exploração capitalista, já que são “duas faces de um mesmo processo”.

Ainda nesse sentido, a autora afirma que

(...) a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2009, p. 11).

Falamos que o patriarcado é um sistema hierárquico das relações de gênero e quem está no topo da pirâmide é o homem, detendo os mecanismos de dominação. A violência pode crescer quando o papel de dominador é questionado ou em épocas de crise. Segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 58),

Nesses momentos, quando a ansiedade em relação à própria condição, à precariedade econômica e à incerteza política surge, também a ordem de gênero parece estremecer. Alguns homens sentem que as mulheres estão “fora de controle” e a sociedade moderna, com suas novas liberdades sexuais e fluidez de gênero, está “fora do eixo”. (...) Sua destreza sexual e seus poderes de sedução estão em questão. Percebendo sua masculinidade ameaçada, eles explodem.

Nessa lógica, a violência surge quando a dominação escapa do domínio masculino. As reações violentas são uma resposta à perda ou ao questionamento da sua posição enquanto dominador e acontecem no ambiente doméstico, lugar que

eles encontram para expressar seus descontentamentos, suas crises e ansiedades. E quem sofre as consequências disso é, na maioria das vezes, as mulheres, suas companheiras. Cabe salientar aqui a importância do movimento feminista na luta pela ressignificação do ambiente privado. O âmbito privado deixou de ser restrito ao interior do domicílio e passou a ser um espaço político de luta em favor da segurança e bem-estar de muitas mulheres em situação de violência. Nesse sentido, Bandeira (2014, p. 453) diz que o movimento feminista retirou o combate à violência da esfera privada e familiar, “legitimando-o como problema político e de saúde pública, envolvendo os direitos humanos das mulheres”. Dessa forma, o privado passa a ser também assunto pertinente ao Estado, que precisa criar mecanismos de políticas públicas para preservar as vidas das mulheres. Essa é uma luta que se trava também na linguagem, em que o político se faz presente pela língua, na luta pela direção dos sentidos, já que, segundo Orlandi (1998, p. 74), compreender o político discursivamente “significa que o sentido é sempre dividido”, e essa divisão não é indiferente às relações de força que se impõem no decorrer da história e que são derivadas da forma pela qual a sociedade se organiza. Isso significa que a luta travada por centenas de mulheres na busca por direitos mínimos de existência também se dá através da língua na luta pelos sentidos, compartilhando suas histórias, se fazendo ouvir, existindo através da luta e do político.

Para Arendt (2020, p. 73), poder e violência não são termos equivalentes, apesar de estarem intimamente relacionados. Quando o poder é ameaçado, a violência se faz presente. À proporção que um fenômeno aparece, o outro tende a desaparecer. Onde há violência, o poder está em risco. Arendt (2020, p. 71) diz que “o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido” e afirma ainda que a violência tem caráter instrumental, almeja um fim, sendo justificável, mas nunca legítima, enquanto o poder não precisa ser justificável, pois é inerente às comunidades políticas.

A autora chama a atenção para o fato de que a violência e o poder não são fenômenos naturais, ou seja, não fazem parte do “processo vital” da espécie humana. Ao contrário do que muitos pensam, esses fenômenos, segundo Arendt (2020, p. 103), são parte do “âmbito político dos negócios humanos”. Essa afirmação nos leva a refletir sobre a forma como a sociedade, de um modo geral, banaliza agressões de todos os tipos. Podemos citar como exemplo, além dos registros de violência contra mulheres e lgbtqi+, a recorrência de agressões

policiais, principalmente contra negros. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>10</sup>, divulgados em 2020, indicam que, em 2019, 79,1% das vítimas de intervenções policiais que resultaram em morte eram negras. No que diz respeito à violência contra mulheres, os dados apontam que, em 2019, 66,6% dos casos de feminicídios aconteceram com mulheres negras. Isso não acontece porque é natural do homem, mas sim porque é um ato político contra tudo aquilo que resiste às normas estabelecidas pelo poder dominante.

Além das discussões propostas por Arendt (2020) sobre a violência, o filósofo Žižek (2014, p. 17) também teoriza sobre três modos de violência: sistêmica, simbólica e subjetiva. A violência simbólica pertence à linguagem e “à imposição de um certo universo de sentido”. Ela vai além da violência evidente nas relações de dominação social em que são reproduzidas. A violência simbólica manifesta-se através da linguagem<sup>11</sup>, e nas suas mais diversas formas de expressão. A violência sistêmica, ao contrário, é considerada pelo autor como consequência do funcionamento dos sistemas econômico e político presentes nas sociedades. A violência subjetiva, segundo Žižek (2014), é a mais visível das três por ser exercida por agentes sociais e aparelhos repressivos disciplinados.

Soihet (2002) realizou um estudo sobre a violência nas relações entre gêneros, focando em como essa violência incide no corpo da mulher. Ela diz que, nos casos de agressões domésticas, é comum perceber a lógica de reprodução do sistema patriarcal. Há um papel reservado ao homem e outro reservado à mulher. Quando existia resistência na reprodução desses estereótipos por parte das mulheres, o homem sentia-se no direito de agredi-la. Uma constatação da sua pesquisa é o fato de que a violência não ocorre apenas como agressão física. Existe a violência simbólica manifestada a partir da normatização da submissão feminina, da restrição da liberdade e da autonomia da mulher para decidir sobre sua própria vida. A relação de dominação por parte dos homens é construída na história, manifestando-se através da cultura e da linguagem.

Ainda segundo Soihet (2002), após a consolidação da burguesia no poder no século XX, houve uma drástica separação entre os gêneros nas esferas pública e

---

<sup>10</sup> O infográfico disponibilizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública pode ser conferido em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2020-v6.pdf>> Acesso em: 27/01/2021.

<sup>11</sup> Como exemplo, podemos citar o estudo realizado por Tejada (2020), no qual aborda a violência manifestada através do humor.

privada da sociedade. Aos homens lhes era permitido a atuação na esfera pública, enquanto às mulheres lhes era destinado o âmbito privado. Quanto mais elevado o nível dos segmentos sociais, maior a diferença entre esses espaços. As mulheres foram excluídas de ocuparem espaço na esfera pública, pois a sociedade, de um modo geral, não considerava que a inteligência ou a intenção de pertencerem ao âmbito público lhes eram adequadas. Não lhes era permitido agir politicamente no âmbito público.

Nos padrões burgueses, o estereótipo que se tem da mulher é aquela que se prepara para casar, para cuidar da casa, para criar os filhos, que é romântica, que se preocupa com a beleza, a que mantém a estrutura familiar. Essa conduta, dita como normativa para as mulheres, corrobora com o pretexto de que mulheres não são aptas ou interessadas em trabalhos formais, políticos, acadêmicos, científicos, ou trabalhos remunerados fora do ambiente doméstico.

Para muitas mulheres do século XIX, o casamento, a demanda de cuidado com o lar e a responsabilidade pela criação dos filhos foram os únicos caminhos que encontraram como um meio de ascensão social. Kehl (2016, p. 65) chama a atenção para o fato de que esses caminhos não foram plenamente impostos às mulheres, mas que foram vias estreitas demais para a identificação de mulheres que começavam a conhecer outras opções de destino que a sociedade moderna burguesa vinha mostrando como possibilidade para além do casamento, da maternidade e do lar. A posição de esposa, mãe e dona de casa parecia ser a única via destinada às mulheres para que pudessem conquistar algum prestígio no molde de sociedade que se formava com o estabelecimento da burguesia. Com a chegada da modernidade, muitas mulheres começaram a ser apresentadas a outros destinos que nada tinham a ver com o casamento ou cuidado com o lar, possibilitando que vislumbassem outras opções de destino para suas vidas, mas que, infelizmente, poucas conseguiram alcançar, já que a maioria, acabava se entregando ao casamento a fim de evitar a briga com a família. Percebe-se, dessa forma, que houve uma exclusão da mulher nos pressupostos defendidos pela modernidade e oferecidos ao sujeito moderno. Ao sujeito moderno eram oferecidos ideais de autonomia e liberdade para escreverem seus destinos. No entanto, esses mesmos ideais não eram uma possibilidade se esse sujeito moderno fosse mulher.

Magalhães (2005) diz que o ambiente doméstico e familiar é onde se produz e reproduz a força de trabalho e entender esse processo é a única forma de buscar a base da exploração e dominação do sexo feminino no modo de produção capitalista.

Enquanto não se modificar a estrutura familiar, que advém com a implantação da sociedade capitalista (familiar, nuclear, composta apenas de pais e filhos, responsável por suas próprias necessidades básicas), não se poderá entender o papel feminino sem entender o processo de reprodução da força de trabalho (MAGALHÃES, 2005, p. 69).

Além da força de trabalho, a autora afirma que é na família que se tem o “repasseamento da moral e das normas (ideologias) sociais” (MAGALHÃES, 2005, p. 70) em que, na grande parte das vezes, reforça o papel da mulher como mantenedora do lar, da família e criadora dos filhos, contribuindo para a permanência do sistema. Segundo Kehl (2016, p. 38), nos padrões burgueses, a família era constituída de um ideal de feminilidade cuja função era “promover o casamento não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar”. A feminilidade, conforme afirma Kehl (2016, p. 40), é “um conjunto de atributos próprios a todas as mulheres em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora”. Significa dizer que o ideal de feminilidade construído na sociedade burguesa definiu a família e o espaço doméstico como único lugar social pertencente às mulheres e que lhes conduziria para a única via de destino possível: a maternidade. Para que esse ideal de feminilidade fosse alcançado, as mulheres foram orientadas a seguir “virtudes próprias da feminilidade: o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e às necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos”.

Nesse sentido, cria-se um distanciamento da participação feminina da vida pública, impossibilitando a participação no mercado de trabalho, na vida acadêmica ou política. Possibilidades como essas são colocadas em segundo plano quando as mulheres têm filhos. Na maioria dos casos, a prioridade é a criação dos filhos e a manutenção do lar, ficando a realização profissional esquecida ou adiada para o momento em que os filhos já não dependem diretamente da mãe.

Nos casos em que as mulheres optam por continuar com o trabalho ou com os estudos, deixando seus filhos sob cuidados de pessoas de confiança (outras mulheres, principalmente) ou colocando-os em escolas infantis, são julgadas como irresponsáveis, longe de serem boas mães, ultrapassando todas as normas da condição feminina.

As fronteiras entre o público e o privado implicam diferenças para homens e mulheres assim como acentuam a desigualdade existente entre os gêneros. Já existem debates dentro do feminismo que questionam a separação dessas esferas. Considerar a dualidade entre essas esferas é ignorar o fato de que o que ocorre em uma tem impacto na outra (BIROLI, 2014). Por exemplo, o tempo que uma mulher dedica à sua casa, aos seus filhos no âmbito privado, tem impacto no tempo em que pode dedicar-se a um trabalho remunerado no âmbito público se almejar por isso. Se existissem relações mais justas para mulheres na vida doméstica, elas conseguiriam ampliar suas possibilidades na vida pública e política da sociedade. Entender que esfera pública e privada são coisas distintas pode corroborar com a violência, já que ela tende a ser mais frequente na esfera privada.

A esfera privada, para muitas mulheres, não é segura, uma vez que é o lugar em que a violência tende a se fazer presente. Essa dura realidade se mostrou evidente com a chegada do isolamento social, imposto em nível mundial pela pandemia do novo Coronavírus, desde Março de 2020 no Brasil. De acordo com os dados divulgados pelo Fórum de Segurança Pública no final de 2020, no primeiro semestre do ano em pandemia, os casos de feminicídio aumentaram<sup>12</sup> 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As ligações para o 190 cresceram 3,8%, totalizando ao final do ano 147.379 chamadas. Por conta do isolamento social, os registros nas delegacias caíram, mas isso não significou a diminuição da violência, já que os dados nos mostram o aumento de registro no número da polícia. Por não poderem sair de casa, muitas mulheres recorreram ao número da polícia, 190, e à Central de Atendimento à Mulher, 180.

Ainda segundo o relatório da Central 180, do total de ligações, 78,96% são denúncias de violência doméstica e familiar. Desse percentual, 61% são de violência física, 19,85% de violência moral e 6,11% de tentativa de feminicídio. Os autores das agressões são, na maioria, os companheiros das vítimas (33%), seguindo a lista ex-companheiros (17,94%) e cônjuges (12,13%).

Os dados expostos acima demonstram como a esfera privada não dá segurança às mulheres, principalmente em tempos de isolamento social, em que

---

<sup>12</sup> Apesar dos altos índices de feminicídio no Brasil, o Rio Grande do Sul registrou uma queda de 77% nos casos de feminicídio no mês de março de 2021 que, segundo a reportagem, se deve às ações de segurança promovidas, em conjunto, pela Brigada Militar, Polícia Civil e Delegacia de Atendimento à mulher. Mais informações podem ser conferidas em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/04/08/rs-tem-queda-de-77percent-nos-casos-de-feminicidio-em-marco-apontam-dados-da-seguranca-publica.ghml>> Acesso em: 25/04/2021.

muitos casais precisaram passar mais tempo juntos no mesmo espaço domiciliar. A consequência disso foi o aumento da violência e da insegurança das mulheres que precisavam conviver mais horas com seus agressores. A solução encontrada, como podemos conferir nas pesquisas, foi a busca por ajuda na esfera pública, que disponibiliza centrais de atendimentos para garantir a segurança e os direitos das vítimas. Se considerarmos que a esfera pública não tem impacto na esfera privada, as mulheres vítimas de violência podem ficar desamparadas de políticas públicas que garantam seu bem-estar dentro de seu próprio domicílio.

É notável que, com o passar do tempo e com anos de luta, as mulheres foram conquistando espaços, tendo acesso ao ensino superior, ao trabalho formal, chegando assim à esfera pública e distanciando-se das tarefas domésticas, embora, em muitos casos, cumpram dupla jornada: conciliando o trabalho remunerado fora de casa e o trabalho doméstico.

O acesso à educação formal foi uma conquista fundamental para permitir a emancipação das mulheres em relação à sua vida financeira, intelectual e profissional, o que transformou também a configuração de seus lares e famílias. No século XIX, a escolarização de mulheres tornou-se obrigatória, levando-as ao processo de alfabetização. O que significava um passo importante na direção de direitos igualitários assustava os conservadores da época, os quais acreditavam que a educação igualitária entre meninos e meninas poderia “minar os fundamentos da sociedade” (KEHL, 2016, p. 71), além de concordarem que a erudição poderia ser um risco de destruição da feminilidade das moças. Esses dizeres continuam produzindo sentido, pois são resgatados do interdiscurso pelos sujeitos em dadas condições de produção sócio-histórico-ideológicas. Podemos ilustrar, como exemplo disso, a fala<sup>13</sup> do Bispo Edir Macedo sobre a educação das filhas, que circulou nas redes sociais em 2019 gerando algumas polêmicas. Na ocasião, ele afirma que não gostaria de ver as filhas cursando uma faculdade, pois isso as tornaria “a cabeça” da relação caso casassem com um homem de grau escolar inferior ao delas, o que levaria ao fracasso dos seus casamentos e ao não cumprimento da vontade de Deus. As filhas, e as mulheres em geral, afirmou o Bispo, deveriam estudar até o ensino médio e servirem aos maridos e a Deus para conquistarem a felicidade. Além

---

<sup>13</sup> Mais informações sobre a fala do Bispo podem ser conferidas no site <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>



disso, criticou o incentivo ao estudo e à independência das mulheres fomentando na sociedade atualmente. Desse modo, vemos a ideologia dominante interpelando o sujeito, colocando em jogo no seu discurso dizeres que se relacionam com já-ditos resgatados de formações discursivas onde circulam saberes machistas e de cunho religioso.

Apesar de ainda termos discursos contrários ao acesso da mulher à educação, ao longo dos anos vimos muitas mulheres chegando às universidades. Embora mudanças positivas tenham ocorrido ao longo da história no que diz respeito ao acesso de mulheres à educação, essa conquista não as deixou em par de igualdade com os homens no que se refere às condições de trabalho. Ainda que vejamos cada vez mais as mulheres ocuparem postos de trabalhos na esfera pública, quanto mais elevadas posições em cargos de trabalho, mais rara a presença de mulheres. Uma pesquisa<sup>14</sup> realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicada em 2018, traz dados que confirmam a desigualdade ainda existente no ramo do trabalho.

A pesquisa aponta que, apesar de mais escolarizadas, as mulheres ganham cerca de  $\frac{3}{4}$  a menos que os homens, exercendo a mesma função que eles. Além disso, pouco mais de 60% dos cargos gerenciais ficavam entre os homens. E quanto às vagas na vida pública, apenas 10% eram de deputadas federais em 2017. Além dos dados anteriores, o estudo aponta que a diferença existente entre mulheres brancas e pretas ou pardas no que se refere ao acesso à educação é notável. Cerca de 23,5% das mulheres brancas tem ensino superior completo, enquanto apenas 10,4% das mulheres pretas ou pardas o tem.

Além de lutarem diariamente por um lugar no mundo do trabalho, quando conseguem, têm de lutar, novamente, por um direito básico: o respeito. Realizada ao longo de 2020, uma das pesquisas do Instituto Patrícia Galvão<sup>15</sup>, em parceria com o Instituto Locomotiva, identificou que 76% das mulheres já sofreu algum tipo de

---

<sup>14</sup> Mais informações podem ser conferidas em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>> e também no informativo do IBGE, disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)> Acesso em: 12/04/2021.

<sup>15</sup> O Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista que desde 2001 dá visibilidade para debates sobre direito das mulheres e se faz presente na luta contra violência sofrida por mulheres. Mais informações sobre a pesquisa podem ser conferidas em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa-revela-76-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-e-assedio-no-trabalho/>> Acesso em: 12/04/2021

violência ou assédio no trabalho. Os constrangimentos começam com xingamentos, gritos, críticas, discriminação por conta da raça, idade ou orientação sexual, chegando à agressão física ou estupro. As lutas feministas já mostraram resultados positivos na busca de emancipação da mulher e pelos direitos fundamentais de agir em sociedade, mas, observando o resultado das pesquisas apresentadas, nota-se que há muito o que ser feito para chegarmos na igualdade e equidade de gênero.

O sistema patriarcal, que há muito vem privilegiando o gênero masculino em detrimento do feminino, legitima muitas formas de violência contra as mulheres. Todas as armas usadas pelo patriarcado funcionam para impedir o crescimento das mulheres na sociedade, impedir que exerçam seus direitos ao corpo, à vida, ao político.

Saffioti (2002) afirma que a situação de violência faz parte de um contexto político. Considerar a violência parte de um processo político, afirma a autora, faz parte de uma das contribuições das lutas feministas radicais nos Estados Unidos no início da década de 1970. Nas palavras da autora:

Elas afirmaram: “O pessoal é político”. Por que ainda hoje se tenta dizer que a relação homem-mulher não é uma relação política, e sim interpessoal? Exatamente para desviar a atenção dos membros da sociedade das profundas desigualdades que ela abriga (SAFFIOTI, 2002, p. 34)

As relações entre homens e mulheres são, portanto, políticas. Isso significa dizer que é uma relação atravessada pelo poder que reflete nas relações de gênero e, conseqüentemente, destina à mulher o lugar de objeto da violência. É importante salientar que os homens não estão livres de sofrerem com a violência oriunda das relações de gênero. Ela existe, sim, mas com menos frequência do que vemos acontecer com as mulheres.

As diferenças são inerentes aos seres humanos. Homens são diferentes de mulheres. Não há problema em afirmar isso. O problema está quando as diferenças se transformam em desigualdades para favorecer um gênero em relação a outro. É a desigualdade que os feminismos e os estudos de gênero buscam combater. Não só a desigualdade entre os gêneros, visto que as posições de poder ocupadas nas esferas públicas são predominantemente masculinas – mas entre mulheres também, considerando as especificidades que aparecem quando olhamos para a raça e a classe social.

Na perspectiva discursiva - que orienta este trabalho - trazemos o que afirma Lunkes (2019, p. 194) sobre a violência:

(...) trata-se de um conjunto de gestos de violência que, pela evidência ideológica da formação social capitalista, corroboram e legitimam desigualdades de toda ordem, sejam de classe, de raça e/ou de gênero, que atuam não apenas no sentido de verticalizar/hierarquizar as relações, mas também de cristalizar os efeitos de superioridade e inferioridade colocados em jogo no discurso de um sujeito ou grupo sobre o outro.

Dessa forma, a violência pode se manifestar de diferentes maneiras nas práticas discursivas, já que seu funcionamento depende dos efeitos de evidência produzidos pela ideologia que interpela os sujeitos: aqueles que “inscrevem os efeitos de violência no discurso” e aqueles “para quem se endereça a violência” (LUNKES, 2019, p. 84).

As práticas de violência, pelo viés discursivo, têm relação, portanto, com os efeitos de identificação produzidos pela interpelação ideológica que constitui o sujeito. A forma com a qual o sujeito se relaciona com sua exterioridade pode ser determinante para mobilizar a violência no discurso.

Falamos até o presente momento sobre o que acreditamos ser o suporte que justifica e legitima a violência contra as mulheres, tendo como base estudos oriundos do campo da sociologia aliada ao marxismo, da teoria da reprodução social e do feminismo, que contribuem para entendermos de modo amplo as condições de produção implicadas neste estudo, além de sinalizar como essas questões são postas no campo discursivo dos estudos da linguagem. Achemos importante fazer esse percurso de tentar compreender como o gênero e o patriarcado, aliados ao sistema capitalista, corroboram para a opressão de gênero, a fim de traçar um panorama geral sobre os problemas que afetam a vida das mulheres. Dito isto, abordaremos a seguir o conceito de violência doméstica contra mulheres, pois é ele o tema central deste trabalho.

De modo geral, entende-se por violência qualquer ato capaz de violar os direitos humanos de qualquer indivíduo. Denomina-se violência doméstica a violação dos direitos numa relação afetiva que “tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio” (SAFFIOTI, 2015, p.76).

A violência doméstica faz parte da relação entre homens e mulheres inseridos na ordem patriarcal de gênero da qual falamos anteriormente. Existe um poder que é dado ao homem, permitindo-lhe inúmeros privilégios em suas relações sociais, ao passo que à mulher lhe é dado o espaço da submissão, violência e impotência, embora muitos avanços já tenham acontecido em relação à ocupação de mulheres em espaços públicos, como na política e no trabalho, por exemplo. Saffioti (2015),

ao discutir sobre os dados da sua pesquisa feita sobre violência contra mulheres, mostra que há grande evidência de que, quando os homens são questionados, ou sentem que estão perdendo o poder que socialmente lhes é conferido, há maior possibilidade de cometer violência contra sua parceira. Ou seja, ao depararem-se com a impotência, os homens tendem a cometer atos violentos.

Nas duas últimas décadas, três importantes leis foram promulgadas, reconhecendo a urgência da necessidade de garantir segurança às mulheres, e criando medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, garantindo-lhes o direito à vida e à integridade física, moral, psicológica e prevendo pena para seus agressores. Trata-se da Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que define a violência doméstica e revela seus tipos; a Lei nº 13.104/15 que alterou o Código Penal brasileiro, incluindo o feminicídio “como circunstância qualificadora do crime de homicídio” (BRASIL, 2015) e, recentemente, em 2021, a Lei nº 14.188/21, que define como crime a violência psicológica praticada contra a mulher, incluindo no Código Penal Brasileiro sua definição e pena ao agressor.

Além das leis anteriormente citadas, existe a Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180, criada pela Lei nº 10.714/2003, que prevê a existência de número telefônico para atender mulheres vítimas de violência doméstica. O objetivo dessa Central é prestar atendimento às vítimas, oferecendo orientação, acolhimento, registro da agressão e encaminhamento ao serviço de atendimento especializado. O contato com o 180 pode ser feito em qualquer dia na semana, em qualquer horário.

A Lei Maria da Penha tem o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres e garantir a elas os direitos fundamentais para uma vida plena na sociedade. Segundo os artigos 2º e 3º da referida Lei,

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006).

Além de assegurar o direito fundamental à vida das mulheres, a Lei Maria da Penha define violência doméstica como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

Não basta apenas uma definição ampla e generalizada de violência doméstica. É fundamental saber que ela se manifesta de diferentes formas, desde a mais sutil até a mais agressiva. É sobre isso que trata o Art 7º da Lei nº 11.340 de 2006. Segundo essa lei, existem cinco tipos diferentes de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Diferenciar os tipos de violência não significa que elas ocorram isoladas umas das outras. Muitas vezes, em uma mesma relação afetiva, a violência pode manifestar-se em todas as formas, de forma gradual, iniciando pelas formas mais sutis até chegar à agressão física. A agressão física parece ser um gatilho para que as mulheres procurem ajuda, uma vez que os outros tipos de violência não são considerados graves, criando a ilusão de que “vai passar”. No entanto, o que de fato acontece é a progressão dessa violência, chegando em casos extremos como a violência física e o feminicídio. Nesse cenário, faz-se necessária a disseminação de informações sobre os outros tipos de violência, a fim de conscientizar e alertar a população sobre a forma plural pela qual a violência se manifesta. A Lei Maria da Penha caracteriza os cinco tipos de violência da seguinte forma: (1) violência física – qualquer conduta que agride a integridade física da mulher: o espancamento é um exemplo; (2) violência psicológica – conduta que cause dano emocional à vítima: ameaças, humilhação, chantagem, manipulação, isolamento da mulher, proibição do convívio com amigos ou familiares, insultos, etc.; (3) violência sexual – conduta que mantém relação sexual não desejada mediante uso da força: estupro, impedimento do uso de métodos contraceptivos e limitação dos direitos reprodutivos; (4) violência patrimonial – conduta que danifica os bens adquiridos pela mulher: controle do seu dinheiro ou dos seus bens; (5) violência moral – conduta que cause difamação, calúnia ou injúria: fazer críticas, expor a vida íntima da vítima, por exemplo. É preciso que essas informações circulem entre a população para evitar que ainda mais mulheres sejam vítimas de relações abusivas, incentivando-as a estarem atentas aos sinais para que a violência não progrida e seja coibida. Importante chamar a atenção para o fato de que a violência pode acontecer também em outras relações, não necessariamente afetivas, como é o caso da manifestação desses tipos de violência no meio familiar. No entanto, o foco desta pesquisa é a violência doméstica contra mulheres em relacionamentos afetivos, por isso o enfoque dado às relações afetivas.

Uma das características da violência doméstica é que as agressões tendem a obedecer a uma certa rotina, ou seja, há uma padronização dos atos violentos. O “ciclo de violência” ficou conhecido após divulgação do estudo feito pela psicóloga norte-americana Lenore Walker. A psicóloga percebeu a repetição de atitudes agressivas nos relatos de mulheres que sofreram violência doméstica. Em 1979, ela publicou o livro *The Battered Woman* (A mulher Maltratada) no qual descreve as fases do processo de violência.

Segundo Walker (2009) as fases do Ciclo de Violência são denominadas da seguinte forma: 1) Aumento da Tensão; 2) Ato de Violência; e 3) Lua de mel. Na primeira fase, o agressor irrita-se facilmente quando suas expectativas são frustradas por algum motivo, banal ou não. Por conta do comportamento agressivo do homem, a mulher passa a tentar acalmá-lo e agir de forma que não o perturbe. Na segunda fase, toda a tensão acumulada na fase anterior é materializada em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Nesse momento, a mulher pode assumir o papel de romper essa fase procurando ajuda externa, ou, como acontece na maioria dos casos, ela sente-se impossibilitada de agir por conta do medo, da vergonha ou por sentir-se sozinha. Já na terceira fase, o que ficou denominado como “Lua de Mel”, entende-se como o momento em que o agressor se mostra arrependido e torna-se amável, carinhoso, muda alguns hábitos para reconciliar-se com a mulher. Nessa fase, pode acontecer a dependência da vítima ao agressor, já que ela se sente responsável por ele e pressionada a seguir com o relacionamento já que “ele mudou”.

Reconhecer os tipos de violência doméstica, bem como as fases pelas quais ela passa, é importante para que as mulheres saibam como agir diante de uma situação abusiva. É necessário que haja conscientização e discussão sobre violência contra mulheres em todos os âmbitos da nossa sociedade para que as mulheres consigam romper o ciclo enquanto há tempo, para que sejam ouvidas e plenamente respeitadas.

Antes de finalizarmos esta seção, é necessário esclarecer a diferença existente entre violência de gênero e violência doméstica, pois são termos que podem causar confusão. Precisamos ter atenção para não as confundir, já que não são a mesma coisa. Embora, muitas vezes, os termos sejam usados como sinônimos, cada um deles tem sua especificidade, e isso precisa ser levado em consideração quando estudamos os tipos de violência.

A violência de gênero, segundo Saffioti (2015, p. 85) “deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino”. Isso significa que a violência de gênero ataca a integridade daqueles que se identificam com o gênero não privilegiado. Isso não significa dizer que a violência de gênero acontece só do homem com a mulher; pode acontecer entre homens e entre mulheres. Mas infelizmente, há maiores comprovações que ela aconteça na relação homem-mulher. Portanto, a violência de gênero é baseada na desigualdade construída socialmente entre os gêneros feminino e masculino. Ela não precisa estar em uma relação afetiva para acontecer, como é o caso particular da violência doméstica que ocorre, predominantemente, nos domicílios das vítimas e praticada por seus companheiros. Na violência de gênero, qualquer pessoa, conhecida ou não, fora do domicílio, pode praticar a violência e ela ser enquadrada como violência de gênero. Dessa forma, é preciso entender que a violência contra a mulher (incluindo mulheres trans) não é, necessariamente, doméstica. Por isso a importância de especificar o tema desta pesquisa como violência doméstica contra a mulher, pois ela ocorre em situação e lugar específicos.

A violência doméstica, embora muito similar com a violência de gênero, pois está pautada na desigualdade entre os gêneros, tem suas particularidades, como já mencionamos. Mas cabe reforçar que a violência doméstica “ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa” (SAFFIOTI, 2015, p. 84). Além dessa peculiaridade, a violência doméstica costuma seguir um ciclo, como já explicamos anteriormente.

Com a intervenção cada vez maior da sociedade nas questões relativas a violências de gênero e doméstica e pela luta constante de mulheres por equidade e igualdade entre os gêneros, as questões relativas à violência contra a mulher já são um “problema público” (PERON, 2017, p.38). Novos espaços de compartilhamento de conteúdo, como os sites de redes sociais, e as mais diversas plataformas digitais, auxiliam no processo de luta contra a violência. A violência passa a ser, a partir desses novos meios, discursivizada no ambiente digital, lançando mão de um “lugar de enunciação” específico para essa prática política e de resistência contra a violência, conforme defende Bocchi (2017, p. 59) usando a proposta de Zoppi-Fontana (2001, p. 23) sobre lugares de enunciação, tidos como “uma das posições de sujeito”, já que a constituição do sujeito, nessa perspectiva, está relacionada

também a determinados lugares de enunciação e não só em relação ao saber de uma formação discursiva com a qual o sujeito se identifica.

Pensando na abordagem teórica com a qual a Análise de Discurso trabalha, ao tomarmos como tema de pesquisa a violência doméstica, podemos afirmar que existe o interdiscurso que disponibiliza todos os dizeres acerca desse tema, sobre a mulher, sobre violência, questões de gênero e sobre o poder dominante dos homens. São saberes que circulam em nossa sociedade e, de acordo com cada tomada de posição dos sujeitos, de acordo com cada formação ideológica, esses saberes serão manifestados em diferentes formações discursivas, em diferentes posições, construindo sentidos diferentes. E só temos acesso a isso através da língua que materializa o discurso reproduzindo essas formações ideológicas e discursivas.

O percurso que fizemos ao discutir questões como gênero, patriarcado e violência para, enfim, chegar à abordagem da violência doméstica **é** importante para compreendermos as condições de produção nas quais circulam os discursos selecionados para análise. As questões levantadas ao longo deste capítulo fazem parte de um processo sócio-histórico-ideológico que afeta a língua, os sujeitos e as relações sociais, por isso o debate se torna relevante.

Dadas as condições de produção em que nosso *corpus* se insere, no capítulo a seguir, trataremos das questões teórico-analíticas que norteiam nossa análise.



## **4 ANÁLISE DO DISCURSO: DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO**

Neste capítulo, vamos apresentar o suporte teórico que embasa nosso estudo e análise. A teoria que sustenta nossa pesquisa é a Análise de Discurso de viés materialista, proposta pelo filósofo Michel Pêcheux. Nosso intuito é discutir brevemente as bases epistemológicas que configuram a teoria e ressaltar os principais conceitos teórico-analíticos que nortearão nossa análise.

Em linhas gerais, a AD articulou os conhecimentos da Linguística a outras áreas das ciências humanas, o Materialismo Histórico e a Teoria do Discurso, para pensar em um objeto de estudo que contemplasse o sujeito, a história e a língua. Essas três áreas do conhecimento são articuladas e atravessadas pela teoria da subjetividade advinda da Psicanálise. Dessa articulação com outras áreas do saber houve a necessidade de ter um outro objeto teórico que não fosse apenas a língua analisada por ela mesma. Era necessário que houvesse um objeto que simbolizasse o social e o histórico. Dessa forma, então, o discurso passa a ser o objeto da AD. Ao longo do capítulo vamos entender de que forma essa articulação contribui para o estudo dos processos discursivos.

O materialismo histórico chega na AD através da leitura que Michel Pêcheux faz da proposta desenvolvida por Louis Althusser. Na formulação de uma teoria da ideologia em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser (1970, p. 77; p. 83) apresenta duas teses a respeito da ideologia: 1) “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”; 2) “A ideologia tem uma existência material”. Essas duas propostas serão incorporadas por Michel Pêcheux para pensar os processos discursivos de que trata a AD e contribuem para entendermos a relação entre língua e ideologia.

Afirmar que a existência da ideologia é material significa dizer que sua existência se dá sempre no interior de um aparelho e a partir de uma forma material. Desse modo, podemos afirmar que, enquanto sujeitos, nossas práticas sempre se dão de forma material no interior de um aparelho ideológico. Se pensarmos nas práticas religiosas reproduzidas no interior de um Aparelho Ideológico do Estado como a Igreja, a forma pela qual os sujeitos se relacionam com essas práticas se dá a partir de uma existência material: ir à missa, fazer o sinal da cruz ou ajoelhar-se diante do altar. A prática é o que dá a forma material à ideologia, prática pela qual o

sujeito se relaciona com suas condições reais de existência. Nesse sentido, Althusser (1970, p. 90) diz que

(...) o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existe num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos actos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença.

Nesse sentido, a ideologia tem sua existência material colocada em jogo sempre a partir da prática de um sujeito. Com base nessa formulação, surge uma noção importante da qual a ideologia depende: o sujeito. Dessa relação Althusser (1970, p. 91) enuncia duas teses conjuntas: 1) Só existe prática através e sob uma ideologia; 2) Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos. A ideologia, então, está presente em todas nossas práticas, sendo realizada pelo sujeito. Ela é feita de prática, não de “ideias” (PÊCHEUX, [1975] 2014c, p. 130). É assim também nas práticas discursivas em que a forma material da ideologia se é realizada na linguagem. Para a reprodução dos sentidos, a ideologia funciona produzindo evidências sobre determinada palavra ou enunciado, a partir das quais todo mundo sabe o que é uma mulher, um homem, uma criança, etc., “o efeito ideológico não se relaciona à falta, mas ao excesso: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito de evidência” (ORLANDI, 2016, p. 14). Ela não oculta os sentidos, mas os torna explícitos na materialidade, evidenciando-os.

A concepção de que não existe prática sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, é tomada por Michel Pêcheux para formular a noção de sujeito no interior de uma teoria materialista do discurso. O sujeito de que trata a AD é assujeitado à ideologia, passa de indivíduo a sujeito pelo viés da interpelação ideológica. Isso significa que o sujeito é constituído pela ideologia e produz seu dizer a partir de um lugar ideologicamente determinado, sem ter consciência de que sua relação com o mundo, com suas condições de existência, determina o que diz. Por isso, afirmamos que é assujeitado à ideologia. Ao longo do capítulo, voltaremos a abordar a noção de sujeito, mas, por ora, cabe saber que ele é interpelado pela ideologia (ORLANDI, 2015, p.44) para constituir-se como tal.

Ao trazer essas discussões para os fundamentos epistemológicos da AD, os processos discursivos passam a ser o lugar em que teremos a existência material da ideologia através do discurso. Indursky (2013, p. 25) entende que

(...) a ideologia para a AD consiste na representação da relação imaginária com o mundo real no interior dos processos discursivos. E o analista, ao

debruçar-se sobre o discurso, depara-se com a materialidade discursiva, que é concomitantemente linguística e ideológica.

Na AD, portanto, trabalhamos a partir de uma materialidade discursiva que articula, para a produção dos sentidos, a língua e a ideologia, no discurso. Tendo grande influência do materialismo histórico, a Análise do Discurso se coloca como uma teoria que parte da existência material dos processos discursivos para entender a produção de sentido das práticas discursivas dos sujeitos. Dessa forma, a língua, o discurso e a ideologia são compreendidas a partir de seu caráter material. Nas palavras de Orlandi (2015, p. 15), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. É a partir dessa materialidade que procuramos entender a produção de sentidos.

O processo discursivo que é formulado por Pêcheux ([1975] 2014c, p. 148) como um “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada” acontece a partir de uma base linguística. É nesse momento que vemos a Linguística aparecer como parte constitutiva da teoria da Análise do Discurso. No quadro epistemológico da AD, Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014a, p. 160) dizem que a linguística funciona como “teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos semânticos”. Dessa forma, partindo da base linguística, podemos observar o “seu funcionamento linguístico e discursivo” (INDURSKY, 2013, p. 26). Para uma teoria materialista do discurso, a língua se apresenta como a base linguística onde estarão funcionando os processos discursivos, ou seja, a língua é a base material na qual ocorre a produção dos sentidos. Em outras palavras a língua é o ponto de partida para proceder qualquer análise, pois funciona como a materialidade do discurso e não está fora da ideologia. Os processos discursivos são, portanto, desenvolvidos na base linguística e estão inscritos em uma relação ideológica de classes, uma vez que as práticas discursivas não são alheias à interpelação ideológica. Dessa forma, entendemos que a produção dos sentidos não pode estar desvinculada dos processos discursivos que se inscrevem no interior de uma relação dissimétrica entre classes, gênero e raça.

Aliada à base linguística e ao processo de interpelação do sujeito, chegamos ao terceiro ponto de articulação da teoria da AD: a teoria do discurso apontada como “a determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX; FUCHS ([1975] 2014a, p. 160). Significa dizer que o processo de entendimento sobre o

funcionamento da língua não pode ser desvinculado da sua exterioridade, ou seja, da história. Dessa forma, o discurso – objeto da AD – “não é um objeto inteiramente linguístico, pois também sofre determinações provenientes de suas condições de produção, ou seja, a exterioridade é constitutiva desse novo objeto de análise” (INDURSKY, 2019, p.171).

Falamos até o momento sobre as áreas que contribuíram para a formação da AD – Materialismo Histórico, Linguística, e a Teoria do Discurso -, mas ainda é necessário fazer referência ao que articula e atravessa os pontos de constituição da AD: a teoria da subjetividade que vem da psicanálise. Michel Pêcheux, ao inserir a psicanálise no quadro epistemológico da AD, faz surgir um sujeito desejante, descentrado e assujeitado à ideologia. A noção de sujeito que circulava nas Ciências Humanas e nas Ciências da Linguagem era a de um sujeito centrado, senhor de seus atos, completo e pleno, mas, ao considerar o sujeito a partir da teoria da subjetividade da psicanálise, na AD, o sujeito passa a ser “clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam” (FERREIRA, 2005, p.71). Dessa forma, a psicanálise contribui para pensarmos em um sujeito que será afetado, simultaneamente, pela Linguagem, pelo Inconsciente e pela Ideologia, deixando em cada uma dessas áreas um furo: na Linguagem, o equívoco; na Psicanálise, o inconsciente; e na Ideologia, a contradição. Ferreira (2005, p. 71) afirma que desses furos decorre o fato de a incompletude ser tão presente no quadro teórico da AD. Além disso, a autora afirma ainda que a falta que constitui o sujeito permite ao sentido transbordar, ficar à deriva, pois, se tivéssemos um sujeito completo, homogêneo e pleno, não haveria espaço para o sentido deslizar.

Pêcheux ([1975] 2014c, p. 121) afirma que uma teoria materialista dos processos discursivos como a AD não pode reproduzir como um de seus objetos teóricos o sujeito ideológico como “sempre-já dado”. Um dos pontos de discussão levantados por Pêcheux em *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* é a afirmação de que a AD, por constituir-se como uma teoria de base materialista dos processos de produção do sentido, não pode “dispensar uma teoria (não subjetivista) da subjetividade”. Ao desenvolver essa proposta, o autor diz que a teoria não subjetivista da subjetividade designa os processos de “imposição/dissimulação” que são constitutivas do sujeito. No nosso entendimento, Pêcheux já aponta, nessa formulação, para uma das bases fundamentais da AD

para pensar o sujeito: a articulação entre inconsciente e ideologia, trazendo para a teoria do discurso a tese formulada por Louis Althusser de que “o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto, para que aceite, [livremente] sua sujeição” (ALTHUSSER, 1970, p. 113). Essa articulação entre inconsciente e ideologia afeta duplamente o sujeito, levando-o a pensar que age e pensa por sua livre vontade, sem dar-se conta de que é um efeito de determinações sócio-histórico-ideológicas.

Considerando que o sujeito não está “pronto”, ou melhor, não está dado, mas, ao contrário, é construído na teoria materialista do discurso, podemos dizer que ele não está na fonte do sentido. O ponto de partida para pensarmos a produção dos sentidos não está no sujeito, mas nas condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, [1975] 2014c, p. 168). Por essa razão, entendemos que a formulação de Pêcheux sobre uma teoria não subjetiva da subjetividade trata de uma teoria que tem o sujeito como um de seus elementos centrais, um sujeito que não é a fonte do sentido, mas que é construído junto com ele.

É, então, na articulação entre ideologia, língua e história que surge um novo objeto para os estudos da linguagem: o discurso. Pêcheux ([1969] 2014b, p. 81) entendia que o “discurso” ia muito além do que simplesmente uma mensagem de um destinador a um destinatário através de um código que seria a língua. Ele diz que “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de “efeito de sentidos” entre os pontos A e B”, ou ainda, como diz Orlandi (2015, p. 20), “o discurso é efeito de sentido entre locutores”. Além de efeito de sentido entre locutores, o discurso é, nas palavras de Orlandi (2015, p. 15), “o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos”.

Os efeitos de sentido produzidos pelos participantes do discurso só podem ser estabelecidos em uma situação dada na exterioridade da língua, ou seja, nas circunstâncias nas quais o discurso emerge. A essa exterioridade ou circunstância dada damos o nome de condições de produção. Não seria possível analisar um discurso se olhássemos apenas para o interior do sistema linguístico; é necessário remetermos o discurso às condições de produção, à sua exterioridade, para que ele produza sentidos a partir da materialidade linguística. A análise do efeito de sentido produzido por determinado discurso não pode ser desvinculada dos processos

sócio-histórico-ideológicos que são necessários para pensarmos as condições de produção do discurso. Pêcheux ([1969] 2014b, p. 78) diz que

Os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso.

Portanto, o processo de constituição dos sentidos não se dá unicamente através da materialidade linguística, mas está associado e relacionado às condições de produção, aos processos de determinações sócio-históricas. É nesse sentido que, para a AD, a língua tem autonomia relativa. Pêcheux ([1975] 2014c, p. 81) traz a proposta de P. Henry na qual “todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas”. Desse modo, Pêcheux ([1975] 2014) sinaliza que a língua não é capaz de dar conta de todo processo de produção de sentido, devendo estar, portanto, relacionada às condições de produção do discurso, às suas determinações sociais, históricas e ideológicas.

Falamos até o momento sobre a construção do quadro epistemológico da AD e sobre a forma como cada área do conhecimento contribuiu para que fosse possível o surgimento do discurso como um novo objeto de análise no que se refere aos estudos da linguagem. Vimos também que o discurso só pode ser entendido se for referido às suas condições de produção. Para continuarmos a discussão sobre as noções teóricas que norteiam nosso trabalho, faz-se necessário, neste momento, retomar a discussão sobre o sujeito sobre o qual fala a AD para compreendermos a noção de sentido.

Pêcheux ([1975] 2014a, p. 162) diz que o modo de funcionamento da ideologia “quanto à reprodução das relações de produção” chamou-se de interpelação ou assujeitamento. Isso torna o sujeito como ideológico e por isso ele é levado a acreditar que é dono do que diz ou de que é origem do dizer. O sujeito, então, é construído e determinado pela relação ideológica que tem com suas condições de existência. Outro conceito importante para que entendamos o sujeito da análise do discurso é o conceito de inconsciente, que vem da psicanálise inspirada em Freud e Lacan, em que sujeito e inconsciente são constituídos pela linguagem. Dessa forma, o sujeito é atravessado pelo inconsciente assim como

também é interpelado pela ideologia. Por isso, o sujeito da AD se constitui na relação entre inconsciente e ideologia.

O sujeito do discurso é duplamente determinado: pela ideologia e pelo inconsciente e, pela relação dessas duas regiões, se produz o que é chamado de esquecimento. É por causa dele que o sujeito tem a ilusão de que é fonte daquilo que diz, e, por isso, não tem consciência de que é interpelado pela ideologia. Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014a, p. 176-177) apontam dois tipos de esquecimentos, denominados respectivamente por esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2. O primeiro diz respeito ao esquecimento ideológico, da ordem do inconsciente. Orlandi (2015, p. 33) contribui afirmando que, por ser da ordem do inconsciente, somos tomados por uma ilusão de que somos a origem daquilo que dizemos, sem perceber que aquilo que dizemos é, na verdade, uma retomada daquilo que já foi dito anteriormente. O esquecimento nº 2 é da ordem da enunciação, e, por oposição ao nº1, da ordem do pré-consciente/consciente. É o que dá a ilusão de termos domínio daquilo que dizemos, reformulando o que já foi dito para dizê-lo mais adequadamente, para dizer “o que de fato pensamos”, como se fosse possível fazer referência direta entre linguagem e pensamento. Esses esquecimentos constituem o sujeito do discurso, evidenciando a relação entre inconsciente e ideologia na sua concepção e na formulação dos sentidos.

O sujeito da AD não é um indivíduo empírico, mas um lugar ocupado em uma formação social dada. Dessa forma, o sujeito da AD é uma “posição” que o indivíduo ocupa para enunciar seu dizer. Essa posição é representada no discurso, mas não é transparente ao sujeito. É uma posição que tem sentido em relação a uma formação discursiva dada que, por sua vez, está inscrita em uma formação ideológica. A tomada de posição do sujeito não é feita livremente, ou como chamou Pêcheux “um ato originário do sujeito-falante”, mas é efeito da determinação do interdiscurso, da exterioridade. É sempre marcada ideologicamente, fruto da interpelação ideológica. Isso significa que, pela interpelação ideológica, os sujeitos são convocados a assumirem uma posição correspondente aos lugares que ocupam na formação social – no interior de uma formação discursiva e, pelo trabalho do inconsciente, cria-se a ilusão de que ele é fonte do seu dizer e tem domínio sobre aquilo que diz. Dessa forma, Pêcheux ([1975] 2014c, p. 150) aponta um sujeito que é constituído pelo “‘esquecimento’ daquilo que o determina”.

O sentido não está preso naquilo que o sujeito diz, uma vez que ele não é a fonte do seu dizer, mas, sim, um efeito da relação entre inconsciente e ideologia. Por isso, o sentido passa a ser construído e relacionado às formações discursivas com as quais o sujeito se identifica, pois o sentido não é pré-determinado, nem fixo na palavra, mas é movente, determinado historicamente. As palavras ganham sentido pela inscrição na formação discursiva na qual são produzidas e que “representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Dessa forma, considerando a teoria materialista do discurso, as palavras não têm um sentido “próprio”, mas ganham sentido no interior das formações discursivas a que estão vinculadas.

As formações discursivas (FD) passam a ter um papel central para a compreensão do processo de constituição, circulação e formulação dos sentidos. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014a, p. 164), as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, ou seja, determinam aquilo que pode e deve ser dito “no interior de um aparelho ideológico e inscrito em uma relação de classes”. Courtine (2009, p. 73) colabora acrescentando que as “FD são componentes interligados das FI” e que “é no interior de uma FD que se realiza o “assujeitamento” do sujeito (ideológico) do discurso”. A posição ideológica da qual falamos é determinada pelas formações ideológicas (FI) que são um conjunto complexo de realização da ideologia. Em outras palavras, significa dizer que a posição assumida pelo sujeito no interior de uma FD é determinada ideologicamente, pois o sujeito é conduzido via interpelação ideológica a identificar-se com uma formação discursiva e a colocar em jogo seu lugar social no interior do sistema de classes. É desse lugar que o sujeito enuncia aquilo que pode e deve ser dito pela FD com a qual se identifica. Essa identificação é fruto do processo de interpelação ideológica à qual todo indivíduo é submetido para tornar-se sujeito do discurso.

O estado da luta de classes atravessa todo processo de produção do sentido e a constituição dos sujeitos e determina aquilo que é dito nas formações discursivas. Aquilo que eu digo, o que é permitido pela FD com a qual me identifico, está determinado ideologicamente pelo estado da luta de classes. Acrescentamos ainda que, aliados à classe, as determinações construídas socio-historicamente sobre gênero e raça também atravessam os discursos, impactando na reprodução/transformação das relações de produção.



O conceito de formação discursiva é crucial para o entendimento do sentido, pois é determinado por ela. É por isso que na AD não existe sentido literal; a palavra não significa uma coisa ou outra por ela mesma, mas em decorrência do seu lugar em uma dada FD. O sentido está, portanto, ideologicamente determinado (ORLANDI, 2015, p. 41). Desse modo, uma mesma palavra pode significar de formas diferentes segundo a FD com a qual se relaciona. Por essa razão, o sentido é determinado pelas formações discursivas. Podemos situar esse conceito pensando em uma palavra relacionada ao nosso trabalho: *mulher*. Dependendo da FD com a qual o sujeito se relaciona, discursos sobre a mulher podem significar de modo diferente. A partir de uma posição ideológica X em uma FD Y, a palavra *mulher* pode produzir efeitos de sentido que se relacionam ao imaginário dominante de mulher, aquela que atende aos padrões impostos pela classe dominante; mas, em uma posição ideológica A em um FD B, a mesma palavra pode produzir sentidos de resistência, de luta, de oposição ao imaginário dominante que se tem da mulher. Temos, então, a mesma palavra, em diferentes FD, produzindo diferentes efeitos de sentido. Isso mostra que a palavra só terá sentido se relacionada com a formação discursiva de onde é enunciada.

É importante ressaltar que as FD não são blocos homogêneos e estáveis, mas “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2015, p. 42). Isso significa que as FD são invadidas por elementos vindos de outros lugares, ou seja, não existem limites rígidos e estáveis entre as FD e aquilo que lhes é exterior. Isso significa que é possível identificar a presença do outro no interior de uma dada FD, já que todo discurso é atravessado constitutivamente por outros discursos e pelo “discurso do Outro” (REVUZ, p. 69), o que reafirma o caráter heterogêneo das formações discursivas. Apesar disso, há como identificarmos aquilo que pertence a uma dada rede de sentidos, isto é, aquilo que pode e deve ser formulado em uma FD a partir da formação ideológica com a qual se relaciona. Indursky (2013, p. 45) explica esse funcionamento dizendo que “o domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém”. As FD, portanto, têm sua constituição pautada na contradição, na heterogeneidade e na ausência de limites entre suas fronteiras, além de integrarem o grande complexo das formações ideológicas.

Indursky (2008) afirma que as modalidades propostas por Pêcheux (1975) para pensar a forma-sujeito permitiram que se pensasse em uma concepção de FD heterogênea a ela mesma, não sendo possível pensar nesse domínio de circulação de saberes como homogêneo e fechado. A partir da nova concepção, a FD passa a ser um domínio de saber heterogêneo, com fronteiras porosas que permitem a entrada de outros saberes, vindos de outro lugar do interdiscurso.

Sabemos que, para enunciar, o sujeito da AD filia-se a uma dada formação discursiva que regula o que ele pode ou deve dizer a partir da posição que assume no seu interior. Tal posição não é tomada partindo da livre vontade do sujeito, pois sabemos que, na AD, o sujeito não é dono de si, já que sofre uma dupla determinação da ideologia e do inconsciente. Dessa forma, a posição assumida pelo sujeito no interior de uma FD se dá pelo processo de interpelação ideológica que torna o indivíduo em sujeito. Segundo Pêcheux ([1975] 2014c p. 198), a interpelação do indivíduo em sujeito se realiza através da sua identificação com a “formação discursiva que o domina”.

Ao tratar da questão do discurso na forma-sujeito, Pêcheux ([1975] 2014c) esclarece que existem modalidades de identificação do sujeito com a formação discursiva, ou seja, um desdobramento da forma-sujeito. A primeira que o autor menciona é a superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD. Nessa modalidade ocorre a identificação plena do sujeito com os dizeres disponíveis em dada formação discursiva, caracterizando o que Pêcheux ([1975] 2014c p. 199) chama de “o discurso do bom-sujeito”.

A segunda modalidade apontada por Pêcheux ([1975] 2014c) é a contraidentificação. Nela, está o discurso do “mau-sujeito”, aquele que, ao assumir sua posição como sujeito, se contrapõe com a forma-sujeito determinada na FD em que se insere. Há uma separação entre o sujeito do discurso e o universal que se dá, como Pêcheux mesmo caracterizou, a partir de uma dúvida, contestação, revolta ou de um distanciamento ou questionamento aos saberes que circulam na formação discursiva. Dessa forma, o sujeito se contraidentifica com a FD, colocando em dúvida os dizeres que nela circulam. Sobre essa modalidade, Indursky (2008, p. 4) diz que ela produz uma tensão na e sobre a forma-sujeito. Nas palavras da autora, isso significa que a forma-sujeito permite outras formas de identificação e subjetivação, já que ela não é dotada de uma unicidade.

A terceira modalidade colocada por Pêcheux ([1975] 2014c p. 201) é a desidentificação. Ocorre nessa modalidade a transformação-deslocamento da forma-sujeito. O autor salienta o fato de que não ocorre uma pura e simples anulação do sujeito ou sua dessubjetivação, isso porque a ideologia não desaparece, ela não deixa de interpelar os sujeitos. Indursky (2008, p. 5) contribui dizendo que na desidentificação o sujeito do discurso desidentifica-se de uma dada FD e de sua forma-sujeito para identificar-se com outra FD e sua forma-sujeito. Se instaura, então, a desidentificação com uma determinada FD porque o sujeito já se identificou com outra rede de saberes.

Ao retomar a discussão iniciada por Pêcheux ([1975] 2014c) sobre as modalidades de desdobramento da forma-sujeito do discurso, Indursky (2008, p. 5) faz algumas observações a respeito da desidentificação. Ela diz que essa modalidade sinaliza um certo espaço de movimentação para o sujeito, o que significa que ele não está obrigado a permanecer identificado com a mesma região do saber para sempre, e isso pode ocorrer porque não há ritual sem falhas, como Pêcheux afirmou ao revisitar o processo de interpelação ideológica no seu texto *Só há causa daquilo que falha ou inverno político francês: início de uma retificação*. Dessa forma, nas palavras de Indursky (2008, p. 5), “em um determinado momento, sob o efeito de determinadas condições de produção, o sujeito do discurso pode romper com o domínio de saber em que estava inscrito, e, em consequência, identificar-se com outra FD”. Isso não significa que ele esteja livre para identificar-se com qualquer saber, uma vez que segue sendo duplamente determinado pela ideologia e pelo inconsciente. Sobre essa questão, Grigoletto (2005, p. 65) afirma que o sujeito desidentifica-se com um saber, mas imediatamente identifica-se com outro, inscrevendo-se em uma nova formação discursiva, pois “o que ocorre é um deslocamento de uma forma-sujeito para outra”.

Ao falarmos das formações discursivas não podemos deixar de mencionar a noção de interdiscurso, pois é ele quem as determina. O interdiscurso é o lugar onde estão todos os saberes, todos os dizeres já-ditos. Segundo Orlandi (2015, p. 29), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Há ainda uma formulação tomada pelo interdiscurso que fala sobre memória discursiva como sendo o saber discursivo. Orlandi (2017, p. 24), citando Courtine (1985), diz que é possível pensar a memória discursiva a partir de dois eixos: o da formulação (eixo horizontal) e o da constituição (eixo vertical). O

dizer encontra-se no cruzamento entre esses dois eixos. No eixo vertical estariam todos os dizeres já ditos e esquecidos; o horizontal representa aquilo que dizemos em determinadas condições. Nós não temos acesso a todas as significações que o significante “mulher” teve ao longo da história, ou até mesmo sobre como a violência contra a mulher é significada, pois, dependendo das condições de produção (estritas e amplas) que se constitui o saber, o sentido muda. Mas toda essa rede de saberes acerca desse tema é o que vai constituir sua memória. Nas nossas análises, o entendimento do interdiscurso se faz necessário, pois mobilizamos no nosso gesto interpretativo um dos elementos que o constituem: o pré-construído, que será desenvolvido à medida que progredirmos na descrição e interpretação do *corpus* apresentadas no capítulo seguinte.

Neste capítulo, nosso objetivo foi elucidar os principais conceitos que nortearão nossas análises neste estudo. Expusemos brevemente as áreas que constituem o quadro epistemológico da Análise do Discurso de viés materialista cunhada por Michel Pêcheux e, em seguida, apresentamos os conceitos que guiaram o entendimento dos sentidos produzidos pelo nosso *corpus*. Foi necessário falar sobre o papel da ideologia nos estudos da linguagem, sobre a constituição do sujeito em uma teoria materialista do discurso e sobre os elementos centrais para a compreensão dos sentidos como a noção de formação discursiva. Além disso, mencionamos as modalidades de subjetivação apontadas por Pêcheux ([1975 2014c), pois elas são centrais no desenvolvimento da nossa análise.

No próximo capítulo, vamos mostrar nosso gesto de análise frente aos relatos-testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica que compõem o *corpus* desta pesquisa. À medida que fomos avançando na descrição e interpretação da materialidade linguística, sentimos a necessidade de desenvolver outros conceitos teórico-analíticos que contribuem especificamente para o gesto que estamos mobilizando, por isso, outras noções dentro do quadro teórico da AD vão aparecer, bem como a retomada de conceitos desenvolvidos nesta seção.

Iniciado o debate teórico, passemos, portanto, às análises.

## 5 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO *CORPUS*

Mencionamos, no capítulo “Construção do *corpus* da pesquisa”, que faríamos dois movimentos para apresentar os relatos-testemunho. O primeiro movimento foi o recorte dos RT em trechos, e o segundo é recorte dos trechos em sequências discursivas, conforme mostramos no capítulo dois. Neste capítulo, exibiremos o segundo recorte, ou seja, as sequências discursivas selecionadas e nosso gesto de análise. Mostraremos as sequências discursivas (SD) e, partindo delas, tentaremos compreender como o funcionamento das materialidades linguísticas produz sentido. Cada sequência discursiva será apresentada por sua sigla (SD) seguida de um número sequencial (1,2,3..) e pela abreviatura do relato-testemunho da qual faz parte (RT6, RT7...). Apresentaremos a análise de cada SD destacando aquilo que nos interessa e, em seguida, uma consideração geral do gesto interpretativo das sequências discursivas analisadas.

O primeiro gesto de interpretação que apresentaremos diz respeito ao excesso de marcadores negativos presentes nas SD1RT6, SD2RT7, SD3RT7, SD4RT8, SD5RT19, SD6RT23 e SD7RT25. Vamos observar qual o efeito de sentido produzido através do funcionamento discursivo da negação nas sete sequências discursivas que recortamos para análise. Cabe salientar que a repetição excessiva da negação marca o eixo semântico-discursivo pelo qual iniciaremos nosso gesto de análise. A negação está materializada em todas as sequências que selecionamos, mas não esgotaremos nossa interpretação nesse ponto. Há particularidades em alguns relatos-testemunho que gostaríamos de explorar discursivamente, como é o caso das SD3RT7, SD5RT19, SD6RT23 e SD7RT25 que trazem em sua materialidade, além do excesso de negação, a repetição de certos adjetivos como “puta”, “vagabunda” e “louca”. Além disso, há, na SD5RT19, uma repetição da construção linguística “até que” que gostaríamos de analisar ao longo do trabalho. Serão, dessa forma, dois gestos de interpretação nortearão nossa análise: um deles voltado para a negação e outro para os adjetivos. A partir do seu funcionamento, pretendemos refletir sobre o processo de subjetivação das mulheres nos testemunhos de violência.

Nos deteremos, por ora, apenas na análise da negação, já que, por questões de organização deste trabalho, optamos por descrever e interpretar os outros

funcionamentos em outra seção. Passaremos, portanto, à apresentação da análise de cada sequência discursiva articulando-a com os pressupostos teóricos-analíticos.

### 5.1 Funcionamento discursivo da negação

Nesta seção, como mencionado anteriormente, vamos direcionar o foco de interpretação do nosso *corpus* para o funcionamento discursivo da negação nas sequências discursivas selecionadas para análise<sup>16</sup>. Inicialmente, vamos abordar o aspecto teórico-analítico da negação e, a seguir, as análises e outras considerações de cunho teórico-analíticas, mobilizando-as conforme o desenvolvimento do gesto interpretativo.

Antes de adentrarmos na discussão sobre negação pelo viés discursivo, cabe fazer algumas considerações sobre seu funcionamento pela perspectiva gramatical. Segundo as referências gramaticais (BECHARA, 2009; CEGALLA, 2010; CUNHA; LINDLEY, 2017), o advérbio é uma classe gramatical invariável que modifica e intensifica o sentido do verbo, do adjetivo ou do advérbio, exercendo a função sintática de adjunto adverbial. Além disso, é classificado de acordo com a circunstância ou ideia que expressam, podendo ser de modo, lugar, tempo, ou de negação, como é o caso analisado neste trabalho. Uma das especificidades apontadas por Cunha e Lindley (2017) sobre o advérbio de negação é que ele sempre antecede o verbo, como podemos observar nas SD recortadas para análise. O advérbio, portanto, segundo as tradições gramaticais, terá sua definição semântica de acordo com a circunstância expressa por ele na oração. Nesse caso, consolidou-se entre as gramáticas consultadas o consenso de que o marcador que modifica ou intensifica o verbo expressando uma circunstância negativa é o “não”. Nesse sentido, a negação, na gramática normativa, está relacionada com a situação expressa pela oração em que se encontra.

Pelo viés da AD, tomamos como suporte para referir-nos ao funcionamento discursivo da negação a proposta de Indursky (2013). A autora diz que “a negação é um dos processos da internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (INDURSKY, 2013, p. 261), e isso pode indicar uma variedade de processos internos ao discurso. Nesse sentido, os marcadores de negação podem indicar o

---

<sup>16</sup> Nos inspiramos na reflexão desenvolvida por Caetano (2019), na qual a autora identifica que o processo de subjetivação do sujeito gordo, nos testemunhos que analisou, se dá pelo atravessamento da negação.

funcionamento da presença do discurso-outro no interior do discurso. A autora ainda afirma que o sujeito do discurso sempre enuncia de acordo com a posição que assume em relação à FD com a qual se identifica, fazendo isso a partir da predicação afirmativa; quando ocorre de fazer a predicação de forma negativa, a operação da negação discursiva pode apresentar-se de três formas: negação externa, negação interna e negação mista.

Entende-se por negação externa a negação explícita no discurso, ou seja, o marcador de negação é evidente, e traz, implicitamente, o discurso do outro, o qual é proveniente de uma FD adversa, estabelecendo uma fronteira “entre discursos ideologicamente antagônicos” (INDURSKY, p. 264, 2013). A negação interna não apresenta diferenças ideológicas, mas revela diferenças no interior de uma mesma FD, isto é, os sujeitos assumem diferentes posições no interior de uma mesma direção ideológica. A negação mista, por sua vez, apresenta, através de um só marcador de negação, as duas modalidades de negação anteriores.

Nas gramáticas consultadas, o advérbio de negação é apresentado pelo marcador “não”, mas, nas sequências discursivas com as quais nos deparamos, acreditamos que outros marcadores exercem a mesma função modificando o sentido do verbo, como é o caso de “nem” e outras expressões. O nosso gesto de análise, portanto, frente aos marcadores de negação (não e nem), entende ser possível a análise desses marcadores como negação externa, visto que estão explícitos na materialidade e que trazem implícito o discurso-outro sob a forma de pré-construído de um sujeito discursivo identificado com outra FD, diferente daquela com a qual a mulher se identifica para enunciar, estabelecendo, portanto, uma relação de antagonismo entre as FD.

Seguindo no movimento teórico-analítico, passaremos à descrição e à interpretação das sequências discursivas.

### **SD1RT6**

*Eu não podia sair com as minhas amigas, não podia vestir algo curto e nem ao menos postar uma foto no Instagram que ele falava que eu queria provocar homem.*

Logo no início da SD1RT6 nos deparamos com a estrutura *eu não podia sair com as minhas amigas*, seguida de *não podia vestir algo curto* e logo após *nem ao menos postar uma foto no Instagram*. Levando em consideração que as sequências

discursivas são recortadas de relatos-testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica, parte-se da evidência de que o pronome *eu* - materializado linguisticamente e enunciador do discurso - é uma mulher que narra sua experiência frente à violência.

Ao nos depararmos com as estruturas mencionadas anteriormente, na tentativa de trilhar um caminho de análise, podemos fazer os seguintes questionamentos: Quem não a deixava sair? Por que não podia sair? Por que não podia vestir algo curto? Por que não podia postar foto no Instagram? Quem a proibia de vestir algo curto? Quem não a deixava postar uma foto no Instagram?

Seguindo neste caminho de análise, ao considerar que as mulheres estão narrando um episódio violento de seus relacionamentos, podemos entender a partir do que foi dito em *eu não podia sair com as minhas amigas*, em *não podia vestir algo curto* e em *nem ao menos postar uma foto no Instagram* que houve a tentativa de realizar as ações de sair, vestir e postar por parte do eu enunciador do discurso, mas que foi censurada por alguém.

As respostas para as perguntas “Quem não a deixava sair? Quem a proibia de vestir algo curto?” e para “Quem não a deixava postar uma foto no Instagram” nos levam a pensar em um outro que incide sobre a materialidade produzindo sentido. E é justamente esse outro que a impede de realizar as ações de sair com as amigas, de postar uma foto no Instagram e de vestir algo curto. Lembrando mais uma vez de que os relatos-testemunhos que estamos analisando são de experiências vividas por mulheres em seus relacionamentos heteroafetivos, torna-se coerente pensar nesse outro que censura seus atos como o homem, o agente da violência.

Cabe aqui uma breve e importante observação: a AD não trabalha com sujeitos empíricos, ou seja, o homem x ou a mulher x, mas sim com posições-sujeitos inseridas e identificadas com determinada formação discursiva. Mencionar o significante *mulher* ou *homem* serve para entendermos de que lugar social os sujeitos enunciam, e em como as identificações de gênero produzem efeitos na construção desses lugares sociais, que não são dados *a priori*. Além disso, é fundamental para entender a representação imaginária desses sujeitos na formação social. Essas representações, por sua vez, evocam e produzem sentidos. Por isso, temos a importância de mencionarmos sujeito-enunciador mulher e o outro de que tratamos, como o homem – que se faz presente naquilo que a mulher diz. O que nos



interessa, de fato, é entender as posições desses sujeitos ao enunciar e o lugar de onde enunciam, ou seja, identificar a rede de sentidos com a qual se filiam para emitir seus dizeres.

Seguindo com nosso gesto de análise, a partir das considerações já feitas, consideramos a existência de um outro que incide sobre a materialidade produzindo efeitos nos relatos do sujeito que enuncia. É um outro que nega à mulher direitos de existir como ela quer, que a regula, que impõe uma ordem através da violência. Retorna no dizer dessa mulher um imaginário da mulher recatada e submissa que deve obediência ao homem, acatando suas ordens e seus desejos. A via que encontramos para compreender o sentido do outro nessa SD foi o funcionamento da negação, materializada pelos marcadores *não* e *nem* e que apontam para sentidos conservadores e hegemônicos sobre os gêneros. Esse sentido pode ser apreendido se considerarmos que são saberes que vêm do exterior que constituem os processos de significação do discurso, ou seja, do pré-construído que sustenta o dizer de um *outro*, que, pela negação, produz sentido naquilo que a mulher enuncia. Entendemos que, pela negação, o imaginário dominante sobre a mulher retorna no discurso sob a forma de um pré-construído que sustenta o discurso do outro, o qual atravessa aquilo que a mulher diz. Nessa SD vemos funcionando um saber pré-construído que resgata da memória já-ditos tidos como “universais” sobre o comportamento das mulheres: a mulher respeitável é aquela que não sai com as amigas sem o namorado; é aquela que não usa roupas curtas, etc. É um saber de uma FD dominante que produz um efeito de evidência sobre o comportamento de uma mulher: “é óbvio que ela deve se comportar assim”. Desse modo, pela negação, a mulher retoma o pré-construído que sustenta o discurso do outro para negá-lo, confrontá-lo, posicionando-se discursivamente em uma formação discursiva que resiste aos saberes dominantes sobre ser mulher.

#### **SD2RT7**

*Com menos de um mês morando juntos, ele fez com que eu desfizesse de todas as minhas roupas, dizia que elas não combinavam com os novos ambientes, e a partir daí começou a me vestir como ele queria.*

Nesta SD, quando a mulher enuncia *ele fez com que eu desfizesse de todas as minhas roupas, dizia que elas não combinavam com os novos ambientes* narra o

processo em que é colocada na posição de objeto que precisa se encaixar em determinado padrão para satisfazer o desejo do outro – materializado linguisticamente pelo pronome *ele*. Ela precisa se vestir como *ele* – o outro – deseja que ela apareça nos novos ambientes. Dessa forma, o sentido colocado em jogo no discurso pelo verbo *desfizesse* e logo adiante pela expressão *não combinavam* aponta para a negação, a exclusão e o apagamento do que ela deseja vestir no seu próprio corpo, colocando a vontade da mulher em plano secundário, o que se confirma na última oração dessa SD em que ela diz *começou a me vestir como ele queria. Ele* a vestiu de outra forma. *Ele* queria que ela se vestisse de determinada maneira. Sempre *ele*. Essa presença excessiva do pronome *ele* – apontando para o outro do discurso – propõe sentidos apontados para a predominância do desejo do outro nos relatos dessas mulheres vítimas de violência doméstica. Elas testemunham o processo de negação ao qual foram submetidas durante o relacionamento, inscrevendo no simbólico, através da língua, a dissimetria existente entre os gêneros, colocando na formulação do sentido a relação de opressão e exploração do gênero masculino sobre o feminino. Com a escolha da roupa, o homem recorta a mulher, estabelece um corte metonímico, sendo a mulher significada como a parte por ele manipulada, ou seja, a manipulação da roupa que a mulher pode/deve usar funciona metonomicamente como a própria mulher, manipulada conforme as determinações do macho opressor.

### **SD3RT7**

*Era: lixo, vagabunda, piranha, entre outros. Ele me culpava por tudo, me diminuía, dizia que sem ele eu não conseguiria nada.*

Na SD3RT7, o que nos interessa, no momento, é o efeito produzido pela oração *dizia que sem ele eu não conseguiria nada*. Compreende-se que, implicitamente, há, antes do verbo *dizia*, um sujeito gramatical *ele*, que permite empreender a presença de um outro sujeito produzindo efeito no enunciado da mulher. Esse outro sujeito se materializa através do pronome *ele* e pela negação quando a mulher diz *eu não conseguiria nada*. Por que não conseguiria? Quem a impediria? Através da negação, materializa-se a presença de um outro regulador que toma posição em uma formação discursiva na qual o dizer que coloca a mulher como dependente do homem para conseguir algo que deseja é possível de ser dito. A mulher enuncia e resgata na materialidade do seu discurso um pré-construído de

mulher que subjaz àquilo que o outro diz sobre ela. Ou seja, deslocando os sentidos, é possível que o outro diga *sem mim ela não consegue nada*, o que implica uma posição-sujeito identificada com saberes dominantes em relação ao gênero feminino, pertencentes a uma formação discursiva antagônica em relação à formação discursiva através da qual a mulher está inscrita. É antagônica porque a mulher, ao testemunhar uma experiência de violência, está também, no nosso entendimento, se colocando em contradição com aqueles saberes que dominam seu discurso.

É importante que retomemos o conceito de formação discursiva formulado por Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014a) como aquilo que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma dada conjuntura. Dessa forma, em uma relação de antagonismo entre FD, teremos dizeres advindos de diferentes formas de a ideologia interpelar sujeitos, resultando em diferentes FD que estabelecem entre si uma relação de confronto. Isso significa que o que pode e deve ser dito em uma FD não poderá ser dito em outra, por isso sua relação antagônica. O discurso-outro que vemos materializado pela negação no nosso *corpus* advém de uma formação discursiva que comporta posições ideológicas contrárias à formação discursiva de referência, uma vez que se identificam a ideologia dominante cis heteropatriarcal. Por essa razão, o dito de uma não pode ser dito em outra, já que pertencem a regiões do interdiscurso ideologicamente diferentes. Apesar disso, é importante lembrarmos que as formações discursivas possuem um caráter heterogêneo, não sendo um bloco fechado e homogêneo de dizeres, já que as FD não possuem fronteira rígida, podendo ser invadidas por outros discursos.

As formações discursivas estão inseridas no complexo das formações ideológicas e, em razão disso, os sujeitos assujeitados à ideologia e identificados com determinada FD assumem posições no interior de cada FD. É a partir dessa posição que enunciam. Como estamos analisando formações discursivas antagônicas, os sujeitos que enunciam a partir delas são efeito de interpelações ideológicas que produziram diferentes identificações, estabelecendo, dessa forma, uma relação de dominação uma sobre a outra.

#### **SD4RT8**

*E conseqüentemente essa regra passou para o meu dia a dia também, eu só podia ter homens por perto se eles fossem da minha família. Eu não podia dar bom dia pra nenhum, não podia sequer responder a qualquer um que viesse falar comigo, ainda*

*que fosse um “que horas são?” (...) Ele me obrigava a provar que estava em casa, que estava no trabalho, que estava na faculdade... Eu não podia sair de casa para absolutamente nada que não fosse trabalho e faculdade. Nem na padaria. Nem na porta de casa (...)*

Nessa SD4RT8, temos também a negação produzindo sentido através de estruturas linguísticas similares à SD anterior e a outras diferentes. Nessa SD, em particular, entendemos o funcionamento da negação através de uma oração que, apesar de não trazer na materialidade os advérbios de negação não ou nem, traz o só – que produz o mesmo sentido de negar algo. É o que ocorre na oração *eu só podia ter homens por perto se eles fossem da minha família*. A partir de um movimento de paráfrase, que nos permite dizer o mesmo, o enunciado *Eu não podia ter homens por perto se eles não fossem da minha família* também poderia ser dito sem que o sentido fosse alterado nas mesmas condições de produção do discurso. Dizer que só podia ter homens da família por perto, funciona, no nosso entendimento, como uma afirmação de algo que lhe é negado, ou seja, a liberdade de conviver socialmente com outros homens fora do círculo familiar.

O sentido de privação do convívio social é ainda ressaltado no período que segue a oração mencionada. Temos o seguinte: *Eu não podia dar bom dia pra nenhum, não podia sequer responder a qualquer um que viesse falar comigo, ainda que fosse um “que horas são?”* Dessa vez, temos duas vezes a negação sob forma do advérbio, não aparecendo, novamente, com uma locução verbal do verbo poder mais os verbos dar e responder. O uso do pronome *nenhum* – que retoma o substantivo homem da oração anterior – também reforça a negação a que esse sujeito enunciatador está submetido. Logo adiante em *não podia sequer responder a qualquer um que viesse falar comigo* a negação está explícita pelo advérbio *não* e reforçado pelo uso do advérbio *sequer*, que, como o só e *nenhum*, funciona no sentido de exclusão – uma coisa ou outra. Ou seja, não resta para a mulher uma única possibilidade de se relacionar com outras pessoas em outros ambientes sociais. O homem diz: os outros ou eu. Algo sempre acaba por ser negado à mulher, reduzindo suas possibilidades de escolha em detrimento de uma imposição masculina – o homem é que manda - sustentada por saberes de viés machista e misógino amplamente difundidos ao longo da história sobre o que cabe ao homem e o que cabe à mulher em um relacionamento afetivo e que ainda circulam na nossa formação social pautada na ideologia dominante heteropatriarcal. O que resta a ela

é optar pela liberdade de convívio social, ou pela permanência do relacionamento. Não existe a menor possibilidade de esse sujeito manter relações sociais com outras pessoas ou de ampliar os espaços em que circula. Desse modo, há na materialidade dessa sequência discursiva o funcionamento da coerção lógica disjuntiva, tentando criar um espaço semanticamente estabilizado sobre o que é ser mulher na sociedade capitalista e patriarcal.

A formulação de Pêcheux ([1988] 2015) sobre a coerção lógica disjuntiva cria categorizações binárias a fim de construir espaços discursivos logicamente estabilizados. Isso significa que se constrói um universo de discursos homogêneos, com o intuito de fazer transparecer uma unidade semântica sobre determinado objeto. Os discursos sobre a mulher obedecem a uma lógica de sentidos estáveis, na qual cria-se um universo de dizeres homogeneizantes, na tentativa de produzir “um real natural-social-histórico-homogêneo” (PÊCHEUX, [1988] 2015, p. 32) sobre o que é ser uma mulher, descartando as possibilidades de movimento entre as categorizações impostas socialmente para o gênero feminino e homogeneizando os discursos sobre as mulheres a fim de controlá-las através do dito. Nessa lógica, a mulher não pode ser isso e aquilo; ela precisa ser isso *ou* aquilo.

Pêcheux ([1988] 2015, p. 30) salienta que existem “técnicas” responsáveis pela gestão social dos indivíduos para “marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos”, atendendo aos padrões da coerção lógica disjuntiva que, segundo Vinhas e Ernst (2021, p. 86), “a percepção e a interpretação de mundo obedece a uma lógica binária” segundo a qual os sujeitos são uma coisa OU outra.

O universo semântico logicamente estabilizado sobre o que é ser uma mulher produz o efeito de restringi-la a um determinado lugar social e explorá-la na estrutura da sociedade de classes, colaborando, dessa forma, para a manutenção da violência.

Romper com os padrões impostos pela ideologia dominante é fugir às categorizações dos universos logicamente estabilizados sobre os sentidos de ser mulher. Lutar por autonomia, buscar independência financeira, lutar pelo direito ao corpo são temas que não pertencem à rede de saberes estabilizados em relação às representações femininas que seguem a lógica dominante e que são atravessadas por condições de produção historicamente determinadas.

O que produz efeito naquilo que a mulher enuncia é a identificação do outro com o universo semanticamente estável sobre a representação feminina. É dizer que o agente da violência se identifica com o imaginário logicamente estável que é propagado pela ideologia dominante em relação à mulher, fazendo com que reproduza comportamentos machistas e conservadores, os quais materializam-se nos relatos-testemunho das mulheres.

Nessa mesma sequência discursiva, no período final temos duas orações que colocam no discurso sentidos sobre o espaço a ser ocupado pela mulher. Nas duas últimas sentenças a mulher relata que era *obrigada* a dizer onde estava, se era no trabalho, em casa ou na faculdade, e *não podia sair de casa* para nada, exceto trabalho e faculdade. E ainda reforça: *Nem na padaria, nem na porta de casa*. Há, nessa sequência discursiva, a formulação de um sentido que coloca a mulher na obrigação de dizer onde está, em que o requisito básico para ocupar outros lugares fora do ambiente doméstico é a permissão do marido. Mais uma vez o homem manda. Por mais que pareça algo inofensivo, já que a mulher trabalha e frequenta a faculdade, ainda assim sua circulação em novos ambientes está expressamente proibida e dependente da autorização de um outro que a controla e acredita ter a posse sobre seu corpo, sua vida e seus passos. Nesse sentido, a negação ao direito de transitar por espaços fora de casa e de estabelecer laços de interação social com outras pessoas – principalmente outros homens – coloca a mulher no lugar social em que o outro a enxerga como inferior, como um simples objeto no qual se sente no direito de dominar como bem entender. E não é só por simples e puro desejo de dominar. Esse direito, na nossa formação social patriarcal e machista, é altamente privilegiado, exaltado e legitimado por diversas instituições que cumprem seu papel reproduzindo discursos ideologicamente marcados em favor do macho, fazendo permanecer, dessa forma, a legitimação da dominação masculina nas práticas discursivas<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Podemos citar como exemplo o caso de estupro da influenciadora digital Mariana Ferrer, ocorrido em Florianópolis em 2018. Após exame de corpo de delito, foi comprovada a existência do sêmen do agressor no corpo da vítima. Apesar disso, no mês de Outubro de 2021, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina decidiu manter a absolvição do agressor. Mariana Ferrer estava desde 2020 proibida de postar qualquer informação sobre o caso em suas redes sociais, mas, recentemente, uma liminar foi expedida pela Justiça de São Paulo permitindo à vítima falar sobre o estupro, desde que não divulgue nenhuma peça da ação judicial. Fontes: < <https://istoe.com.br/justica-autoriza-mariana-ferrer-a-voltar-a-postar-sobre-caso-de-estupro/>>; <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-mantem-absolvicao-de-acusado-de-estuprar-mariana-ferrer/>.

## SD5RT19

*Até que ele fez eu me afastar dos meus amigos e da minha família, até que ele começou a me bater, até que ele vivia a vida normalmente e sua justificativa é que ele era bom então podia e eu era malvada e não deveria, até que ele me trancava em casa, até que ele me traía, até que ele me colocava como louca e eu acreditava, até que ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público.*

Essa SD, em particular, nos apresenta alguns excessos na materialidade linguística que gostaríamos de analisar para além da negação - como o excesso da expressão “até que” e o funcionamento do adjetivo “louca”. No entanto, por uma questão de ordem da construção deste capítulo, nos deteremos, neste momento, à análise do funcionamento da negação. Focaremos na estrutura linguística *ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público*. Há uma ocorrência de negação nesta sequência discursiva que não está, necessariamente, expressa pelo advérbio de negação, como já vimos aparecer nas SD anteriores. Na oração *ele me proibiu de beber*, o verbo proibir funciona como uma negação, uma censura de uma ação que era realizada pela mulher, ou seja, a ação de beber álcool. O pronome *ele*, que antecede, é o sujeito gramatical dessa oração, e também é o agente regulador das ações da mulher. Ela não pode beber sem a permissão dele. Na oração que segue em que a mulher enuncia *não me deixava falar em público*, o sentido na direção do impedimento de ação da mulher segue presente, dessa vez, explicitamente por um advérbio de negação que antecede o verbo. Nota-se que o pronome oblíquo *me* está entre o sujeito gramatical da oração e os verbos *proibiu* e *deixava*. O sentido que se abre como possível quando olhamos para a ocorrência do pronome oblíquo *me* é o lugar da mulher que enuncia como objeto do seu próprio dizer, sendo afetada pela ação controladora do outro, daquele que crê possuir o controle das ações de beber e falar até então realizadas pela mulher, mas que já não podem mais ser efetivadas porque *ele* manda. Ele determina o que ela pode ou não fazer, já que é homem e detém os privilégios de gênero que predominam nos discursos veiculados por rede de saberes machistas e que formam grande parte dos dizeres hegemônicos sobre os gêneros na nossa sociedade. Mais uma vez, esses sentidos fazem ressoar o imaginário do outro e a circulação de sentidos já-ditos, que aparecem como um saber pré-construído, fazendo referência àquilo que todo mundo sabe em relação à mulher, produzindo um efeito de evidência do saber e reproduzindo dizeres de uma formação discursiva dominante. O que se materializa nesta sequência discursiva é

um saber que prevê determinados comportamentos para as mulheres serem minimamente respeitadas nas relações com seus parceiros: mulher é aquela que não pode beber; mulher é aquela que não fala em público; mulher é aquela que vive para satisfazer os desejos do homem. São saberes já-ditos referentes a um imaginário dominante que controla o comportamento da mulher e que estão na base de sustentação do ato violento contra ela.

### **SD6RT23**

*Já fui chamada de louca na frente dos outros, fui afastada dos meus amigos, e ele ditava até com o que podia ou não vestir pra sair com ele.*

Outra vez, vemos aparecer um agente regulador que se materializa por uma negação ou expressões que funcionam na direção de uma repressão daquilo que a mulher deseja. É o que entendemos a partir do funcionamento das estruturas linguísticas *fui afastada dos meus amigos, e ele ditava até com o que podia ou não vestir pra sair com ele*. Encadeadas pela sintaxe da língua, essas orações trazem a excessiva presença de um outro, novamente colocado pelos pronomes ele e pela negação.

Quando a mulher diz *fui afastada dos meus amigos*, a pergunta que fica é: Por quem? A forma passiva na utilização da língua deixa como possibilidade de sentido a restrição de conviver socialmente com outras pessoas imposta pelo outro do discurso. Esse mesmo outro produz sentido na oração seguinte quando ela diz *ele ditava até com o que podia ou não vestir pra sair com ele*. Mais uma vez o outro predomina no discurso da mulher, colocando, no jogo dos sentidos, restrições sobre aquilo que a mulher deseja, e toma para si a decisão sobre a roupa dela. *Ele* escolhe uma ou outra roupa. Entendemos que, novamente, conforme mencionamos na SD2RT7, a roupa aparece significando a mulher metonimicamente. Sendo a roupa uma parte da mulher, ao escolhê-la, o homem está, ao mesmo tempo, manipulando a roupa e a própria mulher. Essas restrições que o outro impõe à mulher são sustentadas pelos saberes que o interpelam, sendo permitidas pela rede de sentidos com a qual se identifica e que atravessam o discurso das mulheres sob a forma do pré-construído e da negação. No imaginário do outro, o sujeito que pratica a violência, existem já-ditos que retornam como uma forma extrema de pré-construído naquilo que a mulher diz, produzindo e sustentando a violência praticada contra ela. O interdiscurso disponibiliza os saberes que estão sustentando a



violência e que se materializam no funcionamento do pré-construído, o qual coloca no processo discursivo aquilo que foi dito antes, em outro lugar e que se faz presente naquilo que o sujeito diz (VINHAS, 2020).

#### SD7RT25

*E sempre ele era muito possessivo, me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém. Chamava-me de puta na frente dos outros no meio da rua e a culpa era minha, por ter tido outros relacionamentos antes dele. (...) perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa.*

Nesta sequência discursiva também temos a ocorrência de adjetivo que nos interessa analisar, mas, conforme dissemos na SD anterior, nos deteremos, por ora, no gesto interpretativo dos sentidos evocados pela negação. Começando a análise, olharemos para as sentenças *me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém*, organizadas de modo coordenado. Temos duas orações, postas por períodos coordenados, que lançam sentidos na direção da negação. Como já ocorreu na SD4RT8, os saberes que retornam com esse dizer enunciado pela mulher caminham na direção de um imaginário sobre a mulher que está vinculado a posições machistas, que reproduzem o saber de que a mulher não tem direito ao convívio social, nem de estabelecer ou alargar vínculos sociais com outras pessoas que não seja o companheiro. Ao dizer que *me afastou dos meus amigos*, deixa como possibilidade de sentido a negação de permanecer com o vínculo afetivo que mantinha com outras pessoas antes do relacionamento. Há alguém que a impede de manter essas relações de amizade em detrimento de a manter sob seu controle. Com o estabelecimento do relacionamento, a mulher é impedida de manter os vínculos pessoais e sociais que mantinha para servir de objeto único e exclusivo do homem. Para satisfazer os desejos dele, não os seus. Na oração que segue temos explicitamente na materialidade linguística a negativa expressa pelo advérbio de negação *não* entre *eu* e o verbo *podia*. Quando ela diz *eu não podia falar com ninguém*, reforça, como já havíamos dito, a possibilidade de pensar o funcionamento dessa negação como uma violação ao direito de o sujeito conviver socialmente com quem quiser. Além disso, através dessa negação, podemos pensar na presença do outro, produzindo sentido sob forma de um pré-construído.

Mais adiante, nessa mesma SD, é dito *perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa*. Há outra privação e negação colocada na expressão *ele não me deixava sair de casa*. A negação que vem sob forma do advérbio *não*, aliada ao pronome *ele*, que indica o agente regulador da ação expressa pela locução verbal *deixava sair*, coloca em jogo a representação imaginária que o outro tem da mulher em relação à ocupação de outros espaços fora do ambiente doméstico. Ao não poder sair de casa, a mulher é impedida de se manter no ambiente profissional, se restringindo ao espaço do lar. Existe um controle sobre a vida pessoal e profissional desse sujeito que aparece sob a forma de uma negação que, para nosso gesto de análise, evoca um pré-construído que já faz parte do que todo mundo sabe sobre a mulher: por mais que transcenda, seu lugar acaba sempre sendo destinado ao lar.

O gesto interpretativo que empregamos sobre as sequências discursivas nos permite fazer algumas considerações. A primeira delas é que a materialidade nos aponta dois sujeitos-enunciadores em disputa no campo discursivo: o primeiro sujeito diz respeito àquele que narra, através do testemunho, sua experiência de violência, ou seja, a mulher; o segundo sujeito está implícito no discurso, mas, de igual modo, incidindo sobre ele, produzindo sentido. Observamos através da base linguística do discurso das mulheres a indicação de que há um “outro” que se faz presente na materialidade da língua, constituindo todo o discurso da mulher.

Quando Pêcheux, na AAD 69, definiu a noção de discurso como “efeito de sentidos entre os pontos A e B”, também definiu que esses pontos não se referem ao indivíduo empírico, como ele mesmo diz “designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”. Isso significa que os pontos A e B são “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, ou seja, são as representações que os sujeitos apresentam nos processos discursivos. A partir dessa discussão é que Pêcheux ([1969] 2014b, p. 82) menciona as formações imaginárias como parte do funcionamento do processo discursivo. Elas “designam o lugar em que A e B se atribuem cada um a si e ao outro”. Em outras palavras, no momento da produção do discurso, o sujeito que enuncia tem uma imagem de si, a partir do lugar social que ocupa, e uma imagem já estabelecida do seu interlocutor, que é determinada também pelo lugar social ocupado por ele.

Nesse sentido, os sujeitos são representados no discurso pelo lugar social que ocupam. Dessa forma, pensando no nosso objeto de análise composto por

relatos-testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica, podemos considerar alguns pontos importantes, observados nas análises, sobre o lugar social da mulher, que, nesse caso, é imaginado pelo outro e que se materializa no discurso. Nos discursos analisados, a mulher não faz referência a si mesma, não constrói uma imagem de si. O que temos presente na materialidade é a mulher narrando o modo de representação que o “outro” tem sobre ser mulher. Esse modo de representação imaginária correspondente a ideais de feminilidade amplamente difundidos pela ideologia dominante cis heteropatriarcal está nas bases da sustentação da violência praticada contra as mulheres. Podemos dizer que a prática da violência é resultante do processo de interpelação ideológica ao qual o sujeito sempre estará submetido. Ao ser interpelado pela ideologia e conduzido a identificar-se com os saberes disponíveis no interdiscurso, o sujeito pode estar se relacionando com dizeres conservadores e machistas que correspondem à ideologia cis heteropatriarcal e, desse modo, mantendo as relações de exploração e opressão historicamente determinadas entre os gêneros masculino e feminino.

Percebemos que, de forma geral, os testemunhos das mulheres que sofreram violência doméstica resgatam, através do processo discursivo, sentidos sobre ser mulher que se colocam como evidentes – se é mulher só poderia ser assim. A evidência do sentido – resultado do processo da interpelação ideológica - produz a naturalização de saberes tradicionais, hegemônicos e dominantes sobre o que se espera da mulher e sobre o imaginário da mulher que corresponde aos ideais de feminilidade. Numa tentativa de apreender o efeito de sentido desses testemunhos, é necessário relacionar a materialidade linguística com sua exterioridade, já que os sentidos só se tornam evidentes por um trabalho articulado entre história e língua.

A partir da articulação entre discurso e exterioridade, entendemos que os testemunhos das mulheres produzem um efeito de sentido que traz o imaginário de mulher inscrito em uma formação discursiva na qual circulam saberes conservadores, machistas e dominantes em relação ao gênero. A partir das análises, vemos que esse imaginário incide sobre o discurso da mulher pela excessiva presença do outro, materializado sob a forma da negação e do pré-construído sobre o que é ser mulher. Além disso, os sentidos mobilizados pelas sequências discursivas colocam em disputa um tipo de mulher que atende ao imaginário dominante e outra que não o corresponde, evidenciando que existem universos semânticos estabilizados sobre o imaginário de mulher, o qual não permite

que ela se desloque do comportamento ideal defendido pela formação social dominante. O estabelecimento de um espaço homogêneo para 'categorizar as mulheres, pensando a partir da proposta de coerção lógica disjuntiva desenvolvida por Pêcheux (1988) produz um efeito de sentido que colabora com a manutenção da violência contra as mulheres. No entanto, ao relatar seus testemunhos de violência, as mulheres marcam uma posição na qual materializam, através da língua, o processo de desidentificação <sup>18</sup> com a FD que as afetava e rompendo com o imaginário dominante sobre a feminilidade e sobre os discursos homogeneizantes que tentam reduzi-las a um só lugar.

Nosso gesto entende que existem duas formações discursivas em disputa, uma vez que os saberes não circulam da mesma forma nas duas redes de sentidos. Entendemos ainda que, das duas FD, uma delas comporta determinada regularidade de saberes que incide sobre a outra, se caracterizando dessa forma como a formação discursiva dominante do discurso. Existe uma regularidade naquilo que é dito no interior da formação discursiva dominante sobre o imaginário de mulher, mais precisamente do que se espera de uma mulher em uma relação heteronormativa. A denominação de FD dominante não é escolhida ao acaso ou porque assim desejamos, mas porque a predominância e recorrência de determinados dizeres a caracterizam dessa forma.

Todo dizer de uma formação discursiva é sustentado por já-ditos disponíveis no interdiscurso, que podem se materializar no discurso sob diferentes formas, sendo que uma delas pode ser o pré-construído. É ele que subjaz todo o dito que se encontra materializado e predominante nos discursos das mulheres que testemunham sua experiência de violência doméstica. O "outro" – sujeito que pertence à FD antagônica – é quem predomina no discurso das mulheres, retornando sob a forma da negação que evidencia e confronta o pré-construído do discurso-outro. Entendemos que o funcionamento do pré-construído do discurso-outro é retomado nos dizeres das mulheres para que elas possam negá-lo, confrontá-lo, mostrando, desse modo, a posição assumida pelo outro frente aos saberes do interdiscurso. Nas palavras de Vinhas (2020, p. 9)

Sempre que se reproduz um saber, mesmo que seja um saber da ordem daquilo que todo mundo sabe, se representa uma posição. No caso do pré-

---

<sup>18</sup> O termo *processo de desidentificação* foi formulado após as sugestões e discussões da banca de avaliação final desta dissertação sobre a oscilação entre a contraidentificação e a desidentificação instaurado pela negação nos relatos-testemunhos.

construído, trata-se da posição dominante na disputa política, ideológica e de classes, a qual, pelo trabalho da história, parece ser tida como natural ao funcionamento de todas as FD que constituem o complexo das FD do interdiscurso.

Isso significa que o sujeito que aparece em excesso nos relatos-testemunho das mulheres tem uma posição dominante na formação social em relação ao gênero, identificando-se com dizeres sobre ser mulher que, pelo trabalho da ideologia, aparecem como evidentes, como se as representações imaginárias sobre a feminilidade fossem naturais e não um processo construído sócio-histórico-ideologicamente. Essas representações que atendem ao imaginário dominante da formação social patriarcal e capitalista são colocadas no discurso sob a forma do pré-construído.

As mulheres testemunham as representações imaginárias que o outro tem delas, o que acaba produzindo efeitos na formação discursiva através da qual elas enunciam. Se partimos do pressuposto de que temos duas formações discursivas em disputa, consideramos a FD a partir da qual a mulher enuncia como uma alternativa de resistência ao saber imposto pela FD que domina seu discurso. Podemos chamá-la, por ora, de FD de resistência, que permite à mulher tomar uma posição para testemunhar e se rebelar contra os saberes hegemônicos predominantes da formação discursiva antagônica. Isso produz um efeito de ruptura com o imaginário dominante que se tem da mulher, porque traz saberes historicamente estigmatizados sobre a feminilidade para o interior dessa formação discursiva de resistência, a fim de negá-los e confrontá-los para produzir uma quebra no efeito de universalidade dos dizeres dominantes sobre as mulheres, marcando, também, uma posição política frente aos discursos machistas, que sustentam a violência.

A configuração da FD de resistência só foi possível pelo processo de desidentificação pela qual o sujeito submetido à violência passou. Sobre essa modalidade de subjetivação proposta por Pêcheux ([1975] 2014c), cabe salientar que, ao se desidentificar com os saberes da FD dominante, o sujeito ainda segue sendo duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia, mas se desloca para outra FD, identificando-se com outros saberes. Essa “transformação-deslocamento” (PÊCHEUX [1975] 2014c, p. 201) da forma-sujeito não deixa de ser um efeito da interpelação ideológica, uma vez que, na AD, não há sujeito fora da ideologia. Mencionamos no Capítulo 4, no qual discutimos os pressupostos teórico-analíticos

deste trabalho, que a desidentificação permite um espaço de movimento para o sujeito, uma vez que não é obrigado a permanecer identificado com determinados saberes para sempre. Apoiando-nos na afirmação de Indursky (2008), também destacamos que, sob o efeito de determinadas condições de produção, os sujeitos podem romper com a formação discursiva na qual está inscrito. Isso nos leva a pensar que o processo de interpelação ideológica também age de diferentes formas dependendo das condições de produção e das determinações históricas a que estão imersas o discurso. A ideologia não cessa de interpelar os sujeitos, estando, dessa forma, sempre funcionando na constituição da subjetividade. No entanto, a forma como a interpelação afeta os sujeitos pode sofrer deslocamentos ao longo da história, consideradas as condições de produção do discurso.

Conforme o gesto interpretativo empregado nas análises, entendemos que o sujeito, não mais se identificando com a FD dominante, através da prática discursiva de relatar as experiências de violência doméstica, formula uma rede de saberes de oposição à principal, que coloca em disputa os sentidos possíveis e não mais aceita o saber veiculado na FD anterior. São FD antagônicas porque não é possível que os saberes de uma sejam ditos na outra, a não ser, como o *corpus* demonstra, para refutar, resistir e se opor ao saber dominante daquela FD.

No decorrer das análises, mencionamos que as sequências discursivas são permeadas pela presença excessiva do outro, que está em uma posição antagônica daquela assumida pela mulher que enuncia seus testemunhos de violência. Dessa forma, para compreendermos melhor como a presença do outro incide na materialidade das SD separadas para análise, configuramos uma FD – que chamaremos de FD dominante – a fim de identificar possíveis dizeres oriundos de posições ideologicamente contrárias à posição do sujeito do discurso da formação discursiva da qual a mulher enuncia – a qual chamamos de FD de resistência. Para tanto, tentamos configurar uma formação discursiva na qual seja possível a formulação e a circulação de sentidos hegemônicos pertencentes a uma formação social estruturada nos moldes da opressão e exploração das mulheres.

Mobilizaremos, como parte do nosso processo de análise, o deslocamento dos sentidos, de uma FD para outra, a fim de trabalhar sobre qual o discurso-outro que incide sobre os dizeres das mulheres e que estabelece uma relação de antagonismo com a formação discursiva de referência. Com o deslocamento dos sentidos da FD de resistência para a FD dominante, acreditamos que seja possível

compreender de qual posição discursivo-ideológica o sujeito da FD dominante enuncia.

Antes de avançarmos na análise, vamos explicar quais sujeitos-enunciadores estão no interior de cada FD e qual rede de sentidos cada uma comporta. A FD de resistência é constituída por discursos de mulheres vítimas de violência doméstica. Esses discursos são o nosso objeto de análise, de onde foram recortadas nossas sequências discursivas. Como sujeito-enunciador dessa FD temos mulheres relatando as violências sofridas durante seus relacionamentos afetivos e assumindo uma posição ideológica marcada pela negação, confronto e resistência aos saberes da outra FD que incidem sobre seu discurso. Para efeitos de análise, sentimos a necessidade de configurar uma FD que tivesse como sujeito-enunciador o “outro” que incide sobre a materialidade da FD de resistência a fim de esclarecer nosso gesto interpretativo. Partindo desse ponto, através de um movimento de deslocamento de sentidos, configuramos uma FD dominante com a qual o sujeito-enunciador homem, agente da violência, estaria identificado pela posição que assume para enunciar. Nesse caso, temos na FD dominante um sujeito-enunciador homem interpelado ideologicamente com saberes dominantes que trazem o pré-construído de mulher como base para seus dizeres. Cabe destacar que esses dizeres são possíveis de serem ditos por um sujeito-enunciador mulher, caso assumisse a mesma posição do sujeito-enunciador homem. Colocamos, nesse caso, como sujeito da FD dominante o gênero masculino por ser a especificidade do nosso *corpus* as relações afetivas heteronormativas e todos os relatos de violência doméstica foram produzidos por mulheres. Fizemos esse movimento para entendermos qual o “outro” que incide sobre a materialidade que estamos analisando e por que eles mantêm relação antagônica.

A seguir, mostraremos a configuração das duas FD, referentes àquilo que pode e deve ser dito a partir das duas posições analisadas: primeiro, as sequências discursivas analisadas pertencentes à FD de resistência e, logo em seguida, os enunciados possíveis na FD dominante.

Na FD de resistência temos os seguintes enunciados da SD1RT6, SD2RT7, SD3RT7, SD4RT8, SD5RT19, SD6RT23 e SD7RT25:

SD1RT6 - Eu não podia sair com as minhas amigas, não podia vestir algo curto e nem ao menos postar uma foto no Instagram que ele falava que eu queria provocar homem.

SD2RT7 - Com menos de um mês morando juntos, ele fez com que eu desfizesse de todas as minhas roupas, dizia que elas não combinavam com os novos ambientes, e a partir daí começou a me vestir como ele queria.

SD3RT7 - Era: lixo, vagabunda, piranha, entre outros. Ele me culpava por tudo, me diminuía, dizia que sem ele eu não conseguiria nada.

SD4RT8 - E consequentemente essa regra passou para o meu dia a dia também, eu só podia ter homens por perto se eles fossem da minha família. Eu não podia dar bom dia pra nenhum, não podia sequer responder a qualquer um que viesse falar comigo, ainda que fosse um “que horas são?”. (...) Ele me obrigava a provar que estava em casa, que estava no trabalho, que estava na faculdade... Eu não podia sair de casa para absolutamente nada que não fosse trabalho e faculdade. Nem na padaria. Nem na porta de casa. (...)”

SD5RT19 - Até que ele fez eu me afastar dos meus amigos e da minha família, até que ele começou a me bater, até que ele vivia a vida normalmente e sua justificativa é que ele era bom então podia e eu era malvada e não deveria, até que ele me trancava em casa, até que ele me traía, até que ele me colocava como louca e eu acreditava, até que ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público (...)”

SD6RT23 - Já fui chamada de louca na frente dos outros, fui afastada dos meus amigos, e ele ditava até com o que podia ou não vestir pra sair com ele.

SD7RT25 - E sempre ele era muito possessivo, me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém. Chamava-me de puta na frente dos outros no meio da rua e a culpa era minha, por ter tido outros relacionamentos antes dele. (...) perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa.

A partir das sequências discursivas retomadas acima, na FD dominante, teríamos como possibilidade o dizer de P1RT6, P2RT7, P3RT7, P4RT8, P5RT19, P6RT23, P7RT25, em que P sinaliza a presença do discurso-outro no relato-testemunho.

P1RT6: Minha mulher deve ficar em casa, vestir roupas que não deixem o corpo à mostra e não postar fotos nas redes sociais, pois isso serve para provocar homem.

P2RT7: Minha mulher precisa se vestir como eu quero porque as roupas dela não combinam com os ambientes que a gente frequenta.

P3RT7: Minha mulher é um lixo, vagabunda, piranha. Ela é culpada de tudo. Sem mim ela não consegue nada.

P4RT8: Minha mulher só pode se relacionar com homens da minha família. Ela não pode falar com outros homens. Ela precisa me comprovar onde está e deve sempre ficar em casa, exceto para ir ao trabalho e à faculdade



P5RT19: Minha mulher precisa se afastar dos amigos e da família. E posso bater nela. Sou muito bom para ela e ela não é boa para mim. Ela fica trancada em casa, eu me relaciono com outras mulheres, ela é louca, não pode beber nem falar em público.

P6RT23: Minha mulher é louca, precisa se afastar dos amigos e deve se vestir como eu quero.

P7RT25: Minha mulher é só minha, deve se relacionar somente comigo. É puta por ter tido outros relacionamentos antes de mim. Ela deve ficar em casa se eu quiser mesmo que ela perca o emprego.

Temos, então, duas formações discursivas em disputa: a FD de resistência e a FD dominante, configurada a partir de uma relação imaginária com o discurso-outro. As duas comportam saberes provenientes de diferentes posições ideológicas, estabelecendo, portanto, uma relação de antagonismo, já que o dito de uma não pode ser dito em outra. Temos também dois sujeitos em posições dissimétricas: o da FD de resistência, em posição de subordinação em relação aos dizeres enunciados pelo sujeito da FD dominante, a qual sustenta a posição de protagonismo masculino do sujeito identificado com ela.

Tendo como base a noção do funcionamento discursivo da negação, mencionada no início do capítulo e embasada nos pressupostos de Indursky (2013), podemos considerar os marcadores de negação materializados nas sequências discursivas da FD de resistência como uma negação externa, cujo efeito é negar o *pré-construído do discurso-outro* nos relatos-testemunhos de mulheres vítimas de violência doméstica. Para Indursky (2013, p. 273), a negação do pré-construído do discurso-outro tem como escopo aquilo que sustenta seu dizer, ou seja, o pré-construído proveniente do interdiscurso.

No âmbito da AD, o pré-construído é um elemento constitutivo do interdiscurso, é “o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 2014c [1975], p.151). O efeito de pré-construído retoma um saber já dito antes e é independente do enunciado no qual se materializa. O sentido tomado sob forma de universalidade leva-nos ao entendimento do pré-construído como um efeito daquilo que “todo mundo já sabe”, um sentido tomado como evidente. Se voltarmos esse conceito para a análise das nossas SD, temos o efeito do pré-construído de mulher trazendo para a materialidade linguística sentidos que já foram estabelecidos e naturalizados

sobre a mulher e ditos antes, em outro lugar. São sentidos “universais” tomados como consenso e perpetuados ao longo da história em relação à imagem da mulher como um ser objetificado e subordinado ao gênero masculino. E esse é o pré-construído que determina os dizeres do discurso-outro, pertencentes à FD dominante e que, pelo nosso gesto interpretativo, retorna nos dizeres das mulheres para ser negado pelos advérbios de negação materializados nas sequências discursivas.

Consideramos que o excesso das negativas materializadas por advérbios de negação (não e nem) traz a negação do pré-construído do discurso-outro, ou seja, a negação aparece acionando o discurso-outro, ao mesmo tempo em que o nega, marcando, dessa forma, o ato de resistência das mulheres mediante a ideologia dominante. Nesse discurso-outro, temos como sujeito discursivo um sujeito ideologicamente identificado com dizeres que reproduzem a relação de exploração e opressão historicamente determinada entre homens e mulheres. Ainda podemos dizer que, a partir dessa contradição, a negação instaura o processo de oscilação entre a contraidentificação e a desidentificação no qual os sujeitos estão inseridos.

A desidentificação das mulheres com o imaginário dominante não ocorre de forma imediata, por isso, afirmamos que a subjetividade das mulheres é construída na desidentificação enquanto um processo. Nesse sentido, elas se constroem como sujeitos no espaço entre a contraidentificação e a desidentificação. Isso significa que, ao trazer a negação para a materialidade linguística, as mulheres afirmam a violência e colocam em evidência o pré-construído que a sustenta, ao mesmo tempo em que a utilizam para marcar sua posição de resistência à ideologia dominante, estabelecendo uma contradição que nos leva a pensar que a subjetividade das mulheres vítimas de violência doméstica é construída no espaço entre a contraidentificação e a desidentificação. Elas tomam uma posição que podemos caracterizar, inicialmente, como as do “mau sujeito”, já que começam a questionar os saberes da formação discursiva dominante, o que as direciona para o processo de desidentificação, pois rompem com o imaginário dominante daquela FD para identificarem-se com outra FD.

O pré-construído do discurso-outro, além de ser negado, é apontado pelos marcadores de negação, e através deles funcionam sentidos já-ditos em relação ao comportamento das mulheres, trazem como base para o discurso-outro o pré-construído sobre a mulher que coloca em jogo sentidos estabelecidos e ditos como

consenso: a boa mulher é aquela que fica em casa cuidando do lar e dos filhos; a mulher respeitável é aquela que preserva sua imagem e não mantém relações sociais sem a permissão do marido; a verdadeira mulher é aquela que atende aos padrões dominantes de beleza e corresponde ao ideal de feminilidade imposto pela ideologia dominante. Dessa forma, a partir da materialidade, vemos indícios de um discurso que reproduz as condições de opressão as quais às mulheres estão historicamente submetidas, evidenciando a relações de força dissimétricas entre homens e mulheres.

Existe, além disso, a retomada de sentidos em relação ao lugar da mulher na sociedade, evidenciando a posição subjugada e historicamente difundida de que o lugar da mulher é em casa, no âmbito doméstico. Tal efeito de sentido é produzido através de discursos como o que vemos nas construções “eu não podia sair com as minhas amigas”; “eu não podia sair de casa para absolutamente nada” e “ele não me deixava sair de casa”, marcando um imaginário do lugar pertencente à mulher na sociedade.

A partir do primeiro gesto de análise, podemos considerar que o sentido produzido pelas SD analisadas é sustentado por formações discursivas onde circulam dizeres do saber dominante e machista no qual os homens acreditam possuir o controle sobre a vida das mulheres. São dizeres atravessados por uma negação, uma censura, que metaforiza uma impossibilidade de a mulher ser o que deseja ser, suprimindo-lhe o direito de significar. Além disso, entendemos que o imaginário de mulher correspondente à ideologia dominante, mantém as relações de opressão e constrói sócio-historicamente as relações que legitimam e sustentam a violência. No nosso *corpus*, temos o pré-construído funcionando como a base da violência sofrida pelas mulheres. Esses sentidos só foram possíveis de ser compreendidos pelo excesso dos marcadores de negação identificados nas nossas sequências discursivas. Eles indicam a excessiva presença do discurso-outro e marcam a posição de resistência das mulheres em relação aos saberes dominantes que eles materializam.

Feita a análise do nosso primeiro gesto interpretativo, passaremos, a seguir, para a descrição e interpretação do segundo gesto de análise, que compreende o funcionamento dos adjetivos materializados em algumas sequências discursivas.

## **5.2 *Lixo, vagabunda, piranha, puta e louca*: efeitos de sentido e determinações discursivas**

Nesta seção, daremos ênfase ao nosso segundo gesto interpretativo. Conforme afirmamos nas seções anteriores, nosso objetivo é de analisar o funcionamento das palavras *lixo, vagabunda, piranha, puta e louca* presentes em três sequências discursivas que recortamos dos relatos-testemunhos para analisar. Da mesma forma como foi feito na seção anterior, na qual analisamos o funcionamento da negação, neste momento, repetiremos as SD em que os adjetivos aparecem para, em seguida, analisar seus funcionamentos.

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, é necessário fazer alguns esclarecimentos. As palavras a serem analisadas, embora sejam classificadas na gramática normativa e no dicionário como substantivos, nosso gesto de interpretação as entende como adjetivos, uma vez que funcionam para caracterizar, qualificar e determinar um referente específico que é a mulher. Além disso, sintaticamente, tais elementos lexicais colocam-se em posição referida ao predicativo do sujeito e ao predicativo do objeto, ou seja, qualificam elementos sintáticos da oração que não estão cumprindo a função sintática de sujeito da oração. Dessa forma, são termos que se deslocam de uma classe gramatical para outra produzindo efeitos de sentido. Por essa razão, entendemos que nossa análise se inscreve em torno do funcionamento dos adjetivos materializados nas SD.

Dessa forma, nos parece importante entender como os adjetivos são entendidos pela gramática e no âmbito discursivo em que está a AD. Na tradição gramatical, os adjetivos são a classe de palavras que têm a função de delimitar, especificar e modificar um substantivo, atribuindo-lhe uma característica ou qualidade. É, portanto, um elemento determinante do substantivo a que se refere (BECHARA, 2009; CUNHA; LINDLEY, 2017). Levando em consideração o caráter modificador do adjetivo na gramática, quando voltamos nosso olhar para seu funcionamento discursivo, não podemos deixar de fora algumas considerações acerca da carga ideológica que assume em dada formação discursiva.

Quando deslocamos a função dos adjetivos da tradição gramatical para o seu funcionamento discursivo de base materialista de que trata a AD, é necessário levar em consideração as circunstâncias em que dado adjetivo é dito, pois isso pode acarretar sentidos diversos, visto que, para a AD, o sentido não está preso na palavra, mas é construído sob condições sócio-histórico-ideológicas. Isso significa

considerar, para o entendimento do seu sentido, as formações discursivas em que o adjetivo circula e a posição assumida pelo sujeito que enuncia no interior de dada FD.

A gramática nos diz que o adjetivo “essencialmente é o modificador do substantivo” (CUNHA; LINDLEY, 2017, p. 259). Essa modificação feita pelo adjetivo acarreta em efeitos de sentido diversos, visto que, para o entendimento da sua significação, não basta apenas atribuir uma qualidade ou característica a um referente da frase, mas, sim, de considerar o porquê de determinado adjetivo estar se referindo a certos substantivos e como isso significa em termos sócio-histórico-ideológicos.

Quando um homem qualifica uma mulher como *puta*, *piranha* ou *louca*, não se trata de simplesmente entender que está atribuindo a ela tais características, mas de compreender o porquê de qualificá-la dessa forma, pois, ao fazê-lo, está assumindo uma posição no interior de uma formação discursiva em que circulam dizeres depreciativos relacionado às mulheres. Em outras palavras, há uma posição política, ideológica e de classe a partir da qual é possível formular enunciados em que as mulheres (ou, nos casos analisados, as próprias companheiras) são referidas como loucas, piranhas, putas. Esse espaço possível de formulação precisa, então, ser objeto da nossa investigação.

Para nos apoiarmos teoricamente sobre a questão discursiva dos adjetivos, recorreremos a Indursky (2013). Ela desenvolve a noção de determinação discursiva dos adjetivos para entender de que forma eles produzem sentido e se relacionam com o discurso. Partindo da determinação discursiva, o adjetivo, segundo Indursky (2013, p. 215) “pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um determinante discursivo”, ou seja, se torna um determinante capaz de promover a identificação entre o dito e a FD que afeta o sujeito do discurso.

Segundo Indursky (2013), diferentemente da determinação linguística, que é semântica e sintática, à determinação discursiva acrescenta-se o nível ideológico. Dessa forma, o determinante discursivo evidencia a posição ideológica assumida pelo sujeito na FD que o afeta. O sujeito, partindo da sua posição identificada com determinada FD, é levado a saturar o sentido do substantivo a que se refere para completar-lhe o sentido marcando, assim, sua posição ideológica no dizer a partir do determinante discursivo. O adjetivo vai ser saturado de sentido na formação

discursiva em que circula, por isso limita sua significação a determinada rede de saberes.

Indursky (2013, p. 218) menciona a diferença entre um determinante linguístico e um determinante discursivo. Nas palavras da autora, “a determinação linguística qualifica uma expressão a ocupar um lugar na estrutura frasal, enquanto a determinação discursiva qualifica a expressão a ocupar um lugar em um discurso específico”; isso significa que, na determinação discursiva, o adjetivo – ou determinante discursivo – satura um elemento para limitar sua extensão a fim de qualificá-lo em um dizer ideologicamente marcado no interior da FD que afeta o sujeito do discurso.

A determinação discursiva é um efeito no qual intervêm conjuntamente fatores semânticos, sintáticos e ideológicos. Ela constrói um “referente discursivo determinado pela FD que afeta o sujeito da referida construção” (INDURSKY, 2013, p. 217). Como se relaciona com uma determinada rede de saberes, ela é, portanto, ideológica, já que se relaciona com a posição ideológica assumida pelo sujeito no interior de uma FD. Ao desenvolver a discussão sobre a determinação discursiva, a autora ressalta a necessidade de pensá-la a partir de três níveis: o nível intradiscursivo, em que o dito é plenamente determinado, colocando o limite do dizer; o nível intersequencial, em que as determinações intradiscursivas evidenciam a construção de um processo discursivo; e o nível interdiscursivo, no qual há uma relação entre o intradiscurso e o interdiscurso, colocando o dito em confronto com o não-dito.

Consideramos que os adjetivos analisados em nosso *ddsão* determinantes discursivos pertencentes ao nível intradiscursivo, pois é dito na sequência discursiva e relaciona-se com a FD machista e conservadora, que invade o dizer das mulheres que testemunham a experiência da violência doméstica, marcando uma posição ideologicamente antagônica à posição ocupada pela mulher em diferentes formações discursivas.

Os determinantes *lixo*, *vagabunda*, *piranha*, *puta* e *louca* estão saturados por uma evidência de sentido, produzida pela ideologia, que os coloca numa sequência discursiva afetada por uma FD conservadora e machista que comporta posições-sujeito específicas. Sabendo que as formações discursivas são determinadas pelo complexo das formações ideológicas, constata-se, portanto, que o determinante

discursivo tem caráter ideológico, marcando no discurso a posição assumida pelo sujeito que os utiliza.

Feita a discussão teórica sobre os determinantes discursivos, passaremos, então, às análises das SD3RT7, SD5RT19 e SD7RT25.

### **SD3RT7**

*Mais alguns meses (já sem amigos, longe da família e totalmente dependente dele emocional e financeiramente) as agressões psicológicas começaram. Era: lixo, vagabunda, piranha, entre outros. Ele me culpava por tudo, me diminuía, dizia que sem ele eu não conseguiria nada.*

Retornamos à SD3RT7 para analisar o funcionamento discursivo dos adjetivos *lixo*, *vagabunda* e *piranha*. O sentido produzido, inicialmente, por esses adjetivos para qualificar a mulher nos direciona para um imaginário de mulher que designa lugares muito particulares para o gênero feminino e, por meio da sua inscrição na língua, revela a imagem que o outro tem em relação à mulher, especificamente, sua companheira. O lugar discursivo ocupado pelo homem que qualifica a mulher utilizando os determinantes discursivos *lixo*, *vagabunda* e *piranha* é sustentado por uma posição-sujeito dominante em relação ao gênero feminino e inscrito em uma formação discursiva que permite que isso seja dito. Trata-se de uma FD conservadora e machista, que comporta sujeitos identificados ideologicamente com saberes que reforçam estereótipos de feminilidade, colocando no fio do discurso sentidos saturados sobre as formas de comportamento feminino.

Ao caracterizar a mulher como lixo, o sujeito coloca em funcionamento um substantivo para exercer a função de um adjetivo, já que lixo está qualificando a mulher. No interior dessa mesma FD conservadora e machista, poderia ser dito *A minha mulher é um lixo*, designando algo que pode ser descartado, que não tem utilidade, atribuindo à mulher o lugar de um objeto descartável e sem valor. É como se ele dissesse para sua companheira, repetidas vezes: *Você é um lixo* ou *Você é lixo*. Na função sintática de predicativo do sujeito, o substantivo ganha o funcionamento que o aproxima do sujeito, que o liga ao sujeito sintático; o sujeito sintático estabelece referencialidade com a mulher que produz o relato. Logo, existe um gesto metafórico que liga a mulher ao lixo através daquilo que é formulado pelo homem (ou seja, através daquilo que é possível ser dito pelo homem).

*Vagabunda* e *piranha* têm funcionamentos parecidos, sendo utilizadas como sinônimos no dicionário (MICHAELIS, 2015). Ambos os termos são colocados no

dicionário com sentido pejorativo quando relacionados ao substantivo mulher, ou seja, no sentido de depreciar, de não valorizar. Seu sentido dicionarizado indica mulheres imorais – aquelas que têm muitos parceiros sexuais – apontando, discursivamente, para um lugar social marginalizado, ocupado por mulheres que não atendem ao imperial modelo de feminilidade construído pela sociedade capitalista e patriarcal. São mulheres que não atendem ao ideal de pureza, largamente defendido em discursos de instituições como a Igreja e a Família.

Interessante de trazer para a discussão é a alteração que o termo vagabunda sofre ao ser caracterizado como adjetivo feminino. Se olharmos o dicionário (MICHAELIS, 2015), *vagabundo* refere-se àquele que anda sem destino, que é malando, desocupado, etc. Se colocarmos vagabunda, o sentido já é outro. Refere-se à mulher vadia, aquela que anda com muitos parceiros, que leva uma vida amoral. Sabemos que os dicionários trabalham o sentido das palavras na sua forma literal, como se elas tivessem um sentido próprio, o que na AD não é possível, já que o sentido de uma palavra ou expressão é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, [1975] 2014c, p. 146) no qual elas são produzidas. Essas posições ideológicas estão inscritas nas formações ideológicas, que comportam as formações discursivas, e estas são regiões de saberes que organizam o interdiscurso. Isso significa que, discursivamente, quando um sujeito se refere a uma mulher como vagabunda, aponta para um saber disponível no interdiscurso e que ganha sentido ao ser vinculado a uma posição ideológica no interior de uma dada formação discursiva. Os sentidos disponibilizados no dicionário sobre *vagabunda* estão no interdiscurso e se materializam sob a forma do pré-construído, o qual funciona produzindo sentidos evidentes sobre o que é ser uma vagabunda na nossa formação social. Em uma posição ideológica identificada com saberes hegemônicos sobre o que é ser mulher, é “natural” referir-se a uma mulher como vagabunda se ela tem determinados comportamentos que não correspondem ao imaginário reproduzido pela ideologia dominante cis heteropatriarcal.

São dizeres construídos pela sociedade, pelo sistema patriarcal, para inferiorizar a mulher que não obedece aos padrões conservadores de feminilidade defendidos nos discursos dominantes de aparelhos ideológicos do estado como a Igreja e a Família, principalmente. São dizeres legitimados e reproduzidos por discursos dominantes, contribuindo, dessa forma, para a permanência do imaginário



de feminilidade há tanto construído e que serve de justificativa para o exercício de violência contra a mulher.

A mulher relata o imaginário do outro – que está identificado com a FD dominante - sobre seu próprio comportamento. Imaginário sustentado pela formação social patriarcal em que a “verdadeira” mulher só pode ser aquela que corresponde ao imaginário determinado pelos ideais de feminilidade.

### SD5RT19

*Até que ele fez eu me afastar dos meus amigos e da minha família, até que ele começou a me bater, até que ele vivia a vida normalmente e sua justificativa é que ele era bom então podia e eu era malvada e não deveria, até que ele me trancava em casa, até que ele me traía, até que ele me colocava como louca e eu acreditava, até que ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público.*

Nesta SD, o objetivo é entender o sentido produzido pelo adjetivo *louca* e pela construção *até que* presente com regularidade no início dos períodos que compõem os testemunhos de violência. Para tanto, iniciaremos analisando a construção *até que ele me colocava como louca e eu acreditava*, focando no efeito de sentido produzido por *louca* e, a seguir, discutiremos o funcionamento de *até que*.

A mulher relata que ele a colocava como louca, fazendo-a a acreditar nisso. Partindo da construção *até que ele me colocava como louca e eu acreditava* entendemos que nela funciona um processo de argumentação<sup>19</sup> do outro, que acaba convencendo a mulher de que ela é louca. Para entender o processo de argumentação pelo viés discursivo, recorremos à proposta de Orlandi (1998), segundo a qual a argumentação é vista a partir do processo histórico-discursivo no qual as posições dos sujeitos são constituídas. Isso significa que o sujeito produz sua argumentação a partir da posição sócio-histórico-ideológica que ocupa ao ser interpelado pela ideologia. Os argumentos são, portanto, “produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados” (ORLANDI, 1998, p. 78). Dessa forma, ao chamar a mulher de louca na tentativa de convencê-la disso, o sujeito argumenta a partir da posição ideológica que assume no interior da FD que o afeta.

Além de evidenciar sua posição ideológica através da argumentação, ao chamar a mulher de louca, o sujeito coloca em circulação a evidência do sentido de

<sup>19</sup> Ressaltamos, conforme sugestão da banca de defesa deste trabalho, que o conceito de argumentação é utilizado nos moldes previstos pela Análise do Discurso, tendo como orientação o estudo de Orlandi (1998) e não as propostas desenvolvidas pela Linguística Textual.

que o homem sempre tem razão, imaginário produzido pela ideologia dominante em que o gênero masculino ocupa um lugar social de prestígio. A ideologia trabalha para tornar esses sentidos “naturalizados” e evidentes, fazendo a mulher acreditar que o homem está certo, que ela é mesmo louca, como mostra a construção e *eu acreditava*. No entanto, ao mesmo tempo que a mulher inscreve no simbólico as marcas do funcionamento da ideologia dominante, ao relatar seu testemunho de violência, já o faz colocando o verbo *acreditar* no tempo passado, indicando uma desidentificação com a forma-sujeito que antes a interpelava e marcando sua posição de resistência, colocando no discurso o indicativo de que “não há dominação sem resistência”, conforme afirmou Pêcheux ([1975] 2014c, p. 281).

Diante do determinante discursivo *louca*, nos perguntamos: que é ser louca? Louca, na área da psicologia, designa a pessoa que possuiu um quadro de insanidade mental, caracterizada como loucura. É uma condição de saúde mental que ultrapassa aquilo que é considerado “normal” pela sociedade. Ao utilizar *louca* para caracterizar a mulher com quem possui um relacionamento, o sentido que se produz é outro. O efeito de sentido provocado por *louca*, nesse caso, designa a mulher que confronta; que não se deixa manipular, que resiste. Chamar uma mulher de louca, numa relação em que há violência, a partir da posição assumida pelo sujeito da FD2 – que é uma posição-sujeito identificada com a ideologia dominante em relação à mulher – evoca sentidos que materializam a dissimetria das relações de força estabelecidas entre o homem e a mulher.

A relação de força estabelecida entre homens e mulheres na sociedade patriarcal coloca o homem como ser privilegiado em relação ao gênero. É ele quem detém a palavra, ele quem detém o controle sobre o relacionamento e a vida da mulher. Quando a mulher resiste a essa lógica imperativa pelo patriarcado, as relações de força são estremecidas, já que ela tenta se colocar em iguais condições que o homem. É nesse cenário que o determinante discursivo *louca* ganha sentido. O homem, ao sentir que pode ter sua autoridade questionada ao ver a autonomia da mulher em ter suas opiniões, inscreve no simbólico sua posição privilegiada para descaracterizar e desvalorizar a vontade da mulher, colocando-a no papel de louca, daquela que não sabe o que diz: quem sabe o que diz é o próprio homem.

Há um comportamento de resistência por parte da mulher que é caracterizado como “loucura” pelo outro, colocando em evidência que a relação de forças que existe entre os gêneros se inscreve na língua, materializando-se no discurso.

Para além do funcionamento de *louca*, a construção *até que* presente no início de cada período desta SD7RT19 também é parte do nosso gesto interpretativo. Nos interessa analisar o efeito de sentido produzido pelo excesso (ERNST, 2009) em que a referida construção linguística é materializada no discurso.

Cada oração iniciada por *até que* está separada por vírgula, indicando, gramaticalmente, que esta SD está formulada por um período composto coordenado por vírgula. Dessa forma, é possível pensar que este período, colocado de modo coordenado, indica uma sucessão de ações que serão introduzidas pelos verbos da oração. Mas, afinal, o que isso significa discursivamente?

Os sentidos evocados por essa construção na materialidade do discurso das mulheres apontam para um encadeamento de ações sofridas por ela de forma crescente, ou seja, de modo que iam evoluindo progressivamente. Além de testemunhar o avanço das agressões sofridas, a mulher coloca em evidência, na materialidade, o agente da violência na forma do pronome *e/e*, que segue, com regularidade, a construção *até que*.

Pelo dito, o sentido aponta que a violência acontece de forma progressiva, como se fosse uma escada que a cada degrau leva a um nível mais alto. Primeiro ele a afasta dos amigos e da família, depois ele a agride fisicamente, em seguida, ele a tranca em casa, a trai, a chama de louca e a proíbe de beber e falar em público. Apesar de a materialidade apontar uma sequência de atitudes violentas sofridas pela mulher, devemos levar em consideração que, na prática, elas podem acontecer simultaneamente. No entanto, o sentido produzido pelo discurso aponta para o agravamento dessas atitudes, que, na maioria das vezes, começam de forma sutil, e podem, inclusive, terminar em feminicídio.

O efeito de sentido que se produz, considerando a forma progressiva como a violência é testemunhada pela mulher, é de que a violência não termina, ela atinge níveis mais altos a cada vez que a mulher tenta romper com os padrões impostos pela hegemonia masculina. Na linguagem se produz a evidência da disparidade das relações de força estabelecida entre os gêneros na estrutura da sociedade capitalista e patriarcal, destacando o lugar social que, na ideologia dominante, devem estar o homem e a mulher.

*E sempre ele era muito possessivo, me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém. Chamava-me de puta na frente dos outros no meio da rua e a culpa era minha, por ter tido outros relacionamentos antes dele. (...) perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa.*

Nesta SD, a construção *chamava-me de puta* coloca em jogo a presença de um outro, um sujeito oculto, mas determinado pela desinência verbal, indicando a pessoa verbal. Temos, então, a presença do pronome *ele*, implícito na oração, mas revelado pelo verbo. *Ele me chamava de puta*. Se *ele* a chamava de puta, é porque esse sujeito assume uma posição para enunciar no interior de uma formação discursiva que se identifica com dizeres depreciativos em relação à mulher, ligados a uma rede de discursos ideologicamente dominantes.

A partir da posição assumida para enunciar, o sujeito que se refere à mulher como puta, materializa, por meio da língua, seu imaginário em relação à mulher que teve ou tem outros parceiros. Faz circular o pré-construído de que a *mulher que tem ou teve outros parceiros é puta*, colocando em disputa os já-ditos relacionados ao papel casto e puro que os ideais de feminilidade esperam que a mulher atenda e o lugar marginal em que são colocadas as mulheres que não correspondem aos padrões desejados. Além disso, chamar uma mulher de puta por ter tido relacionamentos anteriores resgata discursos que defendem o controle sobre o corpo da mulher e sua sexualidade. A mulher tem que ser de um homem só, senão é puta. É preciso censurar o prazer feminino para construir um ideal de “pureza”. Na estrutura de uma sociedade capitalista e patriarcal, é necessário que as mulheres satisfaçam aos padrões das classes dominantes para que ela siga detendo todos os meios de controle e exploração das classes dominadas.

A puta tem um lugar marginalizado dentro do sistema de classes. A mulher que faz sexo por prazer e que tem controle sobre o próprio corpo não é valorizada pelo sistema. A colocação dessas mulheres no lugar social marginalizado na nossa formação social é o resultado de discursos difundidos pelos AIE nos quais se realiza a ideologia da classe dominante. Esses sentidos relacionam-se com os discursos proferidos pela Igreja e que, ao longo dos anos, foram ganhando espaço no interior dos núcleos familiares, na Escola e também no Estado.

Na concepção althusseriana, a Igreja é uma instituição que funciona como um AIE religioso, comportando o sistema das diferentes Igrejas (ALTHUSSER, 1970, p. 43). Pêcheux ([1975] 2014c, p. 131), quando desenvolve sua discussão sobre a

ideologia, sob as bases das formulações de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado, diz que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu”, o que significa que a ideologia se torna dominante porque é uma prática que se realiza nos AIE: “eles são seu lugar e meio de realização”, alertou Pêcheux, e não uma simples expressão da ideologia da classe dominante. Nesse sentido, a forma como a ideologia dominante é praticada no interior de um AIE é que a tornará dominante, conforme afirmou Pêcheux ([1975] 2014c, p. 131), “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza que ela se torna dominante...”. Levando em consideração as afirmações de Pêcheux ([1975] 2014c), podemos entender que a Igreja age reproduzindo a ideologia dominante que designa à mulher um lugar secundário e inferior na estrutura social, porque coloca em prática discursos que satisfazem a uma determinada classe, a um determinado gênero e a uma determinada raça: a classe mais favorecida economicamente, o gênero masculino e a raça branca. Não podemos descartar que, no interior de uma teoria materialista do discurso, a luta de classes é fundamental para a compreensão dos sentidos e do funcionamento da ideologia.

A sociedade ocidental está estruturada, fundamentalmente, nos princípios do Cristianismo e muitas das concepções defendidas pela igreja cristã ainda continuam sendo reproduzidas pela ideologia dominante. Embora alguns ideais cristãos já tenham sido transformados ao longo das décadas, alguns fundamentos em relação às mulheres seguem produzindo efeitos. Bechtel (2001), partindo de uma perspectiva histórica, traz reflexões importantes que apontam o papel da mulher na religião cristã desde o princípio da Era cristã. O imaginário de mulher, que prevaleceu no discurso cristão, segundo Bechtel (2001), foi formulado pelos clérigos da igreja e trazia a mulher como origem do pecado, como fracasso da criação. Além disso, por ter sido criada depois de Adão, Eva deve estar subordinada a ele, ou seja, à mulher cabe o papel secundário, inferior, da culpa e do pecado.

Já que a mulher é origem do pecado, é preciso, então, controlá-la. Reduzi-la a um objeto que todos possam controlar para manter um ideal de pureza e bem-estar para todos (principalmente dos homens). Betchel (2001, p. 136) diz que

La mujer, peligro espiritual y material, siempre fue denunciada como el origen de la caída del hombre por culpa de sus vicios permanentes. Única

solución propuesta: desconfiar eternamente de ella y limitar al máximo su contacto.<sup>20</sup>

Cria-se, então, nos discursos religiosos, uma “natural” inferioridade das mulheres, legitimada pelos clérigos e justificada pela Bíblia. Ao longo dos anos, esses saberes ultrapassaram o núcleo religioso e chegaram até as famílias, outro aparelho ideológico fundamental para a reprodução de discursos hegemônicos sobre as mulheres.

O modelo de mulher perpetuado pela Igreja ao longo dos séculos ainda é convocado nos discursos por sujeitos ideologicamente identificados com o saber dominante. São dizeres que interpelam os sujeitos e os convocam a assumir um lugar na formação social. Há, no caso do nosso *corpus*, um sujeito identificado com os saberes hegemônicos sobre as mulheres, que o coloca em prática tanto no nível do simbólico, através da língua, como no nível prático, agindo de maneira violenta, agredindo a mulher fisicamente, sendo respaldado por discursos dominantes que legitimam seus atos em virtude da masculinidade.

Quem atribuiu às mulheres o lugar de *vagabunda*, de *puta*, de *piranha*, de *lixo* ou de *louca*? Esses lugares foram construídos pelo próprio sistema capitalista e patriarcal que estrutura nossa sociedade, inscrevendo a ideologia dominante na ordem do simbólico através de discursos difundidos nos AIE e estão inseridos no interior daquilo que Pêcheux ([1969] 2014a) chamou de relação de forças. Essa noção vai considerar o lugar a partir do qual o sujeito fala para conferir um sentido ao que é dito. Desse modo, o lugar ocupado pelo sujeito será determinante daquilo que ele diz. Considerando as relações de força como um pressuposto para pensar o gênero na perspectiva com a qual a AD trabalha, aquilo que é dito por uma mulher não terá o mesmo significado se esse mesmo dizer for enunciado por um homem. Isso se deve ao fato de que, na nossa formação social, a ideologia cis heteropatriarcal é dominante, conferindo aos homens um lugar de prestígio nas relações sociais. À lógica capitalista-patriarcal interessa que haja uma divisão entre as “verdadeiras” mulheres, aquelas que atendem aos ideais tradicionais de feminilidade, e as “outras”, aquelas que resistem ao sistema imposto, lutando por sua autonomia, seus direitos e seus corpos. A partir disso, lugares como *puta*, *vadia* e *louca* são construções sociais referentes àquelas mulheres que o sistema ignora,

<sup>20</sup> Tradução livre: A mulher, perigo espiritual e material, sempre foi denunciada como a origem da queda do homem por culpa dos seus vícios permanentes. Única solução proposta: desconfiar eternamente dela y limitar ao máximo seu contato.

que não servem para a lógica de reprodução da exploração dos ideais dominantes, servindo de exemplo de como não ser.

O próprio sistema criou uma classe de mulheres marginalizadas socialmente, já que não servem para a lógica de reprodução da exploração capitalista. Para o sistema patriarcal, as verdadeiras mulheres são aquelas que contribuem para a manutenção do sistema explorador com sua força de trabalho não-remunerada no cuidado do lar e dos filhos. O sistema legitima, reproduz e defende os discursos que exaltam a verdadeira mulher, ao mesmo tempo que as explora e as exclui.

Todo esse imaginário dominante do que seja a verdadeira mulher relaciona-se com discursos que já foram ditos antes, uma vez que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2015, p. 37). Dessa forma, considerando as condições de produção sócio-histórico-ideológicas em que os discursos são produzidos, esse imaginário retorna nos dizeres dos sujeitos, sendo fruto do processo de interpelação ideológica ao qual estão sempre submetidos. Podemos dizer, portanto, que a ideologia trabalha produzindo as evidências sobre o que é ser mulher, convocando os indivíduos a se identificarem com ela, fazendo permanecer um universo semanticamente estabilizado sobre o comportamento feminino que atende à lógica dominante de exploração e opressão entre os gêneros que, muitas vezes, é reproduzida em instituições como a Igreja e a Família.

Chamar uma mulher de puta por não atender às expectativas da feminilidade esperada pela sociedade estruturada nos moldes patriarcais, machistas e conservadores coloca em evidência uma posição-sujeito ideologicamente afetada por uma rede de saberes em que esse dizer pode e deve ser dito.

A fim de produzir um efeito de fechamento das análises desenvolvidas nesta seção, temos algumas considerações finais a serem feitas. Os determinantes discursivos, conforme conceituamos os adjetivos a partir do seu funcionamento discursivo, qualificam o substantivo mulher, saturam seu sentido, fazendo retornar sentidos já estabelecidos sobre a mulher, colocando no fio do discurso uma posição sujeito que se filia a uma formação discursiva de saberes machistas e conservadores em relação ao comportamento das mulheres.

Na seção anterior, ao dar início às análises do nosso *corpus*, lançamos um gesto interpretativo no qual entendemos o funcionamento de duas formações discursivas antagônicas nas sequências discursivas analisadas: uma delas é a FD de resistência, em que as mulheres testemunham seus relatos de violência e

ocupam um lugar de desidentificação em relação ao discurso dominante, e a FD dominante, afetada por saberes machistas e conservadores, que interpela um outro sujeito, identificado ideologicamente com o discurso dominante em relação à mulher. O que constatamos, ao longo das análises, a partir do efeito de sentido produzido pela materialidade linguística, é que, nas SD analisadas, o outro está “demasiadamente presente no discurso”, caracterizando o que Ernst (2009, p. 4) chamou de excesso. É dizer, portanto, que através da língua compreendemos qual é o imaginário do sujeito da FD dominante em relação à mulher, bem como qual é o pré-construído que sustenta seu dizer sobre o que é ser mulher. Dessa forma, foi possível entender que o sujeito da FD dominante – que é a antagônica - identifica-se com a ideologia dominante da sua formação discursiva, ao contrário da mulher, que, pelo próprio ato de testemunhar sua experiência de violência, registra seu processo de desidentificação com essa ideologia, ocupando uma posição para enunciar no interior de uma formação discursiva de resistência.

Nesse sentido, os relatos-testemunhos de violência produzidos pelas mulheres colocam em circulação, nas sequências discursivas analisadas nesta seção, a partir do funcionamento dos adjetivos, o excesso do imaginário dominante do discurso do outro e o excesso do pré-construído que subjaz aos dizeres que vêm de um outro lugar, ditos por um outro sujeito, e que incidem no discurso das mulheres produzindo efeitos de sentido por meio dos determinantes discursivos *vagabunda, louca, lixo, piranha e puta*. A reprodução do imaginário dominante relacionado à mulher, aliado ao pré-construído que sustenta o dizer do sujeito da FD dominante, que está sendo afetado por saberes machistas e conservadores, produz um efeito de legitimação da violência praticada contra as mulheres, uma vez que são dizeres disponíveis e permitidos por tal formação discursiva.



## 6 UM FECHAMENTO POSSÍVEL

Desde a limitação do *corpus* discursivo até o gesto interpretativo que empregamos, foi preciso percorrer alguns caminhos teóricos para nos auxiliar no estudo. Após apresentar, no capítulo dois, a construção do *corpus* de pesquisa, achamos necessário um capítulo que abordasse o tema que norteia essa pesquisa: violência contra a mulher. Por isso, no capítulo três, discutimos sobre a violência contra a mulher - tanto nas práticas do cotidiano, quanto nas práticas discursivas - a fim de esclarecer quais as condições de produção sócio-históricas que a mantém presente, tentando entender sua determinação histórica e os mecanismos que a sustentam. No capítulo quatro, trazemos para discussão os principais conceitos teórico-analíticos da Análise de Discurso que fundamentaram nossa análise interpretativa. No capítulo seguinte, apresentamos nosso gesto de análise.

Durante este trabalho, nosso objetivo foi observar, a partir da materialidade linguística, como acontecia o processo de subjetivação das mulheres nos testemunhos de violência e analisar se elas se identificavam ou não com a ideologia dominante que reproduz certos discursos sobre ser mulher. Ao longo da leitura do *corpus*, nos deparamos com o excesso (ERNST, 2009) de negativas e de outras expressões linguísticas que nos interessaram analisar. O primeiro gesto interpretativo que apresentamos neste trabalho foi a análise dos marcadores de negação presentes nas sequências discursivas. A partir de então, tomamos como âncora o estudo sobre negação proposto por Indursky (2013) e, através dele, interpretamos que os sentidos produzidos pela negação no nosso *corpus* marcam a posição de resistência das mulheres, pois, ao materializar na língua a negação, entendemos que elas enunciam o pré-construído do discurso-outro, ao mesmo tempo em que o negam, assumindo uma posição de resistência no interior de uma formação discursiva antagônica daquela em que circula saberes dominantes sobre a mulher na forma do pré-construído e que, pela nossa compreensão, está sustentando a violência. Pelos excessos que foram identificados no *corpus* e pela falta da designação do outro podemos chegar à conclusão de que as mulheres se identificam com a formação discursiva da resistência. Além disso, o próprio ato de dar um testemunho, de direcionar seus relatos para um dizer que é urgente de ser dito, pode ser caracterizado como um gesto de resistência.

A fim de compreender e explicar qual o pré-construído do discurso-outro – que está identificado com a FD dominante –, deslocamos os sentidos das sequências discursivas analisadas. Dessa forma, configuramos uma formação discursiva em que circulam saberes ideologicamente antagônicos em relação à formação discursiva de referência. A partir desse movimento foi possível perceber qual o pré-construído que sustenta o discurso-outro, pertencente à FD antagônica – denominada FD dominante - que incide sobre a FD de referência – que denominamos FD de resistência. Identificamos, portanto, que o efeito do pré-construído do discurso-outro retoma dizeres já postos como consenso e naturalizados sobre a mulher: ela tem que ficar em casa, ela tem que cuidar do lar e dos filhos, ela tem que servir ao marido.

Nossa interpretação entende que esse efeito de pré-construído que sustenta o dizer de um outro sujeito filiado a outra formação discursiva – que chamamos de FD dominante - incide sobre a materialidade da nossa formação discursiva de resistência. A partir disso, consideramos que a negação materializada nas sequências discursivas nega esse pré-construído sobre a mulher, estabelecendo uma relação de antagonismo entre as formações discursivas, já que elas se relacionam diferentemente com a ideologia dominante. Ao negar o pré-construído do discurso-outro, entendemos que as mulheres se subjetivam a partir do processo de desidentificação com a ideologia dominante que atravessa seus discursos, rompendo com imaginário de mulher que é reproduzido pela formação social patriarcal e machista.

No nosso segundo gesto analisamos os efeitos produzidos pelas expressões *puta*, *vagabunda*, *louca*, *piranha*. Considerando-os como determinantes discursivos referentes à mulher, podemos observar como há um excesso das representações imaginárias que o outro tem de mulher, que são determinadas historicamente e resgatadas do interdiscurso por sujeitos que se identificam com a ideologia dominante, mantendo, dessa forma, a lógica de reprodução das relações de produção que são dissimétricas entre os gêneros masculino e feminino.

Os dois gestos que empregamos apontam para sentidos que marcam o excesso da presença do outro nos discursos das mulheres. Frente a isso, entendemos que a sua subjetividade é construída a partir do processo de desidentificação com a forma-sujeito dominante que incide sobre o que elas dizem. Por não se identificarem com os saberes que relatam, elas enunciam de um outro

lugar, assumindo uma posição contrária a esses saberes, pelo próprio ato de testemunhar suas experiências de violência. A partir do relato dessas mulheres, é possível compreender que a base da violência, o que a legitima e a sustenta, está nos saberes disponíveis no interdiscurso relacionados à ideologia dominante, que se materializam no excesso do pré-construído do discurso-outro presente naquilo que as mulheres dizem.

Conforme mencionamos ao iniciar este trabalho, consideramos os dizeres das mulheres vítimas de violência doméstica como testemunho, uma vez que sinalizam para um dizer urgente, que precisa ser dito e que funciona para não esquecermos da violência e dos seus efeitos na vida das mulheres. Após o desenvolvimento das análises deste trabalho percebemos que podemos considerar o relatos-testemunhos das mulheres como testemunhos de resistência (MARIANI, 2021), já que, ao testemunhar, estão apontando para um falar urgente e marcando uma posição de resistência frente toda violência sofrida.

Ao longo de todo trabalho, mencionamos que há uma excessiva presença do discurso-outro nos testemunhos das mulheres. Além da negação, há outra marca linguística que evidencia a existência do outro. O pronome *e/e* aparece como o agente da violência em todos os testemunhos, mas nunca é substituído por outro referente. Quem é *e/e*, afinal? Não há referência se ele é o marido, ex-marido, namorado, noivo, companheiro... não existem outras designações para quem pratica a violência. A falta de uma designação para o outro do discurso aponta que *e/e* pode ser qualquer homem identificado com os saberes dominantes que reproduzem a violência e evidenciam a desigualdade das relações de gênero na nossa formação social. Por entendermos a presença do pronome *e/e* da forma como expomos, optamos por intitular esta dissertação como “*E/e* contra *ela*: análise do discurso de mulheres vítimas de violência doméstica” para marcar a disputa de forças existente entre os gêneros e que está demasiadamente presente no *corpus* analisado.

As mulheres testemunham suas experiências de violência, evidenciam as marcas que a sustenta e assumem uma posição para romper com o imaginário dominante. Que assim possamos seguir. Resistindo. Ousando se revoltar, ultrapassando as barreiras que nos prendem, que nos limitam e nos agredem.

## 7 REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Martins Fontes, 1970.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. 13<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

ARRUZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

BANDEIRA, L. M. **Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Revista Sociedade e Estado, v. 29, nº 2, 2014.

BECHTEL, Guy. **Las cuatro mujeres de Dios: la puta, la bruja, la santa y la tonta**. Traducción de Esther Andrés Gromaches, Ediciones B, Barcelona, 2001.

BIROLI, F. **O público e o privado**. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1<sup>o</sup> ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em 14/05/2020.

BRASIL. Balanço 2019 – **Ligue 180: Central de atendimento à mulher**. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/20202/maio/BalanoDisque180v21.pdf>> Acesso em 18/01/2021.

BRASIL. Lei nº 13.104 de Março de 2015. **Lei do Feminicídio**. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos)> Acesso em 21/10/2020.

BRECHARA, E. **Moderna Gramática Brasileira**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BOCCHI, A. F. A. **O funcionamento discursivo de testemunhos de violência no parto: movimentos de sentido entre o jurídico e o equívoco**. In: ZOPPI-FONTANA; FERRARI (Orgs). **Mulheres em discurso: Gênero, Linguagem e Ideologia** – V.1. SP, Pontes Editores, 2017.

CAETANO, V. **Não tem cabimento: corpo e subjetividade no discurso de sujeitos gordos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pelotas, 2019. Disponível em: <[http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4486/1/Dissertacao\\_Virg%c3%adnia\\_Caetano.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4486/1/Dissertacao_Virg%c3%adnia_Caetano.pdf)>

CEGALLA, D.P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo, 2010.

CUNHA, C. LINDLEY, C. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 7º ed. Rio de Janeiro, 2017.

COURTINE, J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo, n-1 Edições, 2016.

ERNST, A. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. IV SEAD, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>> Acesso em 09/03/2021.

FERNANDES, C; VINHAS, L. I. **Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

FERREIRA, M. C. L. **Linguagem, Ideologia e Psicanálise**. Estudos da Lingua(gem) – Michel Pêcheux e a Análise de Discurso, nº 1, p. 69-75, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acesso em 18/01/2021.

GRIGOLETTO, E. **Do discurso político às novas tecnologias: um percurso sobre o objeto de estudo da Análise do Discurso**. Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 24, nº 48, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Ensino a Distância e as Novas Tecnologias: o funcionamento do discurso pedagógico nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Eutomia – Revista Online de Literatura e Linguística, v.1, nº 07, 2011.

GRIGOLETTO, E. **A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação**. Estudos da Lingua(gem), v.1, n.1, p. 61-67, 2005.

INDURSKY, F. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso**. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). Práticas Discursivas e identitárias. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2º ed. São Paulo, Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. **AAD-69 – O marco histórico de um discurso fundador.** Língua e Instrumentos linguísticos. Campinas, São Paulo, nº 44, p. 157-173, jul./dez. 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da Violência**, 2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>> Acesso em 13/08/2020.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade.** 2º ed. Boitempo, 2016.

LUNKES, F. **Gestos de violência contra a mulher: uma análise discursiva.** In: GARCIA, D.A; SOARES, A.S.F. (Orgs). De 1969 a 2019: Um percurso da/na Análise de Discurso. São Paulo, Pontes Editores, 2019.

MAGALHÃES, B. **As marcas do corpo contando a história: Um estudo sobre a violência doméstica.** Maceió, EDUFAL, 2005.

MARIANI, B. **Testemunho: um acontecimento na estrutura.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. V. 12, nº 1, p. 48-63, 2016.

\_\_\_\_\_. **Testemunhos de resistência e revolta:** um estudo em Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 2021.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2ºed. São Paulo: Expresso Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Advocacia Pro Bono em Defesa da Mulher Vítima de Violência.** In: MORAES, Maria Lygia Quartim de; NAVES, Rubens.. Editora Unicamp: Imprensa Oficial SP, p.33 – 41, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais/FLACSO – Brasil, 2009. Disponível em <[http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf)> Acesso em 05/12/2020.

SCOTT, J. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, R. **O corpo feminino como lugar de violência.** Projeto História, nº 25, “Corpo & Cultura”, São Paulo: Editora da PUC - SP, p. 269 - 289, 2002.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Pontes Editores, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Argumentação: Um observatório do político**. Fórum Linguístico, n. 1, p. 73-81, 1998.

\_\_\_\_\_. **Nota introdutória à tradução brasileira**. In: CONEIN, B. (et al.). *Materialidades Discursivas*. Campinas, Editora Unicamp, 2016.

\_\_\_\_\_. **Processos de significação, corpo e sujeito**. In: ORLANDI, E. *Discurso em Análise: Sujeito, sentido, ideologia*. Pontes Editores, São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6º ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar?** *Linguística: questões e controvérsias*, n. 10, Uberaba, p. 9-26, 1984. (Série Estudos)

PÊCHEUX, M. FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)**. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014b. p. 59 – 106.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ºed. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2014c.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7º ed. Campinas, Pontes Editores, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes**. Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. *Décalages*, Vol. 1, Iss. 4, Art. 15, 2014d.

PERON, A.P. **A produção de sentidos sobre a mulher-mãe em relatos de violência conjugal**. In: ZOPPI-FONTANA, M.; FERRARI, A.J. (Orgs.) *Mulheres em Discurso: Gênero, linguagem e ideologia – volume 1*. Campinas: Pontes, 2017, p. 35-55.

PERON, A. P. **Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal**. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 2016.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2009.

TEJADA, B. **Gênero, riso e violência: um olhar discursivo para o humor de Danilo Gentili**. Dissertação de mestrado, PPGL UFPel, 2020. Disponível em: <[http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7448/1/Dissertacao\\_Bruna\\_Tejada.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7448/1/Dissertacao_Bruna_Tejada.pdf)>

TEJADA, B. **Elementos para a reflexão sobre o processo de interpelação generificado**. In: ERNST, A.G.; PEREIRA, R.C.M. (Orgs). *Linguagem: Texto e Discurso*. 1º ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2021.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 10º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

VINHAS, L. I. **Considerações sobre o pré-construído na análise de discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa**. *Cad. Est. Linguísticos*, Campinas, v. 62, p. 1-15, 2020.

VINHAS, L. I.; ERNST, A. G. **A derrisão no discurso político: A homossexualidade em questão**. In: ERNST, A. G.; PEREIRA, R.C.M. (Orgs). *Linguagem: Texto e Discurso*. 1º ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2021.

ZOPPI-FONTANA, M.; FERRARI, A.J. **Apresentação: Uma análise discursiva das identificações de gênero**. In: ZOPPI-FONTANA, M.; FERRARI, A.J. (Orgs.) *Mulheres em Discurso: Gênero, linguagem e ideologia – volume 1*. Campinas: Pontes, 2017, p. 7-19.

ZOPPI-FONTANA, M.G. **Lugares de enunciação e discurso**. *Leitura – Análise do Discurso*, nº 23, p. 15-24, 1999.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. Boitempo, 2014.

WALKER, Lenore E. **The battered woman syndrome**. 3º ed. 2009. Disponível em <[The Battered Woman Syndrome \(hacettepe.edu.tr\)](http://TheBatteredWomanSyndrome(hacettepe.edu.tr))> Acesso em 15/02/2021



## 8 ANEXOS

### ANEXO I - RELATOS COMPLETOS

#### RELATO 6

Tive um relacionamento abusivo. Fazem oito meses que terminamos. No início ele era um cara lindo, ou parecia ser. Me convenceu a perder a virgindade com ele, e como eu estava encantada e achava que era o momento certo, me deixei levar. Daí o meu primeiro arrependimento. Sempre me contive e deixei de fazer com pessoas que realmente valiam a pena porque era uma coisa importante para mim. Primeiro, ele queria eu agisse como namorada e ele como solteiro. Sempre me desprezava, falava que eu precisava engordar porque eu tinha “pouca carne”. Ele me usou de todas as formas possíveis e imagináveis. Usou da minha dignidade, psicologicamente e fisicamente. Eu não podia sair com as minhas amigas, não podia vestir algo curto e nem ao menos postar uma foto no Instagram que ele falava que eu queria provocar homem. Porque eu me maquiava tanto para ir para a faculdade. Ou porque eu queria colocar um salto e uma blusa decotada para ir ao cinema com ele. Aí vem a parte onde ele começa a me tratar como um verme como ele me chamou por várias e seguidas vezes. Verme. “Tenho nojo de você.” “Você é só mais uma putinha.” “Você é um peso na minha vida”. “Você é não feia, é bonitinha.” “Podia ter mais bunda.” “Tenho nojo de você.” Fora que eu só podia chegar perto dele, fazer um carinho ou qualquer outra coisa do tipo quando ele permitisse. Eu era desvalorizada e ferida 24h por dia. Quando eu finalmente comecei a tentar ter voz na relação, ele tentava terminar todos os dias. Pressão psicológica 24h por dia. Me desesperiei. Surtei. Afinal era a única pessoa que eu pensava que eu tinha. Já que moro em outro país, e aqui tudo é mais intenso. Estamos longe de tudo e todos que amamos. Fui diversas vezes na casa dele, chorando. Até que chegou o dia em que ele me bateu, a primeira vez. Ele já tinha quase batido em outras vezes por eu apenas tentar contrariar ou pedir algo. Me acostumei a sofrer, a ser maltratada, desvalorizada e humilhada. Até hoje sofro consequências. Não me amo, não consigo me envolver com ninguém, me vejo como a pior pessoa do mundo porque um dia alguém me maltratou. Uma luta diária comigo mesma. Porque sei quem sou, que sou uma pessoa boa, e que mereço alguém bom. Não deixem meninas, ninguém se desfazer de você assim. Não dê tudo para alguém que você tenha pelo menos 1% de dúvida que valha a pena. Porque eu dei tudo e hoje me vejo sem nada. Lutem por vocês! Se amem, se cuidem, imponham limites. Não deixem ninguém dizer que você não é suficiente. Não deixem ninguém levar a sua alma. Uma única pessoa tem poder de destruir tudo aquilo que você levou uma vida construindo. Não deixem isso acontecer. Termino aqui o meu relato. (Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/relato-6/>> Acesso em 19/06/2020).

## RELATO 7

Conheci meu ex aos 20 anos, ele já com seus 41. Parecia-me um príncipe, abria porta do carro, puxava cadeira, e eu pensava que era uma mulher de sorte. Com poucos meses de namoro fomos morar juntos. Esse foi o meu primeiro erro. Larguei coisas que tinha conquistado (coisas que eu sonhava), mas ele dizia que aquilo era pouco pra mim, que me ajudaria a conquistar coisas maiores. Com menos de um mês morando juntos, ele fez com que eu desfizesse de todas as minhas roupas, dizia que elas não combinavam com os novos ambientes, e a partir daí começou a me vestir como ele queria. Com o tempo ele invadiu meu WhatsApp, fez com que eu apagasse boa parte dos meus amigos do Facebook, porque eles “não eram pessoas pra mim”. Mais alguns meses (já sem amigos, longe da família e totalmente dependente dele emocional e financeiramente) as agressões psicológicas começaram. Era: lixo, vagabunda, piranha, entre outros. Ele me culpava por tudo, me diminuía, dizia que sem ele eu não conseguiria nada. Me mandava embora e sabia que eu não teria como ir, afinal, 400 km de casa, sem dinheiro, sem amigos na cidade e com vergonha de contar pra minha família o que se passava. um ano, dois anos... A primeira tentativa de me sufocar. A minha primeira tentativa de suicídio. Eu pensava que ele iria mudar, que ele não era assim, até que por engano parei em um grupo sobre relacionamentos abusivos e comecei a perceber que aquilo não era amor, nunca foi. Quem ama não machuca, não humilha, não destrói o outro. Então o feminismo foi aparecendo na minha vida, fui começando a ter forças pra sair daquilo que eu achava ser um relacionamento. Criei coragem e contei pra minhas irmãs, pedi ajuda pra voltar pra casa, e assim elas fizeram, me acolheram, me apoiaram. Dentro de mim as coisas foram renascendo: o amor próprio, os novos sonhos, a vontade de recuperar os anos perdidos... E ele que dizia que sem ele eu não conseguiria nada, sabe o que aconteceu? Comecei um novo curso (consegui ser federal), arrumei um emprego legal no qual permite que eu me sustente sem depender de ninguém. Passei a me sentir bonita (coisas da felicidade né?), recuperei os kg perdidos e voltei a sorrir como nunca havia acontecido. Me livrar de um relacionamento abusivo foi a minha melhor decisão, e como dizem por aí “existem recomeços disfarçados de finais dolorosos”. E sobre o feminismo: o que seria de mim sem você? (Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/relato-7/>> Acesso em 19/06/2020).

## RELATO 8

O relacionamento abusivo que vivi durou cerca de um ano e meio. Eu tinha 21 anos, ele, 22. No começo ele parecia ser um príncipe, se mostrando sempre extremamente atencioso, dedicado, fiel... Com o tempo vieram os pedidos de excluir das redes sociais, o ex-namorado ou quem já tinha dado em cima de mim, até chegar ao ponto de me mandar excluir todas as pessoas do sexo masculino. E consequentemente essa regra passou para o meu dia a dia também, eu só podia ter homens por perto se eles fossem da minha família. Eu não podia dar bom dia pra nenhum, não podia sequer responder a qualquer um que viesse falar comigo, ainda que fosse um “que horas são?”. Um belo dia um amigo gay que ele não conhecia, veio falar comigo na academia, ele largou

tudo que estava fazendo e foi pro meu lado, começou a gritar, a me ameaçar, me chamar de puta... A minha única reação foi sair desesperadamente daquela academia, morrendo de vergonha. Com o tempo (que não foi muito), ele passou a me bater. Às vezes eu precisava usar calça e blusa com manga mais comprida por semanas, até que o roxo desaparecesse. Ele me obrigava a provar que estava em casa, que estava no trabalho, que estava na faculdade... Eu não podia sair de casa para absolutamente nada que não fosse trabalho e faculdade. Nem na padaria. Nem na porta de casa. E apesar de poder ir nesses dois lugares, era impossível fazer qualquer coisa direito, porque o tempo inteiro eu precisava tirar fotos, gravar áudios, dizer quem estava do meu lado na cadeira da faculdade, atender ligações, não podia ficar dois minutos sem dar satisfações. Me ameaçou de morte inúmeras vezes, me xingava sempre que achava que estava acontecendo algo de errado (nunca estava) e ainda me fazia achar que eu era a culpada de muitas dessas coisas. Eu tentei terminar muitas vezes, muitas mesmo. Mas ele sempre chorava muito, chegou a dizer algumas vezes que ia se jogar do prédio, fingia desmaio, me batia... Outras vezes dizia que ia mudar, que precisava ajudar ele, que eu era o amor da vida dele, pedia à família dele e à minha pra ajuda-lo, enfim. E eu sempre tive muito medo, pois ele dizia ter uma arma... então acabei cedendo inúmeras vezes. Em uma das vezes que tentei terminar, ele pediu ajuda da prima dele, que no começo realmente o ajudou, mas em um momento ela percebeu que tinha algo muito errado com a nossa relação, pelas respostas que eu dava pra ela. E aí ela resolveu me perguntar se ele me agredia e eu disse que sim. A partir daí ela fez de tudo pra me ajudar a terminar, disse que não ia ajudar ele, que ia ME ajudar, que eu não merecia passar por aquilo e foi com a ajuda e a força que ela me deu que eu tive coragem de manter a minha decisão, e que ela conseguiu fazer ele desistir de ficar atrás de mim. Eu tenho uma gratidão imensa por ela. Às vezes a gente sabe que tá num relacionamento abusivo, quer terminar mais do que tudo e simplesmente não consegue. Às vezes a gente nem sequer sabe que está em um relacionamento assim. Mas seja lá qual for o caso, não julguem, apenas ajudem, deem força, porque é disso que a gente precisa pra sair desse buraco. Sejam como essa mulher que me ajudou a voltar a viver, a respirar. (Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/relato-8/>> Acesso em 19/06/2020).

## **RELATO 19**

Eu pensei muito sobre como resumir 3 anos de abusos físicos e psicológicos, pensei se deveria fazer pois ainda carrego feridas abertas em meu coração, mas ler o que vocês minhas irmãs escrevem me dá forças pra continuar, me mantém firme em minha decisão e com ajuda de vocês carrego a certeza de que tudo ficará bem. Ele me conheceu com 15 anos, esperou eu completar 18 pra me chamar para sair, ele era amigo do meu pai, eu tinha 18 ele 39, eu era uma criança.

Tive uma infância complicada e carreguei traumas por minha adolescência afora, ele sabia disso e se aproveitou de mim. No início tudo corria bem e eu achava que ele queria me ajudar a superar meus traumas, falava muito em Deus e dizia que eu estava cercada de maus espíritos, ele se dizia meu salvador, me tirou da vida mundana e estava me ensinando a ser alguém

melhor, alguém como ele, eu acreditava. Até que ele fez eu me afastar dos meus amigos e da minha família, até que ele começou a me bater, até que ele vivia a vida normalmente e sua justificativa é que ele era bom então podia e eu era malvada e não deveria, até que ele me trancava em casa, até que ele me traía, até que ele me colocava como louca e eu acreditava, até que ele me proibiu de beber, não me deixava falar em público. Eu afundava na depressão, emagreci, vomitava e após chegar no fundo do poço tive um lapso de coragem e procurei ajuda na psiquiatra e psicóloga, ele deixou muito a contra gosto pois dizia que elas me manipulariam e me colocariam contra ele, ele sempre cheio de si e de razão. Foi aí que tudo começou e aos poucos fui me conhecendo, me descobrindo, encontrando mulheres fortes ao meu redor, encontrei o feminismo, a autonomia, o prazer de viver, de ser, de me amar e foi assim que consegui ir embora do clausuro que ele me colocou e quase me matou. O amor da minha família me apoiando nesse momento, o amor de mulheres desconhecidas, o amor de Deus e o amor que fui nutrindo por mim me salvaram e me salvam todos os dias. (Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/relato-19/>> Acesso em 19/06/2020).

### **RELATO 23**

Tinha um relacionamento muito conturbado, onde tudo que acontecia eu saía como a culpada. Não importava o que acontecia: a culpa era minha. Eu tinha certeza que estava certa, mas após falar com a pessoa, me culpava e pensava que a culpa era mesmo minha. Já fui chamada de louca na frente dos outros, fui afastada dos meus amigos, e ele ditava até com o que podia ou não vestir pra sair com ele. Fui e ainda sou culpada por ele por ele ter recaído na depressão. Percebi que estava em um relacionamento abusivo quando já não queria mais fazer nada, só chorava e me culpava por estar horrível o relacionamento. Comecei a pesquisar sobre o assunto e me encaixei muito em tudo o que dizia ser relacionamento abusivo. OK, decidi terminar, mas aí descobri que estou gestante e resolvi tentar mais uma vez. Porém nada mudou e nunca mudará, ele continua o mesmo controlador e até me questionou se o filho era dele. Bom, agora estou grávida e perdida, sendo julgada pelas pessoas por não ter me cuidado e procurando forças pra criar meu filho da melhor forma possível. São dias de lutas constantes comigo mesma. Ser mãe solo não era meu plano, pelo contrário, sonhava com um momento lindo e único, mas nem sempre é como planejamos. (Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/relato-23/>> Acesso em 19/06/2020).

### **RELATO 25**

Eu estava num relacionamento abusivo. Assim que fomos morar juntos ele começou a beber muito, falando que estava com muitos problemas na família dele. Ele chegava em casa, me empurrava, colocava a mão no meu pescoço e quando o efeito da bebida passava ele sempre se dizia arrependido. Então eu queria “ajudar”, mas nunca adiantou. Engravidei dele, havia tomado a pílula do dia seguinte, mas não adiantou. E sempre ele era muito possessivo, me afastou dos meus amigos, eu não podia falar com ninguém. Chamava-me de puta na frente dos outros no meio da rua e a culpa era minha, por ter tido

outros relacionamentos antes dele. Porque uma mulher direita permanece virgem até encontrar um marido. Aos cinco meses de gestação ele chegou bêbado em casa e me bateu até eu desmaiar. Dei parte, fomos à delegacia, mas ele era réu primário, tinha emprego fixo, então foi solto no dia seguinte. Eu tentei seguir minha vida sem ele. Ia pro trabalho, pagava todas as contas direitinho, mas um dia cheguei em casa e estava tudo destruído. Eu morava num estado diferente dos meus pais e pedi pro meu pai ir ficar comigo e ele não quis. Todos os dias chegava em casa e estava tudo revirado. O aceitei de volta porque preferia o inimigo ao meu lado a longe de mim. A agressividade física parou, a verbal continuou. Minha filha nasceu, perdi o emprego porque nessas brigas com ele eu acabava faltando muito porque ele não me deixava sair de casa. Pedi pro meu pai para me deixar voltar pra casa e ele não quis. Falava que era escolha minha, mas eu tinha que pensar na minha já filha e ajudar “meu marido”. Meu pai faleceu no final do ano, conversei com a minha mãe e ela disse que não sabia que meu pai me falava para não voltar. Então eu peguei todas as minhas coisas depois de uma briga e saí de casa enquanto ele estava no trabalho. Algumas coisas ficaram pra trás, mas eu nem ligo. Nunca estive tão bem por ter paz todos os dias. Tem dois meses que estou livre! (Disponível em: <<https://filhasdefrida.com/relato-25/>> Acesso em 19/06/2020).